



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

ALÍRIA PRISCILLA DOS SANTOS ARISTIDES

**POR UM JORNALISMO ECOFEMINISTA: Estudo
de Caso do Portal Modifica**

Campo Grande - MS
Abril / 2025



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



POR UM JORNALISMO ECOFEMINISTA: Estudo de Caso do Portal Modifica

ALÍRIA PRISCILLA DOS SANTOS ARISTIDES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia e Representação Social.

Orientador(a): Prof. Dr(a). Katarini Girolodo Miguel

ALÍRIA PRISCILLA DOS SANTOS ARISTIDES

**POR UM JORNALISMO ECOFEMINISTA: ESTUDO DE CASO DO PORTAL
MODEFICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Mídia e Representação Social. Linha de Pesquisa: Mídia, Identidade e Regionalidade.

Campo Grande - MS, 14 de abril de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Katarini Giroldo Miguel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof^a. Dr^a. Danila Gentil Rodriguez Cal
Universidade Federal do Pará

Prof^a. Dr^a. Eloisa Beling Loose
Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO**

Aos catorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas, na via webconferência por meio da ferramenta digital Google Meet, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos membros: Katarini Giroldo Miguel (UFMS), Danila Gentil Rodriguez Cal Lage (UFPA) e Eloisa Beling Loose (UFRGS), sob a presidência do primeiro, para julgar o trabalho da aluna: **ALÍRIA PRISCILLA DOS SANTOS ARISTIDES**, CPF ***.716.101-**, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Curso de Mestrado, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresentado sob o título "**Por um Jornalismo Ecofeminista: estudo de caso do portal Modifica**" e orientação de Katarini Giroldo Miguel. A presidente da Banca Examinadora declarou abertos os trabalhos e agradeceu a presença de todos os Membros. A seguir, concedeu a palavra à aluna que expôs sua Dissertação. Terminada a exposição, os senhores membros da Banca Examinadora iniciaram as arguições. Terminadas as arguições, a presidente da Banca Examinadora fez suas considerações. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se para avaliação, e após, emitiu parecer expresse conforme segue:

EXAMINADOR	ASSINATURA
-------------------	-------------------

Dra. Katarini Giroldo Miguel (Interno)	
Dra. Danila Gentil Rodriguez Cal Lage (Externo)	
Dra. Eloisa Beling Loose (Externo)	
Dra. Daniela Cristiane Ota (Interno) (Suplente)	

RESULTADO FINAL:

(x) Aprovação () Aprovação com revisão () Reprovação

OBSERVAÇÕES: A banca examinadora destaca a relevância e qualidade do trabalho, e o potencial para futuras publicações com resultados da pesquisa.

Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente declarou a sessão encerrada e agradeceu a todos pela presença.

Assinaturas:

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Katarini Giroldo Miguel, Professora do Magistério Superior**, em 14/04/2025, às 16:59, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul,

com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **DANILA GENTIL RODRIGUEZ CAL, Usuário Externo**, em 16/04/2025, às 11:11, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Alíria Priscilla dos Santos Aristides, Usuário Externo**, em 16/04/2025, às 12:11, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Eloisa Beling Loose, Usuário Externo**, em 17/04/2025, às 08:50, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5540039** e o código CRC **76D12B63**.

COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone: (67)3345-7437

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.007868/2025-34

SEI nº 5540039

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da elaboração deste trabalho, aprendi que uma dissertação, no fim das contas, é uma construção coletiva, concretizada a partir de uma rede de apoio, troca, compreensão e afeto. Em especial, destaco o papel das tantas mulheres que caminharam comigo ao longo dessa jornada. Por isso, é a elas que dedico minha gratidão: às professoras que estendem a mão para suas alunas e me inspiram a ser uma mulher que apoia outras, em especial Katarini, Eloisa e Danila, que estiveram diretamente envolvidas na construção deste trabalho; à minha família, em especial minhas irmãs, pelo amor que me nutre e fortalece; às amigas, pelo apoio incansável e por sempre confiarem em meu potencial; às mulheres dos campos, das florestas e das águas que tive a honra de conhecer ao longo da vida, que me ensinaram sobre outras formas de vida humana, onde a natureza é tida como algo do qual também fazemos parte; por fim, às minhas antepassadas, raízes sempre presentes que me lembram de onde venho, me fortalecem e protegem. Também agradeço à Gaia, que nos sustenta e permite sermos vida e, em sua infinita generosidade, nos ensina sobre respeito aos ciclos e ao tempo das coisas, sobre resiliência e regeneração mesmo diante das adversidades, sobre superação do isolamento para entendermos que estamos todos interconectados, dos microrganismos aos seres humanos, em uma complexa teia de relações. Este trabalho é uma colheita feita a muitas mãos, guiada pela essência da colaboração e pelo aprendizado com o mundo ao nosso redor.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo caracterizar um possível jornalismo ecofeminista, o que entendemos como a aproximação da prática ao pensamento (e vice versa). Partimos das hipóteses que a prática possuía características em comum com os jornalismo ambiental e feminista e que poderia fornecer mecanismos para pautar um conteúdo mais qualificado capaz de colaborar na formação de cidadãos mais atentos às crises socioambientais, como o colapso climático. Em um primeiro momento, construímos um arcabouço teórico para se aproximar do ecofeminismo e possibilidades de um jornalismo engajado. Como procedimento metodológico, realizamos o Estudo de Caso do Portal Modifica, iniciativa que se diferencia por se autointitular como jornalismo ecofeminista. Como parte da metodologia, realizamos entrevistas com duas profissionais atuantes no Modifica e a descrição da iniciativa, em alinhamento com a Análise de Conteúdo de sete produções retiradas do portal. Como resultados, observamos que o Modifica praticava um embrião do jornalismo ecofeminista e, ainda que possuísse lacunas em sua produção e na viabilidade e manutenção da proposta, aproximava-se do que entendemos por jornalismo ecofeminista. Concluimos que o espaço se configurou enquanto uma importante ferramenta de experimentação para práticas ecofeministas, assim como para a divulgação da práxis e teoria.

Palavras-chave: Jornalismo; Ecofeminismo; Ambientalismo; Feminismo; Estudo de Caso

ABSTRACT

The main objective of this research is to characterize a possible ecofeminist journalism, which we understand as the approximation of practice to thought (and vice versa). We started from the hypothesis that the practice had characteristics in common with environmental and feminist journalism and that it could provide mechanisms to guide more qualified content capable of collaborating in the formation of citizens who are more attentive to socio-environmental crises, such as climate collapse. First, we built a theoretical framework to approach ecofeminism and possibilities of engaged journalism. As a methodological procedure, we conducted a Case Study of the Modifica Portal, an initiative that distinguishes itself by calling itself ecofeminist journalism. As part of the methodology, we conducted interviews with two professionals working at Modifica and the description of the initiative, in alignment with the Content Analysis of seven productions from the portal. As a result, we observed that Modifica practiced an embryo of ecofeminist journalism and, although it had gaps in its production and in the viability and maintenance of the proposal, it came close to what we understand as ecofeminist journalism. We concluded that the space was configured as an important tool for experimentation for ecofeminist practices, as well as for the dissemination of praxis and theory.

Keywords: Journalism; Ecofeminism; Environmentalism; Feminism; Case Study.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de produções entre as editorias do Portal Modifica.....	91
Gráfico 2 - Temas mais presentes na produção do portal Modifica.....	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Apresentação institucional do Modifica com destaque para a autodeclaração enquanto jornalismo ecofeminista.....	87
Figura 2 - Página inicial do portal Modifica.....	90
Figura 3 - Matéria do Modifica apresentada por Instituto C&A.....	104
Figura 4 - Capa da reportagem 'Da Seca à Violência de Gênero: Consequências da Produção de Eucalipto no Vale do Jequitinhonha'.....	111
Figura 5 - Capa da reportagem 'Resistência Feminista: Comunidades Agroecológicas se Organizam Para Soberania Alimentar'.....	118
Figura 6 - Capa da reportagem No Escuro e Sem Água: Em Bailique, Erosão, Falta de Luz e Salinização do Amazonas Se Tornaram Desafios Permanentes.....	123
Figura 7 - Capa da reportagem 'Protagonistas do Marco Temporal, Etnia Indígena Xokleng Tem Longo Histórico de Resistência'.....	131
Figura 8 - Capa da matéria 'O Que Acontece Quando Uma Gigante do Petróleo Patrocina Uma Exposição Sobre Crise Climática'.....	137
Figura 9 - Capa da reportagem 'Mulheres Imigrantes Na Costura - A rede produtiva da moda em São Paulo sob uma perspectiva de gênero'.....	139
Figura 10 - Capa da reportagem 'Mariana: Mulheres Contam Sobre a Luta Pelos Direitos dos Animais Travada Com a Fundação Renova'.....	146

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - A NATUREZA COMO QUESTÃO FEMINISTA.....	20
1.1 Compreendendo o conceito.....	20
1.2 Antecedentes de um campo em constante construção.....	24
1.3 Características comuns em um campo plural.....	32
1.4 Interconexões a partir de um olhar ecofeminista.....	44
CAPÍTULO 2 - CAMINHOS PARA UM JORNALISMO ECOFEMINISTA.....	54
2.1 Possibilidades de um jornalismo corporificado.....	55
2.2 Diálogos entre jornalismo ambiental e feminista para uma prática ecofeminista.....	62
2.2.1 Engajamento enquanto prática jornalística.....	64
2.2.2 Perspectivas não hegemônicas.....	67
2.2.3 Espaços de denúncia, chamado à ação e combate à injustiças.....	73
2.2.4 Olhar sistêmico e transversalidade das pautas.....	76
2.2.5 Múltiplas vozes por meio da pluralidade de fontes.....	78
2.3 Jornalismo Ecofeminista: conceito, prática ou ética jornalística.....	82
CAPÍTULO 3 - ESTUDO DE CASO DO MODEFICA: DA DESCRIÇÃO À ANÁLISE.	84
3.1 Histórico, perfil editorial e estratégias políticas.....	84
3.2 Ecossistema informativo.....	87
3.3 Rotina produtiva.....	97
3.4 Modelo de negócio, financiamento, fim do Modifica e possibilidades de futuro	101
3.5 Análise de conteúdo.....	106
3.5.1 Da Seca à Violência de Gênero: Consequências da Produção de Eucalipto no Vale do Jequitinhonha.....	110
3.5.2 Resistência Feminista: Comunidades Agroecológicas se Organizam Para Soberania Alimentar.....	117
3.5.3 No Escuro e Sem Água: Em Bailique, Erosão, Falta de Luz e	

Salinização do Amazonas Se Tornaram Desafios Permanentes.....	122
3.5.4 Protagonistas do Marco Temporal, Etnia Indígena Xokleng Tem Longo Histórico de Resistência.....	130
3.5.5 O Que Acontece Quando Uma Gigante do Petróleo Patrocina Uma Exposição Sobre Crise Climática.....	135
3.5.6 ‘Mulheres Imigrantes Na Costura - A rede produtiva da moda em São Paulo sob uma perspectiva de gênero’.....	137
3.5.7 ‘Mariana: Mulheres Contam Sobre a Luta Pelos Direitos dos Animais Travada Com a Fundação Renova’.....	144
Discussões e considerações finais.....	148
ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	167

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte da premissa que vivenciamos tempos incertos, marcados por desafios em âmbitos ambiental, econômico, social, institucional, político e civilizatório, que precisam ser abordados em conjunto, uma vez que são partes de uma mesma crise estrutural, de caráter sistêmico. Diante desse cenário de incerteza, observamos ainda o preocupante avanço de processos predatórios que ameaçam a própria manutenção da vida, como o colapso climático (Shiva; Mies, 2021).

Intuímos que crises sistêmicas exigem respostas sistêmicas (Solón, 2019) e, neste trabalho, realizado no âmbito da comunicação, procuramos olhar para essas alternativas, em especial aquelas que subvertem a lógica predatória que nos trouxe até este cenário de desvalorização da vida. Buscamos possibilidades capazes de atuar como bússolas ao oxigenar e revigorar lutas necessárias diante de um cenário de ruptura profunda. Nesse sentido, entendemos que se “o resultado do atual sistema mundial é uma ameaça à vida no planeta Terra, então é crucial ressuscitar e nutrir o impulso e a determinação para sobreviver inerentes a todos os seres vivos” (Mies; Shiva, 2021, p.52).

É a partir desse anseio que se deu nosso encontro com o ecofeminismo, que propõe a simbiose de duas lutas, o ambientalismo e o feminismo, que se comprometem com o combate às injustiças. A proposta de diálogo entre essas vertentes ativistas se dá por uma série de aproximações e enfrentamentos em comum. Ecofeministas como Karen Warren (2000) defendem que há uma origem compartilhada entre a depreciação das mulheres, da natureza (animais não humanos, plantas e ecossistemas) e de outros grupos subalternizados. Para Mies e Shiva (2021), esse ponto de origem se constitui a partir de um sistema global patriarcal capitalista, de caráter econômico-social-cultural, configurado a partir da colonização de corpos, terras, vidas e mentes. Assim, enquanto resposta sistêmica, o ecofeminismo vê potência na união de lutas para enfrentamento das forças opressoras em comum. Como posto por Solón (2019), a ideia é

(...) articular-se para criar um todo que ofereça respostas à complexidade do problema. É aprender com o outro, enxergar-se através do outro, descobrir a força alheia, explorar as fraquezas e os vazios comuns. E, sobretudo, pensar em como encadear forças para resultar em algo superior (Solón, 2019, p.17).

Em sua pluralidade, o ecofeminismo é explorado e interpretado por diversos âmbitos do conhecimento, da linguística à teologia. Apesar do ecofeminismo ter ganhado espaço na academia nos últimos anos em outras áreas do conhecimento, sua aplicação na pesquisa em comunicação e no jornalismo, mais especificamente, ainda é pouco explorada¹, o que justifica o desenvolvimento do presente trabalho. Assim, esta pesquisa tem como objetivo discutir as possibilidades do jornalismo de perspectiva ecofeminista, assim como as possíveis características desse conceito-ética e técnica. Nesse sentido, nos alinhamos à Genro Filho (1987) ao enfatizar o potencial do jornalismo para a formação da consciência coletiva, estímulo a ações estratégicas e contribuição para a transformação social, o que pode ser explorado pelo ecofeminismo.

É importante destacar que esse trabalho também se justifica pela nossa aproximação pessoal, profissional e acadêmica tanto do ambientalismo, quanto do feminismo. Esse entroncamento nos leva, naturalmente, a afluir na curiosidade acerca do ecofeminismo e, mais além, em sua aplicabilidade ao fazer jornalístico, terreno ao qual nos conectamos. Assim, ao triangular ambientalismo, feminismo e jornalismo, buscamos entender as potencialidades para construção de novas narrativas e epistemologias capazes de questionar sistemas hegemônicos e resgatar modelos alternativos. Conforme Vandana Shiva (1995), o ecofeminismo nos interessa, em especial, pela possibilidade de contrapor monoculturas, quer sejam das mentes, dos campos ou das epistemologias.

Estabelecer uma compreensão da relação natureza-mulher adequada ao nosso posicionamento político e pessoal foi uma das primeiras questões que nos assomou enquanto elaborávamos essa proposta de pesquisa e buscávamos nos acercar do ecofeminismo. Conforme iremos discorrer melhor posteriormente, o campo é caracterizado por sua pluralidade de vertentes. Entre elas, há ecofeministas que atribuem a aproximação entre mulheres e o mundo natural à características biológicas femininas, como a tendência inata à proteção, cuidado e empatia, em uma perspectiva essencialista. Para vertentes críticas do ecofeminismo, seguir essa linha de raciocínio pode incorrer em graves problemas, como reforço

¹ Em buscas prévias para elaboração do projeto de pesquisa, realizadas em plataformas que agregam produções acadêmicas, como Scielo e Periódicos Capes, com o cruzamento de palavras-chave como 'jornalismo ecofeminista' e 'comunicação e ecofeminismo', nenhum registro foi identificado.

aos estereótipos de gênero e visões patriarcais, além de estimular caminhos deterministas.

Neste trabalho, iremos nos apoiar em um viés crítico do ecofeminismo, partindo do pressuposto que a relação profunda entre mulheres e natureza se dá por questões social e culturalmente construídas, relacionadas à atribuição de papéis de gênero, que favorecem uma consciência ecológica e estabelecimento de conexão. Em alinhamento às correntes críticas, também entendemos que a defesa da natureza exercida por mulheres, assim como seu olhar empático para as demais formas de vida, ocorre pelo local de inferiorização em comum que compartilham, imposto pelo sistema moderno-patriarcal-capitalista. Aqui, percebemos lógicas de submissão que se repetem, de forma muito semelhante, e vemos também potência para subversão na aproximação entre inferiorizados.

Temos como objetivo geral deste trabalho o intuito de compreender as possibilidades de um jornalismo produzido a partir da perspectiva ecofeminista. Para isso, analisamos o portal Modefica², uma organização de mídia, pesquisa e educação sem fins lucrativos que se diferencia por se colocar diretamente como produtora de jornalismo ecofeminista. A partir dessa autodenominação, a iniciativa é apresentada como “uma organização sem fins lucrativos que produz e dissemina conteúdo multimídia sobre questões socioambientais a partir de uma perspectiva ecofeminista” (Modefica).

Fundado por Marina Colerato³, designer de moda e mestre em ciências sociais, e Alain Schraner, designer gráfico e profissional de marketing, o Modefica iniciou suas atividades em 2014, formalizando-se como empresa de mídia com fins lucrativos em 2016. Já em 2021, a iniciativa se converte em Instituto Modefica, uma associação privada sem fins lucrativos. Desde dezembro de 2022, o portal suspendeu a criação de conteúdos por período indeterminado, mas o site com o material produzido permanece disponível.

O conteúdo do portal era produzido majoritariamente por Marina Colerato, que também atuava na revisão e edição da produção, e por Juliana Aguilera, jornalista contratada pelo Instituto. Além disso, parte da produção era feita por voluntárias e jornalistas selecionadas em bolsas do Fundo de Jornalismo Ecofeminista da

² Disponível em: <https://www.modefica.com.br/>

³ As informações foram obtidas por meio do próprio portal e de entrevista realizada com a fundadora que integra os procedimentos metodológicos e serão explicados na sequência.

organização. Além do site, o Modifica também estava presente em redes sociais (Instagram; Twitter; Telegram; Pinterest; YouTube; e Facebook), além de atuar por meio de podcasts e envio de newsletter. Para se manter financeiramente, a iniciativa recebia doações de pessoas físicas, jurídicas, fundações e institutos filantrópicos. Também atuava por meio de publicidades, venda de produtos, editais e trabalho *pro bono*, bem como por meio de prestação de serviços e patrocínio a projetos. Cabe enfatizar que, em seu perfil editorial, o Instituto afirma não aceitar “doações de empresas e grupos que podem ativar conflitos de interesse” (Modifica).

Em pesquisas prévias para desenvolvimento deste trabalho, não foram identificadas iniciativas jornalísticas que façam uso do termo ‘jornalismo ecofeminista’, o que nos leva a inferir que o conceito ainda é pouco conhecido e explorado dentro da área da comunicação e do jornalismo, assim como denota a relevância da presente pesquisa. Para compreensão do objeto empírico, consideramos adequado fazer do Estudo de Caso enquanto ferramenta metodológica. Como posto por Robert Yin (2003), a metodologia investiga um determinado fenômeno da vida real com intuito de inferir suas condições contextuais, consideradas altamente pertinentes para a compreensão do fenômeno em questão.

Ao analisar a utilização do Estudo de Caso no âmbito da comunicação, o pesquisador José Luiz Braga (2008, p.68) observa seu potencial para se adquirir conhecimento sobre um fenômeno a partir da exploração intensa de um caso, alcançando “ângulos ainda não plenamente esclarecidos, espaços não totalmente cobertos pelas teorias solicitadas”. A partir da observação de traços singulares, relações, contextos e circunstâncias que cercam um fenômeno, é possível ainda um tensionamento mútuo entre teoria e objeto, uma articulação entre realidades específicas e geração teórica (Braga, 2008).

Para responder as perguntas que movem o presente trabalho, propomos um Estudo de Caso único (Yin, 2003), focado portanto no Portal Modifica, por levarmos em consideração a singularidade da autointitulação ‘jornalismo ecofeminista’, uma vez que a metodologia permite “o estudo das peculiaridades, das diferenças daquilo que o torna único e por essa mesma razão o distingue ou o aproxima dos demais fenômenos” (Duarte; Barros, 2005, p.234). Para alcançar os resultados esperados

dentro da pesquisa, incorporamos um conjunto de procedimentos de acordo com nossos objetivos, conforme prevê o Estudo de Caso. São eles:

1) Realizamos a análise descritiva do ecossistema informativo e das estratégias do Modifica, o que engloba suas dinâmicas de produção e modelo de negócio, a partir do conteúdo do portal e seu desdobramento nas mídias sociais, outras plataformas e formatos de conteúdo. Também discutimos pesquisas e campanhas desenvolvidas e analisamos documentos disponíveis que auxiliam a caracterizar o caso em discussão, como o editorial e o manual de redação utilizado pela equipe.

2) Realizamos entrevistas em profundidade com Marina Colerato, fundadora e diretora da iniciativa, e com Juliana Aguilera, jornalista e uma das principais produtoras dos conteúdos do portal, nos dias 10 e 13 de dezembro, respectivamente. Aqui, nos alinhamos à Yin (2003, p.112), que entende a entrevista como “uma das importantes fontes de informações para um Estudo de Caso”. Os encontros foram realizados via Google Meet, com apoio de um questionário semi-aberto, que estará disponível nos apêndices deste trabalho, dividido nos blocos ‘histórico’; ‘motivações’; ‘cotidiano de trabalho’; ‘financiamento’; ‘estratégias políticas e perfil editorial’; ‘conteúdos produzidos’; e ‘pausa nas atividades’. O formato utilizado permitiu que a entrevista fosse “conduzida, em grande medida, pelo entrevistado, valorizando seu conhecimento, mas ajustada ao roteiro do pesquisador” (Duarte, 2005, p.66). Nesse sentido, entendemos a entrevista em profundidade como adequada por possibilitar “o conhecimento da experiência interna das pessoas, relacionada a suas crenças, sentimentos e valores” (Gil, 2022, p. 96), de modo a permitir compreender fenômenos sob a perspectiva das entrevistadas. Em alinhamento com as fontes documentais mobilizadas, o recurso permitiu a compreensão das dinâmicas de produção e do modelo de negócio, além de motivações pessoais, princípios éticos, desafios e o próprio motivo para encerramento das atividades. É importante ainda mencionar que as entrevistas são acionadas ao longo do trabalho de maneira a fazer articulações e tensionamentos entre teoria e prática, o que, como posto por Braga (2008), é um dos potenciais a serem explorados quando o Estudo de Caso é empregado como recurso metodológico.

3) Por fim, articulamos ao Estudo de Caso à Análise de Conteúdo, procedimento metodológico que reúne um conjunto de técnicas para analisar e inferir acerca das condições de produção, promovendo a articulação entre “a superfície dos textos, descrita e analisada, e os fatores que determinaram estas características, deduzidas logicamente” (Bardin, 1997, p. 40). Com este propósito, realizamos a análise do conteúdo de sete produções, sendo cinco deles conteúdos em destaque nas editorias do portal (capital; feminismos; socioambiental; política; cultura) e as duas restantes que foram diretamente mencionadas pelas entrevistadas e optamos por incluí-las pela oportunidade de articulação com o que foi diretamente relatado. Para realizar a análise, propomos um sistema de categorização que reflete nossas intenções de pesquisa (Fonseca Júnior, 2005), ou seja, uma classificação elaborada com intuito de observar possíveis características do jornalismo ecofeminista no nosso corpus. Como evidenciado por Fonseca Júnior (2005, p.284), a categorização na Análise de Conteúdo é um processo que permite a elaboração da inferência, “considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada”. Com isso em mente, elaboramos as seguintes categorias: 1) abordagem de perspectivas não hegemônicas; 2) evidência de interseccionalidade e conexões entre opressões; 3) ar de denúncia, chamado à ação e combate à injustiças; 4) olhar sistêmico e transversalidade nas problemáticas abordadas; 5) presença de pluralidade de fontes e autorias; 6) protagonismo de mulheres e 7) potencial de produção corporificada. As categorias foram elencadas a partir do repertório teórico desenvolvido para este trabalho e das nossas consequentes inferências acerca de de uma práxis ecofeminista. Isso posto, apresentamos nossa dissertação que está dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo, nos dedicamos a discutir o ecofeminismo enquanto conceito, buscando compreender como a defesa da natureza entra para o rol de reivindicações feministas. Assim, iniciamos pela conceitualização do ecofeminismo, apresentando ainda um esboço dos seus antecedentes e suas características, enfatizando que o campo é marcado pela pluralidade de vertentes. Nesse sentido, partimos do pressuposto que, apesar do termo ter se popularizado nas últimas décadas, o ecofeminismo remete a movimentos e perspectivas ainda mais antigos, oriundos da vivência de mulheres que entenderam a urgência de se preservar as

bases materiais para a manutenção da vida (Salleh, 2021). Por fim, também voltamos o olhar para as interconexões presentes no cerne do ecofeminismo, interpretadas por diversos campos do conhecimento, visualizando a possibilidade de aplicabilidade à comunicação e ao jornalismo, foco deste trabalho.

Já no segundo capítulo, buscamos evidenciar caminhos para um jornalismo ecofeminista. Em um primeiro momento, direcionamos o olhar para o jornalismo hegemônico, que contribui para a cristalização de violências e para a transformação de diferenças em desigualdades (Moraes; Veiga da Silva, 2019). Na contramão, abordamos a possibilidade de iniciativas com novos princípios e estratégias epistemológicas com potencial transformador (Gustafson, 2019). Visando um jornalismo ecofeminista, propomos o diálogo entre os jornalismo ambiental e feminista, ambos marcados pela corporificação da prática (Haraway, 1995) ao assumirem aspectos como engajamento e compromisso com movimentos sociais no combate às injustiças. Assim, evidenciamos características e potencialidades em comum, no intuito de encontrar pistas para desvendar uma ética-estética e metodologia jornalística que denominamos enquanto ecofeminista.

No terceiro capítulo, nos debruçamos sobre o Estudo de Caso do Portal Modifica, realizando uma descrição aprofundada da iniciativa, o que inclui seu conteúdo, modelo de negócio e o ecossistema informativo de forma geral, mobilizando ainda as entrevistas realizadas e a observação empírica em articulação com os conceitos teóricos discutidos nos capítulos anteriores. No capítulo, também fazemos uso da articulação entre Estudo de Caso e Análise de Conteúdo para destrinchar o corpus composto por sete produções disponíveis no portal que permitem realizar inferências acerca do conteúdo produzido no Modifica e seu alinhamento (ou não) com uma produção jornalística ecofeminista. Assim, partindo das seções do portal para buscar compreender a iniciativa com um todo, selecionamos: ‘Da Seca à Violência de Gênero: Consequências da Produção de Eucalipto no Vale do Jequitinhonha’⁴, da seção ‘Capital’; ‘Resistência Feminista: Comunidades Agroecológicas se Organizam Para Soberania Alimentar’⁵, da seção ‘Feminismos’; ‘No Escuro e Sem Água: Em Bailique, Erosão, Falta de Luz e

⁴ Disponível em:

<https://www.modifica.com.br/da-seca-a-violencia-de-genero-eucalipto-vale-do-jequitinhonha/>

⁵ Disponível em:

<https://www.modifica.com.br/resistencia-feminista-no-campo-comunidades-agroecologicas-se-organizam-para-soberania-alimentar/>

Salinização do Amazonas Se Tornaram Desafios Permanentes⁶, da seção 'Socioambiental'; 'Protagonistas do Marco Temporal, Etnia Indígena Xokleng Tem Longo Histórico de Resistência'⁷, da seção 'Política'; 'O Que Acontece Quando Uma Gigante do Petróleo Patrocina Uma Exposição Sobre Crise Climática'⁸, da seção 'Cultura'. Por fim, a análise ainda é centrada em duas outras produções destacadas por Marina Colerato e Juliana Aguilera durante as entrevistas: 'Mulheres Imigrantes Na Costura - A rede produtiva da moda em São Paulo sob uma perspectiva de gênero'⁹ e 'Mariana: Mulheres Contam Sobre a Luta Pelos Direitos dos Animais Travada Com a Fundação Renova'¹⁰.

Com isso, verificamos que os textos possuem elementos que os conectam ao que entendemos por jornalismo ecofeminista, ainda que possuíssem lacunas, em especial na categoria que destaca o potencial de produção corporificada, e que trouxessem resquícios de propostas alinhadas com o jornalismo hegemônico, como priorização de homens enquanto fontes especialistas detentoras do conhecimento. Por fim, podemos dizer que o trabalho promovido pelo Modifica se configurava enquanto um embrião do jornalismo ecofeminista, ainda que possuísse lacunas em sua produção no que tange às características aqui elencadas e à própria viabilidade e manutenção da proposta. Concluímos também que o espaço atuou como uma importante ferramenta de experimentação para práticas ecofeministas, assim como para a divulgação da práxis e teoria.

⁶ Disponível em: <https://www.modifica.com.br/bailique-no-escuro-sem-agua/>

⁷ Disponível em: <https://www.modifica.com.br/xokleng-marco-temporal-historico-resistencia/>

⁸ Disponível em: <https://www.modifica.com.br/shell-exposicao-crise-climatica/>

⁹ Disponível em: <https://www.modifica.com.br/mulheres-imigrantes-costura-sao-paulo/>

¹⁰ Disponível em: <https://www.modifica.com.br/mariana-barragem-direitos-animais/>

CAPÍTULO 1 - A NATUREZA COMO QUESTÃO FEMINISTA

Neste capítulo, iremos discutir o ecofeminismo, tido como uma vertente do feminismo que se alinha às preocupações de cunho ambiental e, aqui, conceito chave para a análise do nosso objeto de pesquisa, uma vez que o *Modelica* se diferencia por utilizar a autodefinição jornalismo ecofeminista, perspectiva sob a qual afirmava produzir conteúdo sobre questões socioambientais. Assim, a discussão conceitual a seguir busca responder às seguintes questões: por que incluir a defesa da natureza no rol de reivindicações feministas? E como essa relação se estabelece?

Inicialmente fazemos o esforço teórico para conceitualizar o ecofeminismo, partindo do pressuposto que a opressão de mulheres e da natureza possuem características e origem em comum. Assim, as ecofeministas abraçam a causa ambiental e a incluem como uma das suas reivindicações para se alcançar um mundo mais justo (Shiva, 1995). Também debatemos as principais características atribuídas ao ecofeminismo, ainda que se trate de um campo marcado pela pluralidade de vertentes, em especial a compreensão de forças opressivas em comum, que afetam as mulheres, a natureza e demais grupos subalternizados. Aqui, destacamos ainda sua aproximação com perspectivas decoloniais, em especial na crítica conjunta ao sistema-mundo moderno e suas estruturas de dominação (Quijano, 2014).

Por fim, voltamos o olhar para as interconexões presentes no cerne do ecofeminismo, interpretadas por diversos campos do conhecimento. Em uma revisão da literatura ecofeminista proposta por Warren (2000), evidenciamos o trabalho de ecofeministas nos âmbitos histórico, conceitual, empírico, socioeconômico, linguístico, simbólico e literário, religioso, epistemológico, político e ético. Assim, o intuito é nos direcionar para sua aplicabilidade à comunicação e ao jornalismo, foco deste trabalho.

1.1 Compreendendo o conceito

O ecofeminismo se configura a partir do diálogo entre os movimentos ambiental e feminista, sendo marcado por uma série de aproximações e enfrentamentos em comum. O conjunto de práxis e teorias que aborda mulheres e

natureza em conjunto também é chamado por algumas teóricas de feminismo ecológico ou eco-feminismo.

A pesquisadora boliviana Elizabeth Peredo Beltrán (2019, p.113) entende o ecofeminismo como uma “teoria crítica, uma filosofia e uma interpretação do mundo para sua transformação”, com foco na crítica ao patriarcado¹¹ e à superexploração da natureza, aqui vistos como facetas de um mesmo fenômeno. Simultaneamente, Beltran (2019) também o define como um conjunto de movimentos que enxerga a possibilidade de transformação da sociedade a partir da união de lutas e do reconhecimento das interdependências entre a espécie humana e a natureza.

Em sua obra *Ecofeminism Philosophy*¹², Karen J. Warren (2000) observa que o pensamento ecofeminista defende a existência de uma estreita relação entre a depreciação das mulheres e da natureza, o que compreende animais não humanos, plantas e ecossistemas. Em sua dissertação de mestrado, a fundadora do portal Modifica (aqui nosso objeto sob análise), Marina Colerato, ressalta que o ecofeminismo tem sua base construída “tanto nas conclusões feministas acerca da dominação das mulheres quanto na crítica ao antropocentrismo e nos questionamentos acerca da relação entre humanos e naturezas extra-humanas do movimento ecológico” (2023, p.17). Na mesma esteira de pensamento, a socióloga argentina Maristella Svampa (2015) observa que o questionamento à lógica de dominação que oprime diferentes grupos fundamenta o que é entendido por ecofeminismo. Segundo a pesquisadora, a compreensão do teor antropológico da crise ecológica vigente contribuiu para a formação do ecofeminismo. Desse modo,

(...) a necessidade do domínio como fórmula de afirmação do humano se refletiria no nível das relações interpessoais e a ligação entre o humano e o natural. A partir disso, o ecofeminismo fará uma interpretação semelhante para a relação entre o domínio de um gênero sobre outro e o domínio dos seres humanos sobre a natureza, com expressões como a lógica da dominação, ou lógica de identidade, que implicam na mesma ideia básica: a justificação de dominação e marginalização a partir da desvalorização daqueles considerados diferentes, neste caso a mulher em relação ao homem, e o natural em relação ao humano (Svampa, 2015, p.129, tradução nossa).

¹¹ O patriarcado pode ser entendido como o sistema hierárquico de dominação e exploração imposto às mulheres pelos homens, que atravessa e define a sociedade como um todo (Saffioti, 2015). Aqui, cabe dizer que o patriarcado não é fruto do capitalismo, “mas o acentuou de uma forma particular ao invisibilizar o trabalho reprodutivo e de cuidado que as mulheres e outros grupos humanos desenvolvem em espaços não mercantilizados” (Solón, 2019, p.15).

¹² Filosofia Ecofeminista (tradução nossa)

A pesquisadora ecofeminista Daniela Rosendo (2022, p.45), que inclusive atuou na elaboração de conteúdos teóricos sobre o tema para o Portal Modifica¹³, entende que desvelar as forças em comum às quais mulheres e natureza são submetidas “permite compreender como elas continuam a permear, reforçar e justificar comportamentos, políticas, teorias, instituições e sistemas de dominação”. Para Rosângela Angelin (2014, p. 1582), esse movimento de aproximação consequentemente alia “os debates feministas às questões de preservação e manutenção da vida saudável e digna, em todas as suas formas”.

As pesquisadoras brasileiras Isadora Balem e Valéria Nascimento (2021, p.201) observam que o gênero é utilizado pelas ecofeministas como “uma categoria de análise¹⁴ por meio da qual se examinam as formas de dominação de grupos diversos”. Para Warren (2000, p.2, tradução nossa), a questão de gênero pode ser compreendida como a “lente através da qual ocorre a descrição e análise inicial”. Assim, Warren (2000) pontua que, ao partir da opressão de gênero, o ecofeminismo evidencia a correlação entre a inferiorização das mulheres e outras formas de opressão, entre as quais estão o naturismo¹⁵.

De acordo com as ecofeministas, as árvores, a água, a produção de alimentos, os animais, as toxinas e, de forma mais geral, o naturismo (...) são questões feministas porque compreendê-los ajuda a compreender as interconexões entre as dominações das mulheres e de outros grupos subordinados de humanos, por um lado, e a dominação da natureza não humana, por outro (Warren, 2000, p. 1, tradução nossa).

Segundo Daniela Rosendo, o feminismo pode abranger “qualquer questão que possibilite a compreensão da subjugação das mulheres, variando conforme o contexto e as condições históricas e materiais da vida de cada uma” (2022, p.22). Tomando como base a produção de Karen J. Warren, Rosendo (2022) explicita que o enfoque nas mulheres permite enxergar como, por diferentes motivos, as características dos sistemas de dominação se interconectam.

¹³ Disponível em: <https://www.modifica.com.br/autor/daniela-rosendo/>

¹⁴ A utilização de gênero enquanto categoria de análise é explorada por Joan Scott (2019), que enfatiza seu uso no aspecto histórico. Segundo a autora, a categoria gênero é empregada para pontuar o caráter social das distinções baseadas nos sexos, com intuito de ir além do determinismo biológico. Assim, permite uma análise múltipla, capaz de abarcar um olhar para a sociedade, a cultura, história, entre outros, além de oferecer um olhar relacional e comparativo entre os grupos analisados. Para Scott, feministas também abraçaram a categoria gênero em suas análises na busca por legitimidade dentro do meio acadêmico. No entanto, a autora adota uma postura crítica ao apontar que esse movimento implica no apagamento da palavra mulher dentro dos estudos feministas.

¹⁵ Warren (2000) define o naturismo como a dominação e exploração injustificada da natureza não humana, assemelhando-se, assim, ao racismo, sexismo, entre outros.

Em primeiro lugar, dentre as pessoas que vivem no Sul global e são prejudicadas pela destruição ambiental, ou seja, as pessoas racializadas, empobrecidas, crianças, idosas, etc., frequentemente as mulheres sofrem mais riscos do que os homens. Em segundo lugar, os papéis de gênero femininos se justapõem com a questão ambiental de uma forma que os papéis masculinos não o fazem. Em terceiro, algumas ideologias ocidentais sobre a concepção e dominação da natureza têm um viés de gênero masculino (Rosendo, 2022, p.26).

A filósofa argentina Alicia Puleo (2019) reforça a importância do apoio e ajuda mútua entre diferentes movimentos e grupos oprimidos, já que tal aproximação é chave para reconhecer e combater os sistemas de dominação em comum, assim como para avançar rumo a um outro mundo possível. Em consonância, Svampa (2019) destaca as dinâmicas da luta de movimentos socioambientais na América Latina que resistem ao avanço do neoextrativismo, onde as mulheres estão nas linhas de frente. Em um cenário moldado pelo projeto moderno de progresso e desenvolvimento que origina a crise sistêmica global em curso, a união e integração de lutas como movimentos rurais, urbanos, de populações tradicionais e de mulheres permite a renovação das formas de atuação, estratégias plurais, contestação de narrativas hegemônicas e uma alternativa crescente de resistência ativa frente aos desafios socioambientais e ao avanço do autoritarismo capitalista (Svampa, 2019). Para a autora (2015), o ecofeminismo está no rol de movimentos que podem inspirar lutas justamente pelo seu caráter integrador, contribuindo para

(...) fornecer uma perspectiva sobre as necessidades sociais, não a partir da carência ou de uma visão miserabilista, mas do resgate da cultura do cuidado como inspiração central para pensar numa sociedade ecológica e socialmente sustentável, através de valores como reciprocidade, cooperação e complementaridade (Svampa, 2015, p.131, tradução nossa).

A socióloga alemã Maria Mies e a física teórica indiana Vandana Shiva (2021, p.65) compreendem o ecofeminismo como um “novo termo para uma sabedoria antiga”, que vai se reconstruindo nas lutas sociais em defesa da natureza. Apesar da recente popularização do termo, traduz um conjunto de conhecimentos e iniciativas, promovidas antes mesmo da consolidação do conceito, de forma descentralizada e para além do contexto academicista. O duplo pertencimento do ecofeminismo faz deste um campo ainda em construção, assim como um novo horizonte de possibilidades a ser explorado por feministas e ecologistas (Puleo, 2008), o que motivou a presente pesquisa e pode inspirar sua incorporação ao jornalismo.

1.2 Antecedentes de um campo em constante construção

Análises teóricas e reivindicações que remetem ao ecofeminismo ganham força na década de 1960, período historicamente conhecido pelo advento de movimentos contraculturais feministas, ecológicos e pela paz. Em suma, esses grupos questionavam os modelos econômico, político, ideológico e civilizatório vigentes, além de denunciar as relações opressivas decorrentes do imperialismo e de guerras (Siliprandi, 2009). Feministas passaram também a se dedicar à problemáticas ligadas à crises ecológicas que afetavam (e ainda afetam) especialmente as mulheres e, em seu cerne, estavam conectadas a um modo de pensar e agir antropocêntrico¹⁶ e androcêntrico¹⁷ (Puleo, 2008). Desde então, a discussão tinha o intuito de “mostrar, por um lado, os impactos específicos que esses fenômenos tinham sobre a vida das mulheres; e, por outro, como esses problemas estavam interligados entre si” (Siliprandi, 2009, p.68).

O movimento ecológico se constituiu ao longo do século passado como uma resposta ao cenário de degradação ambiental decorrente do avanço da sociedade industrial no planeta. Conforme observado por Beltrán (2019), grande parte da reflexão ecológica da época foi proposta por mulheres, que também estavam à frente de denúncias e protestos contra o avanço da industrialização e consequentes destruição de ecossistemas e impactos para a vida como um todo. Um exemplo emblemático a ser citado é o de Rachel Carson, uma das maiores referências para o movimento ecológico. Em 1962, a bióloga e oceanógrafa dos Estados Unidos publicou ‘A Primavera Silenciosa’, obra pioneira que questiona o uso indiscriminado de pesticidas químicos e expõe suas consequências em cadeia. No prefácio do livro, Linda Lear (2010) relembra que, por seu trabalho de denúncia, Carson foi vítima de inúmeras difamações e violências de gênero por parte daqueles que lucravam com a indústria dos biocidas¹⁸.

Estava claro para a indústria que Rachel Carson era uma mulher histérica cuja visão alarmista do futuro podia ser ignorada ou, caso necessário, silenciada. Ela era uma “amante dos passarinhos e coelhinhos”, uma mulher que tinha gatos e, portanto, era obviamente suspeita. Era uma “solteirona” romântica, que estava simplesmente nervosa por causa da genética. Em

¹⁶ O antropocentrismo é o pensamento que compreende o homem como superior em relação aos demais seres e à natureza (Warren, 2000).

¹⁷ O androcentrismo pode ser compreendido como o pensamento que põe o homem no centro (Warren, 2000).

¹⁸ Pelo impacto sistêmico dos chamados pesticidas, que afetam toda a cadeia de vida, Carson (2010) propõe que o mais adequado seria chamá-los de biocidas.

suma, Carson era uma mulher descontrolada. Havia ultrapassado os limites de seu gênero e sua ciência. Mas, só para o caso de suas acusações alcançarem alguma repercussão, a indústria gastou um quarto de milhão de dólares para desacreditar a sua pesquisa e difamar seu caráter (Lear, 2010, p.17).

A denúncia feita por Rachel Carson não só alcançou repercussão mundial e gerou debates em diversas esferas da sociedade, sendo responsável inclusive pela criação de legislações mais rigorosas no que tange ao uso de biocidas, como também possui grande responsabilidade no desencadeamento do movimento ambientalista e do debate crítico sobre os limites do progresso tecnológico e da ciência (Lear, 2010). Sua obra demonstra que “a sobrevivência de uma parte dependia da saúde de todas” (Lear, 2010, p.16), o que expressa uma profunda reflexão ecológica sobre a interconexão existente na natureza, assim como propõe uma transformação na relação entre humanos e o mundo natural.

À medida que o ser humano avança rumo a seu objetivo proclamado de conquistar a natureza, ele vem escrevendo uma deprimente lista de destruições, dirigidas não só contra a Terra em que habita como também contra os seres vivos que a compartilham com ele. [...] Ainda falamos em termos de conquistas. Ainda não amadurecemos o suficiente para nos enxergarmos como parte ínfima de um universo incrivelmente vasto. A atitude do ser humano para com a natureza é de fundamental importância, simplesmente porque adquirimos poder funesto de alterá-la e destruí-la. **Mas o ser humano é parte da natureza e sua guerra contra ela é, inevitavelmente, uma guerra contra si mesmo** (Carson, 2010, p.83).

O termo ecofeminismo foi cunhado pela ativista francesa Françoise D'Eaubonne, que o utiliza pela primeira vez no texto *Le Feminisme or la mort*¹⁹, de 1974, propondo uma interpretação feminista para um problema ecológico “como resposta ao fato de que a humanidade estava na bifurcação entre o feminismo e a morte devido à devastação dos bens naturais” (Beltrán, 2019, p.118). O conceito é utilizado originalmente para reforçar as semelhanças existentes entre a forma como mulheres e natureza são tratadas pela sociedade capitalista e patriarcal (Roth-Johnson, 2013). A obra de D'Eaubonne é produzida no contexto de discussões sobre o controle populacional, direcionado especialmente a mulheres de países pobres e assumido por governos e organizações ambientais conservacionistas como uma medida necessária para reduzir o impacto ambiental (Siliprandi, 2009).

¹⁹ O Feminismo ou a Morte (tradução nossa)

Para D'Eaubonne, era necessária uma mudança de perspectiva para lidar com a questão: os problemas ambientais deveriam ser encarados como fruto de um modelo econômico e patriarcal implantado pelos países ricos; e o controle de natalidade deveria residir na autonomia dada para as mulheres decidirem sobre seus próprios corpos e se querem ou não ter filhos (Puleo, 2008). Em trabalhos posteriores como *Écologie/Féminisme: Révolution ou mutation?*²⁰, de 1978, D'Eaubonne segue propondo um olhar ecofeminista. Na obra, a autora analisa como as intersecções entre ecologia e feminismo podem ser observadas em questões como impactos na biosfera, escolhas energéticas, a engenharia genética e o controle da capacidade reprodutiva das mulheres (Roth-Johnson, 2013).

A expressão ecofeminismo ganha popularidade no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 com o advento de incontáveis protestos e atividades encabeçadas por mulheres em resposta aos recorrentes desastres ecológicos²¹ da época (Mies; Shiva, 2021). No entanto, teóricas como Ariel Salleh (2021, p.17) avaliam que “a palavra ecofeminismo pode ser nova, mas o impulso por trás dela sempre conduziu os esforços das mulheres para salvar seu sustento e manter suas comunidades em segurança”. Muitas dessas práticas se originam em movimentos de mulheres ligadas à terra, como agricultoras, indígenas e pertencentes à comunidades tradicionais, que reconhecem a “necessidade de re-interpretação das relações da humanidade com o meio natural, reivindicando que as ações humanas se dêem em uma perspectiva não-sexista e de respeito e valorização a todos os seres existentes” (Siliprandi, 2009, p.89).

Para Marina Colerato (2024)²², o termo ecofeminismo ainda é pouco explorado na realidade brasileira, sendo associado a movimentos feministas comunitários, onde “você consegue ver as várias sobreposições, os grupos de

²⁰ Ecologia/Feminismo: Revolução ou mutação? (tradução nossa)

²¹ Na época, o movimento ambientalista debatia, em especial, o risco da utilização de energia nuclear, em especial após o vazamento da usina de Three Mile Island, nos Estados Unidos, em 1979, e o desastre de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986 (Santos; Silva; Cardoso, 2020). Outro desastre abordado pelos ambientalistas à época foi o derramamento de petróleo, em especial a partir do acidente com o navio petroleiro Exxon Valdez, que derramou mais de 36 mil toneladas de petróleo no mar do Alasca, nos Estados Unidos, causando a morte em massa de animais marinhos e a poluição do ambiente (Euzebio; Rangel; Marques, 2019). Por fim, também é possível citar o vazamento de gases tóxicos, com destaque para a tragédia de Bhopal, na Índia, em 1984. O vazamento em uma fábrica de pesticidas da empresa Union Carbide expôs mais de 500 mil pessoas aos gases tóxicos, das quais pelo menos 27 mil faleceram em decorrência da exposição. Ambientalistas apontam que resquícios do vazamento permanecem na região, no solo e em águas subterrâneas, além de contaminar filhos e netos dos sobreviventes (Martins, 2016).

²² Trecho da entrevista com a fundadora do Portal Modifica realizada no âmbito deste trabalho.

mulheres começam a se entender nesse lugar, (...) a focar na relação [das comunidades] com a natureza para a manutenção de um equilíbrio da biosfera”. Tal cenário reforça que “muitas mulheres, em todo o mundo, sentiram a mesma raiva e ansiedade, o mesmo senso de responsabilidade para preservar as bases da vida e acabar com sua destruição” (Shiva; Mies, 2021, p.52).

A luta para sustentar a vida empreendida por mulheres camponesas da Índia é fonte da inspiração e do ativismo de Vandana Shiva, para quem o esforço delas “visa simultaneamente libertar a natureza da exploração incessante e libertar também as mulheres da marginalização ilimitada” (1995, p.24, tradução nossa). Baseadas em experiências práticas e observações empíricas, mulheres ao redor do mundo, ligadas ou não à movimentos feministas, percebem que a violência contra a natureza “também está associada à violência contra as mulheres que dependem da natureza para obter o sustento para si, para as suas famílias e para as suas sociedades” (Shiva, 1995, p.21, tradução nossa), chegando assim a conclusões ecofeministas semelhantes às produzidas em ambientes acadêmicos.

Shiva também explora em suas análises, além de ter participado diretamente, de um dos atos mais reconhecidos do ecofeminismo que ocorreu na Índia, nos anos 1970, conhecido como Chipko²³, um movimento popular empreendido em sua maioria por mulheres que se mostravam contrárias à exploração madeireira apoiada pelo governo local (Puleo, 2002). O movimento ocorreu na porção indiana dos vales dos Himalaias, onde a economia se baseava em pequenas plantações para subsistência.

Nos anos 70, as florestas locais passaram a ser desmatadas para abrir espaço para a monocultura de eucalipto, árvore de interesse comercial. Em contato direto com a terra, as camponesas observaram os impactos e consequências do desmatamento, como inundações, secas, deslizamentos e erosão. Uma vez que “para as mulheres das montanhas, a produção de alimentos começa nas florestas e seu desaparecimento e falta de água são problemas de sobrevivência” (Shiva, 1995, p.121, tradução nossa), centenas de camponesas de diversos povoados da região se mobilizaram para impedir a derrubada das árvores. A percepção ecológica e holística sobre a dinâmica das florestas se evidencia inclusive no slogan das

²³ A palavra Chipko em hindi significa “abraçar” ou “agarrar-se a” e reflete a principal tática das manifestantes, que se baseava em abraçar ou se amarrar às árvores para dissuadir os madeireiros de derrubá-las. A prática tornou-se em uma forma emblemática da resistência pacífica em defesa da natureza (Shiva, 1995).

mulheres Chipko, que declaravam que os produtos da floresta não são madeira ou resina, mas solo, água e oxigênio (Shiva, 1995). Ao analisar o movimento Chipko, Alicia Puleo (2002) evidencia o entrelaçamento entre a luta das mulheres e a defesa da natureza.

Com base nos princípios de não-violência criativa de Gandhi, as mulheres rurais Chipko (...) conseguiram parar o desmatamento total do Himalaia revezando-se na guarda da área e amarrando-se às árvores quando iam derrubá-las. Confrontando os seus maridos, que estavam dispostos a vender as florestas comunitárias, as mulheres Chipko adquiriram consciência de grupo e subsequentemente continuaram a lutar contra a violência doméstica e pela participação política (Puleo, 2002, p. 38, tradução nossa).

Outros exemplos clássicos de movimentos de origem popular que se relacionam com o ecofeminismo também floresceram em países do Sul global²⁴, como aqueles protagonizados por povos indígenas e comunidades tradicionais. Esses movimentos ganharam notoriedade pela defesa da natureza e resistência de mulheres contra o avanço de políticas para um suposto "desenvolvimento"²⁵ (Siliprandi, 2009). Como posto por Svampa (2019), também se caracterizam pela busca por visibilizar injustiças socioambientais. Ao olhar para a realidade da América Latina, a teórica evidencia a existência de um “giro ecoterritorial das lutas” que alavanca a atuação de resistência e reivindicação desses grupos para defesa dos seus territórios, visando ainda a reconexão das comunidades com a terra e o combate de práticas que afetam tanto a biodiversidade quanto as próprias populações (Svampa, 2019).

A pesquisadora brasileira Maria da Graça Costa evidencia que movimentos socioambientais latino-americanos são influenciados por epistemologias diversificadas e cosmovisões de povos originários para pensar a relação natureza e cultura e, assim, “evidenciam que as fronteiras entre natureza/cultura, físico/não físico e humano/não humanos são arbitrárias e têm suas raízes no processo de colonialidade moderno-ocidental” (2020, p.301).

A possibilidade de outras formas de ser e estar no mundo foi enfatizada também por Juliana Aguilera, jornalista que atuou por anos no Portal Modifica,

²⁴ O termo Sul global é empregado em um sentido político, e não geográfico, referindo-se aos povos e regiões que sofreram com a colonização imposta por povos europeus (Dias; Soares; Gonçalves, 2019).

²⁵ O conceito de desenvolvimento ocidental é questionado pelo pensamento ecofeminista, em consonância com o movimento indígena e decolonial, uma vez que está ligado às noções dominantes de racionalidade, instrumentalidade, controle e progresso, implicando em consequências negativas para populações marginalizadas (Sattler, 2019).

durante a entrevista cedida para o desenvolvimento do nosso trabalho. Ao ser indagada sobre uma experiência que a marcou ao longo da sua atuação na iniciativa, a jornalista citou aprendizados que teve na convivência com mulheres ligadas à Terra.

Eu via as mulheres traduzindo pra mim, fosse uma mulher de associação, fosse uma mulher indígena, o que significa estar ali, o que significa você preservar a natureza. Às vezes eu me emocionava nas entrevistas porque era uma coisa muito bonita. (...) Fui aprendendo que é possível você ter realidades mais horizontais, que é possível ter vidas que impactem menos o meio ambiente e respeitem a natureza pelo simples fato da natureza ser algo vivo. Não porque dá dinheiro, mas porque a gente precisa dela para a gente existir (Aguilera, 2024).

A percepção mencionada por Juliana se conecta com o texto elaborado como Documento Final da I Marcha das Mulheres Indígenas, realizada em 2019 com a presença de representantes de 120 diferentes etnias. No documento, as mulheres fazem uma série de reivindicações e denúncias, mas também salientam a relação entre territórios tradicionais, seus corpos e sua vida espiritual. Além disso, o texto sugere ainda uma relação marcada pela ligação próxima com a terra, sem as fronteiras que apartam humano e natureza.

Enquanto mulheres, lideranças e guerreiras, geradoras e protetoras da vida, iremos nos posicionar e lutar contra as questões e as violações que afrontam nossos corpos, nossos espíritos, nossos territórios. (...) Nós estamos fincadas na terra, pois é nela que buscamos nossos ancestrais e por ela que alimentamos nossa vida. Por isso, o território para nós não é um bem que pode ser vendido, trocado, explorado. O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito. A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá nosso alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade. Perder o território é perder nossa mãe. Quem tem território, tem mãe, tem colo. E quem tem colo tem cura. Quando cuidamos de nossos territórios, o que naturalmente já é parte de nossa cultura, estamos garantindo o bem de todo o planeta, pois cuidamos das florestas, do ar, das águas, dos solos. A maior parte da biodiversidade do mundo está sob os cuidados dos povos indígenas e, assim, contribuímos para sustentar a vida na Terra (Documento Final da I Marcha das Mulheres Indígenas, 2019)

É possível observar uma percepção semelhante em movimentos camponeses brasileiros, como posto por Emma Siliprandi (2009). Por atuar diretamente com esses grupos e em especial com as mulheres do campo, a engenheira agrônoma observa que o ativismo e posicionamento delas são influenciados por suas experiências, marcadas pelo contato com a terra e pela compreensão holística da natureza.

Estes movimentos de base, assim como outros menos conhecidos ocorridos em diversas regiões da Ásia, da África e da América Latina contribuíram para mostrar que as mulheres do terceiro mundo - em particular, as camponesas - não eram necessariamente nem vilãs nem vítimas apáticas da destruição ambiental. Eram também ativistas e militantes com propostas de mudança nos modelos produtivos, construídas a partir de suas condições concretas de sobrevivência. Estas lutas combinavam a defesa do meio natural com a demanda de um protagonismo das mulheres nas decisões sobre o seu território, e contribuíram para enriquecer o conjunto das lutas feministas, mostrando outras faces da opressão das mulheres — decorrentes da forma como as políticas de desenvolvimento as atingiam especificamente — que não estavam na ordem do dia para as mulheres dos países desenvolvidos (Siliprandi, 2009, p.78).

A partir da análise histórica do ecofeminismo, Alicia Puleo (2002) identifica o desenvolvimento de três principais correntes: clássica, espiritual e construtivista. A autora chama de ecofeminismo clássico as primeiras manifestações que interligam a dominação das mulheres e da natureza. A corrente propunha que a essência feminina de proteção, cuidado e empatia predisporia mulheres ao pacifismo e à conservação da natureza (Angelin, 2014). Conforme posto por Puleo (2002), tais manifestações podem apresentar riscos à luta e conquistas obtidas pelo feminismo, uma vez que partem de compreensões essencialistas e generalizantes. Além disso, podem aprofundar visões patriarcais que justificam a inferioridade, dominação e exploração de ambas (Angelin, 2014).

Já o ecofeminismo espiritualista tem origens que remontam a movimentos pacifistas propostos por Ghandi, na Ásia, e pela Teologia da Libertação²⁶, na América Latina. Caracteriza-se por uma postura crítica contra a violência e dominação imposta a mulheres e a natureza, atribuindo sacralidade à ambas e buscando resgatar uma espiritualidade “em que a diversidade e o conjunto dos componentes da natureza fossem valorizados em uma visão não utilitarista do mundo” (Siliprandi, 2009, p.93). Apesar da sua contribuição para o questionamento de visões patriarcais entremeadas a religiões dominantes, e do seu potencial para mobilização prática ao propor um novo paradigma espiritual e uma postura ética e empática com a natureza, Puleo (2002) evidencia que a corrente também foi alvo de críticas pelo seu viés determinista biologizante, uma vez que atribui às mulheres uma essência que as interconecta à natureza.

²⁶ A Teologia da Libertação é um movimento sócio-eclesial que surge dentro da Igreja Católica na década de 1960, ganhando força em especial na América Latina. Caracteriza-se pela proposta de libertação dos oprimidos, análise crítica da realidade social e incentivo à luta contra a opressão coletiva, exclusão e marginalização (Boff; Boff, 2001).

Alicia Puleo (2002) identifica ainda uma terceira corrente ecofeminista de caráter construtivista²⁷, que se afasta do essencialismo e espiritualidade das outras correntes, apesar de compartilhar algumas ideias fundantes e a luta contra o sexismo, racismo, antropocentrismo, imperialismo e outras formas de opressão. Para ecofeministas construtivistas, a relação profunda entre mulheres e natureza não se dá por características inerentes ao sexo feminino, “mas é originária de suas responsabilidades de gênero na economia familiar, criadas através da divisão social do trabalho, da distribuição do poder e da propriedade” (Angelin, 2014, p.1583). É interessante perceber como o patriarcado inferioriza justamente tais características, compreendendo-as como sinal de fraqueza, e engrandece atributos como distanciamento emocional e agressividade (Rosendo, 2022).

Assim, a corrente construtivista compreende o fenômeno como uma construção histórica baseada em uma realidade material que favorece a consciência ecológica por parte das mulheres, sendo entremeada pela “divisão sexual do trabalho e da distribuição de poder e propriedade de acordo com divisões de classe, gênero, raça e casta” (Puleo, 2002, p.38). Quando o recorrente olhar empático para o outro, necessário ao exercício do cuidado, une-se “à informação adequada e a um olhar crítico para discursos hegemônicos, dão-se as condições para despertar o interesse das mulheres pela defesa da natureza e demais seres vivos” (Puleo, 2017, p. 110).

A partir do levantamento dos antecedentes do ecofeminismo, podemos perceber a construção de um campo efervescente, que preza pela pluralidade ao abarcar uma diversidade de vivências, perspectivas, territórios e tipos de existências (inclusive não-humanas), o que consideramos uma das suas potencialidades. A partir de uma perspectiva histórica, também observamos sua capacidade de auto-reflexão crítica, de modo a evitar repetir lógicas opressivas.

Ao trazer um olhar para o presente do ecofeminismo, o que inclui a possibilidade de uma produção jornalística a partir dessa lente, observamos a incorporação de temas (como racismo ambiental e justiça climática) e conceitos (como a perspectiva decolonial e a interseccionalidade), que passaram a ganhar cada vez mais espaço no ativismo, de forma geral, e refletem desafios

²⁷ O construtivismo é a teoria que defende que o conhecimento e as representações da realidade são socialmente construídas, de acordo com o contexto e interações do sujeito (Castañon, 2015). No contexto do feminismo e, mais especificamente, do ecofeminismo, implica em compreender que os papéis e características de gênero são fruto de uma construção histórico-social (Puleo, 2005).

característicos da época em que vivemos. Tal movimento pode nos revelar o potencial de transversalidade do ecofeminismo, assim como a capacidade de se reinventar constantemente, de modo a promover a mobilização conjunta de diferentes movimentos.

Pela diversidade existente no âmbito ecofeminista, autoras como Daniela Rosendo (2022) defendem que a utilização do termo no plural, ecofeminismos, seria o mais adequado. Independentemente da discussão acerca da forma mais apropriada de nomear o campo, e para além de suas diferenças, é possível elencar uma série de ideias centrais, temas recorrentes e características comuns (Kheel, 2019). No tópico a seguir, nos dedicamos a explorar o que há de comum em meio à pluralidade do conjunto de práxis e teorias que compõem o ecofeminismo.

1.3 Características comuns em um campo plural

Conforme já evidenciado, o ecofeminismo “abrange diversas posições, nem todas compatíveis entre si, e surge a partir de diferentes correntes do feminismo” (Rosendo, 2022, p. 26). Diante do questionamento sobre qual a relação entre a dominação das mulheres, animais e natureza, Daniela Rosendo e Ilze Zirbel (2019, s.p) pontuam que “as correntes ecofeministas apresentam diferentes respostas para essa pergunta, por isso podemos chamar de ecofeminismos (no plural)”. Balem e Nascimento (2021, p. 200) destacam que nos “diversos contextos – étnicos, sociais, econômicos – que as mulheres estão inseridas, surgem diversas formas de opressão contra elas e, conseqüentemente diversas formas de insurgência”, o que origina as diversas linhas existentes dentro do feminismo e, conseqüentemente, as diferentes percepções e propostas ecofeministas.

Um dos pontos em comum no campo do ecofeminismo é o reconhecimento de que as forças que marginalizam, dominam e oprimem a natureza são as mesmas que marginalizam, dominam e oprimem as mulheres. Torres (2009, p.165) enfatiza que, para compreensão da lógica de dominação²⁸, “é preciso dirigir o olhar às relações entre os vários sistemas nos quais o poder está constituído”. As forças

²⁸ Warren (2000) define a lógica de dominação como uma ferramenta de subjugação que reforça o poder e privilégio dos poucos indivíduos no topo da hierarquia social em relação aos inferiorizados. A autora diferencia dominação de opressão, tida como as estruturas institucionais, estratégias e processos que limitam, coagem e impedem as escolhas e opções dos grupos oprimidos. Por impedir a liberdade de escolha e opções, o conceito de opressão não se aplica aos animais não-humanos, que não possuem tal possibilidade. Assim, “toda opressão envolve dominação. Em contrapartida, nem toda dominação envolve opressão” (Warren, 2000, p.55).

onde o poder se constitui são sintetizadas por Mies e Shiva (2021, p. 51) como um “sistema global patriarcal capitalista”, de caráter econômico-social-cultural. As autoras também reforçam que “esse sistema surgiu, é construído e se mantém por meio da colonização de mulheres, de povos “estrangeiros”, de suas terras e da sua natureza, que está sendo destruída gradualmente” (Mies; Shiva, 2021, p.51).

A recorrente ênfase dada pelo ecofeminismo às estruturas de dominação decorrentes da colonização o aproxima da perspectiva decolonial, proposta de resistência crítica concebida na virada do milênio por teóricos e ativistas da América Latina e Caribe como Aníbal Quijano, Catherine Walsh, Edgard Lander, Arturo Escobar, Enrique Dussel, Nelson Maldonado-Torres e Walter Mignolo. Em comum, ambos movimentos buscam desvelar estruturas e mecanismos que impedem a superação de injustiças, assim como propor ferramentas para enfrentamento e superação do sistema vigente (Dias; Soares; Gonçalves, 2019).

As propostas decoloniais se estabelecem com o objetivo de visibilizar perspectivas alternativas sobre as relações globais e contextos histórico-políticos, para além da versão do colonizador. O brasileiro Joaze Bernardino-Costa e o costa-riquenho Ramón Grosfoguel, ambos pesquisadores da decolonialidade, entendem que a perspectiva põe em evidência “outras categorias interpretativas da realidade a partir das experiências da América Latina” (2016, p.15), propondo assim uma releitura dos processos de colonização. Conforme posto pela antropóloga dominicana Ochy Curiel, ao enfatizar a interconexão entre modernidade ocidental, colonialismo e capitalismo, o pensamento decolonial questiona “as narrativas da historiografia oficial e mostram como se configuraram as hierarquias sociais” (Curiel, 2020, s.p).

Em consonância com perspectivas ecofeministas, as propostas decoloniais entendem que a dominação européia sobre os territórios colonizados permitiu o advento e estabelecimento da estrutura que orienta as relações globais vigentes, o “sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial” (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016, p.17), o que fez da Europa uma potência mundial (e do Sul Global, a sua periferia). Segundo o teórico argentino Walter Mignolo (2013), esse sistema pode ser então compreendido como objetivo e consequência da modernidade/colonialidade, faces interdependentes do mesmo projeto civilizatório europeu.

O sistema-mundo nos moldes vigentes é estabelecido a partir do colonialismo, definido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2014) como o processo de subjugação sócio-político-econômica de um povo sobre outro, de modo a garantir benefícios para o colonizador. No entanto, para além do colonialismo, tido como um momento na história que pode chegar ao fim, as estruturas de dominação se perpetuam, mesmo após a independência dos territórios sob domínio, por meio da colonialidade. Ainda que articulada ao primeiro conceito, a colonialidade se constitui como um processo mais profundo e duradouro, que mantém desigualdades e garante a hegemonia política, sociocultural e econômica no sistema-mundo moderno. Assim, para perpetuar relações de poder, a colonialidade “opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivos, da existência cotidiana e da escala” (Quijano, 2014, p. 285, tradução nossa).

A partir da análise desses mecanismos e estruturas, Quijano (2014) cunha o termo *colonialidade do poder* para definir as relações de dominação que possuem como base classificações “étnico-raciais” pautadas no mito de superioridade dos europeus em detrimento dos demais povos colonizados, entendidos como primitivos. Para a perspectiva decolonial, o estabelecimento de um padrão dicotômico naturalizado, com o branco tido como superior, gera uma compreensão de mundo pela perspectiva do colonizador. Mais além, define o que é humano e não-humano, o que possui ou não valor (econômico e simbólico).

Conforme posto por Grada Kilomba (2019), o que desvia desse “ideal” naturalizado pela lógica colonizadora é, conseqüentemente, questionado, silenciado, marginalizado, violentado, apagado e desumanizado. Na mesma esteira de pensamento, a socióloga argentina María Lugones observa que a naturalização de categorias atomizadas e hierárquicas afeta diversas áreas da vida dos indivíduos, como “as noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica” (2014, p.938). Assim, para além da colonialidade do poder (Quijano, 2014), estabelece-se ainda a colonialidade do ser, com efeitos na experiência vivida (Maldonado-Torres, 2007) e do saber, com interdição de conhecimentos e epistemologias dos povos colonizados (Mignolo, 2016), todas ferramentas a serviço da perpetuação de lógicas civilizatórias.

A amplitude das consequências da colonialidade faz repensar movimentos como o ambientalismo e o feminismo, assim como o ecofeminismo, aqui tido como a intersecção entre os dois movimentos supracitados. Ao apresentar os entroncamentos entre as perspectivas decolonial e ecofeminista, Maria Clara Dias, Suane Soares e Letícia Gonçalves (2019, s.p) percebem que ambas são “associáveis por meio de uma percepção de que a colonização não funciona sem a exploração da natureza e a exploração da natureza não funciona sem a colonização dos povos que habitam determinadas regiões”.

O teórico caribenho Malcom Ferdinand (2022) introduz ao debate o termo Ecologia Decolonial e, ao elaborar a proposta, dá destaque para a urgência de novas perspectivas críticas diante das crises ecológica e climática em curso.

A ecologia decolonial articula a confrontação das questões ecológicas contemporâneas com a emancipação da fratura colonial, *com a saída do porão do navio negreiro* [grifo do autor]. A urgência de uma luta contra o aquecimento global e a poluição da Terra insere-se na urgência das lutas políticas, epistêmicas, científicas, jurídicas e filosóficas, visando desfazer as estruturas coloniais do viver-junto e das maneiras de habitar a Terra que mantêm as dominações de pessoas racializadas, particularmente das mulheres, no porão da modernidade (Ferdinand, 2022, p. 34).

Em um movimento semelhante, o feminismo decolonial constrói pontes entre dois paradigmas não-hegemônicos e oferece um olhar crítico acerca de especificidades históricas, políticas e sociais do Sul Global. Assim, propõe um olhar interseccional e transversal ao feminismo para “entendermos de forma mais complexa as relações e entrelaçamentos de “raça”, sexo, sexualidade, classe e geopolítica” (Curiel, 2020, p. 121). O feminismo decolonial propõe uma radicalização da “crítica epistêmica realizada pela teoria decolonial revisando-a, questionando-a, complementando-a, ao evidenciar a intrínseca relação entre o sistema colonial e de gênero” (Curiel, 2020, p. 121).

Ao se comprometer com a análise multidimensional e com o combate de todas as formas de opressão, o feminismo decolonial critica o caráter universalizante das propostas feministas ocidentais. A teórica Françoise Vergès (2020) entende que o feminismo hegemônico, o qual ela trata como civilizatório, baseia-se somente na realidade de mulheres brancas, com propostas que tentam expandir essa percepção superficial para as vivências divergentes de mulheres racializadas, colonizadas, de regiões empobrecidas. Assim, a autora entende que o feminismo branco é

descontextualizado, excludente e facilmente cooptado, colaborando para a manutenção de estrutura imperialista, capitalista e racista (Vergès, 2020).

O feminismo e o ambientalismo de caráter decolonial, em consonância com o ecofeminismo, vê, então, a necessidade de inclusão de perspectivas diversas para superação de injustiças e das amarras persistentes das colonialidades. Assim, há uma compreensão de que vivenciamos uma crise de caráter sistêmico o que, conseqüentemente, exige uma abordagem conjunta e uma busca por alternativas sistêmicas (Beltrán, 2019). Para além, evidenciam uma mesma origem em processos que se manifestam a nível ambiental, econômico, social, geopolítico, institucional e civilizatório, com “interconexões entre todos os sistemas de dominação humana injustificada” (Warren, 2000, p.2), como o machismo, naturismo, colonialismo, racismo e classicismo. Em outras palavras, como expõe Eliane Brum (2021, p. 70), a proposta passa pela compreensão de que “quem consumiu o planeta foi uma minoria rica, majoritariamente branca, localizada no Norte do globo (...), associada às elites financeiras extrativistas dos países do Sul, a maioria delas convertida em nações pelo projeto colonial”.

O ecofeminismo “crê não bastar, simplesmente, a defesa e/ou proteção da natureza deste ou daquele lugar, mas, antes de tudo, a procura de respostas que levem a um entendimento sobre as posturas predatórias dos humanos” (Torres, 2009, p.158). No cerne de tais posturas, há estruturas conceituais que naturalizam a exploração e dominação, tidas como “pressuposições socialmente construídas que moldaram comportamentos e justificam a manutenção das relações de dominação e subordinação” (Balem; Nascimento, 2021, p.193).

A partir das análises das tendências destrutivas que ameaçam a vida na Terra, ecofeministas apontam para o pensamento patriarcal no cerne desse conjunto de crenças, atitudes e valores (Mies; Shiva, 2021). Angelin (2014, p.1573) observa no estabelecimento do patriarcado a “intencionalidade nada ingênua de fixar as identidades masculinas e femininas de forma mais duradoura, baseadas em justificativas voltadas a fatores de diferenciação naturais entre homens e mulheres”.

Balem e Nascimento (2021) analisam que, em um longo processo histórico, o patriarcado ganha novos contornos e se alinha à diversas ideologias, instituições e mecanismos sociais que contribuem diretamente para a legitimação da exploração e dominação da natureza e das mulheres. Para o físico e ambientalista Fritjof Capra

(2006), há uma ligação entre o sistema dominador de organização social e o caráter anti-ecológico de outras estruturas sociais e econômicas.

Mies e Shiva (2021) apontam para o fortalecimento do patriarcado a partir do advento do modelo econômico capitalista, caracterizado pela ideia de crescimento exponencial e a busca incessante por lucro, ambas mantidas por meio da violência e exploração de grupos considerados inferiores. As autoras afirmam que o mundo como observamos hoje “foi estruturado pelo patriarcado capitalista em torno de ficções e abstrações como “capital”, “corporações” e “crescimento”, que têm permitido o desencadeamento das forças negativas do Antropoceno²⁹ destrutivo” (Mies; Shiva, 2021, p.34). Para Angelin (2014), o sistema vigente classifica corpos e vidas conforme sua utilidade, para então fazer uso do seu potencial econômico.

Tanto o meio ambiente como as mulheres são vistos pelo capitalismo patriarcal como coisa útil, que devem ser submetidas às supostas necessidades humanas, seja como objeto de consumo, como meio de produção ou como exploração. Fato é que o capitalismo patriarcal apresenta uma intolerância diante de outras espécies, seres humanos ou culturas que julga serem subalternas ao seu poder, almejando, para tanto, dominá-las (Angelin, 2014, p.1584).

Angelin (2014, p.1578) reforça que, nesse sistema econômico, “as mulheres foram, estrategicamente, encarregadas do trabalho doméstico, cuidando da casa, das crianças, dos velhos e doentes, além de exercerem o papel de servir o marido, que era o provedor do lar”. Angelin (2014) observa ainda como a sociedade dominante atribui as obrigações domésticas à uma suposta natureza feminina, compreendidas como trabalho gratuito, invisível e não produtivo. Conforme posto por Beltrán (2019), as perspectivas ecofeministas (apesar das exceções já citadas) reforçam as bases materiais das tarefas e expectativas atribuídas às mulheres.

O caminho apontado pelo ecofeminismo busca colocar em evidência as bases materiais do cuidado e a sustentabilidade da vida, e denunciar os elos do sistema de dominação capitalista: a invisibilização, a desvalorização, o menosprezo, a exploração, a desapropriação e a apropriação do saber, do conhecimento, do trabalho e de todas as atividades realizadas em sua maioria por mulheres — sem as quais a sobrevivência humana, a produção e a reprodução da cultura e da sociedade seriam impossíveis (Beltrán, 2019, p.114).

²⁹ O termo Antropoceno é utilizado desde os anos 80 para definir a era geológica caracterizada pelo impacto humano na Terra (Artaxo, 2014). No entanto, não há consenso entre os cientistas sobre o estabelecimento dessa era geológica, sendo que, em março de 2024, o comitê da União Internacional de Ciências Geológicas realizou uma votação que definiu que a Terra ainda estaria na era do Holoceno (Bardini, 2024).

Ao direcionar o olhar para a proximidade existente entre mulheres e natureza, a maior parte das correntes ecofeministas parte da premissa de que essa conexão não possui bases biológicas, evitando “relativizar e universalizar a relação entre mulheres e natureza, a fim de não se incorrer no erro de naturalizar as identidades femininas numa visão determinista” (Angelin, 2014, p.1572). Como reforça Torres (2009), o vínculo é entendido como originado nas responsabilidades historicamente atribuídas às mulheres, em especial no espaço privado, que incluem tarefas domésticas e cuidados direcionados aos mais frágeis.

Alicia Puleo (2017) afirma que a proximidade histórica das mulheres com o cuidado da vida e do lar permitiu que as mesmas desenvolvessem maior facilidade para sentir e demonstrar empatia e atenção aos demais. É importante frisar que o intuito não é reiterar à mulher a questão do cuidado, mas compreender a origem de tal fenômeno, socialmente construído em um longo período histórico. A partir desse olhar crítico, é importante mencionar aqui que, em sua atuação enquanto jornalista no Modifica, Juliana Aguilera observou na prática como a posição do cuidado também pode colaborar para o aprofundamento de contextos de vulnerabilidade.

A gente trazia muito isso nas matérias, tanto que ao entrevistar uma mulher você vai naturalmente trazer isso [o contexto de vulnerabilidade], porque ela vai falar dos filhos, vai falar da questão da alimentação. Ela vai falar de questões de saúde, que o homem normalmente não fala (...) Ela vai trazer uma percepção mais crítica da situação porque ela está numa posição de cuidado. Está como provedora não só financeiramente, mas também provedora de outras vidas (Aguilera, 2024).

Dentro do escopo de semelhanças entre o tratamento direcionado para mulheres e natureza, aqui apontadas pelo ecofeminismo, há ainda a exploração da força de ambas, assim como a falta de reconhecimento de sua importância. Na lógica capitalista, “da mesma forma em que não se incorpora a riqueza produzida pelas mulheres no seu cotidiano trabalho doméstico, tampouco será levado em consideração o valor das forças e bens da Natureza, e em particular sua existência finita” (Rodriguez, 2012, s.p.). Na mesma esteira de pensamento, Rosângela Angelin (2014) observa a objetificação e opressão em comum, que serve a propósitos capitalistas e patriarcais.

(...) a visão predominante na sociedade capitalista patriarcal é de que as mulheres estão intrinsecamente ligadas à natureza, motivo esse suficiente para naturalizar seus papéis e oprimi-las. Por conseguinte, a questão central desse debate gira em torno do fato de que, assim como as mulheres, na

visão capitalista patriarcal, a natureza não passa de um mero objeto de exploração (Angelin, 2014, p.1580).

A crise sistêmica também é atribuída pelas ecofeministas a uma visão antropocêntrica dominante que se fortalece a partir do advento da Modernidade e do Iluminismo, nos séculos XV e XVI. Nesse momento histórico, a visão de mundo que propunha um universo orgânico e interconectado passa a ser desvalorizada em detrimento da representação da natureza como uma máquina e fonte de matéria-prima a ser explorada (Balem; Nascimento, 2021). Segundo Capra (2006), essa mudança de paradigma também é chave para a compreensão da modernidade que, para o autor,

[...] consiste em várias ideias e valores entrincheirados, entre os quais a visão do universo como um sistema mecânico composto de blocos de construção elementares, a visão do corpo humano como uma máquina, a visão da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência, a crença no progresso material ilimitado, a ser obtido por intermédio de crescimento econômico e tecnológico (Capra, 2006, p.24).

O filósofo indígena Ailton Krenak (2019) observa que o sistema moderno institui o conceito de humanidade civilizada, entendida de modo apartado da natureza. Além disso, gera uma cisão entre aqueles que são entendidos como dignos de se classificarem como humanos e a sub-humanidade, povos que estão à margem, agarrados à Terra (Krenak, 2019). A partir dessa separação, interligada a processos caros à modernidade, como a busca por progresso e desenvolvimento, Shiva e Mies (2021) observam o aprofundamento da degradação do mundo natural e da vida humana.

O ativista boliviano Pablo Solón (2019) observa que o paradigma iluminista dá centralidade ao humano considerado “sujeito universal” (europeu, branco, homem, rico, culto) e o compreende como superior aos demais humanos, animais e natureza. Deste modo, “todas as coisas lhe são subordinadas, podendo lhes dar a destinação que entender conveniente, o que motivou a hierarquização de modos de vida, de territórios e, indubitavelmente, de seres, humanos ou não” (Balem; Nascimento, 2021, p.184). Como já apresentado anteriormente, esse é um ponto de aproximação entre ecofeminismo e a perspectiva decolonial, já que ambos ressaltam como a colonização foi uma ferramenta para controle e exploração de povos não-europeus, vistos como bárbaros, inferiores e, conseqüentemente, recurso a ser explorado (Balem; Nascimento, 2021). As pesquisadoras Yayo Herrero López e

Marta Pascual Rodríguez (2010) também observam que o pensamento dicotômico entre “bárbaros” e “civilizados” está no cerne do processo colonizador.

O olhar mecanicista aplicada à história postulou que as sociedades, de uma forma linear e generalizada, evoluíram de estágios de maior “atraso” (caça e coleta ou ausência de propriedade privada) em etapas mais “avançadas e modernas” (civilização industrial ou econômica de mercado) e que nesta evolução, tão natural e universal como as leis da mecânica que explicam o funcionamento do mundo físico, as sociedades europeias se encontravam no ponto mais avançado. Ao conceberem a história de cada povo como uma série de acontecimentos que conduziram da selvageria à civilização, os europeus, convencidos de representar o paradigma da “civilização por excelência”, exploraram os recursos dos territórios colonizados para alimentar o seu nascente sistema econômico baseado na expansão constante. Às vezes, através da violência militar, econômica e simbólica contra os povos colonizados, que eram considerados “selvagens” e em um estado muito próximo da natureza (Herrero; Pascual, 2010, p.1, tradução nossa).

Ecofeministas como Vandana Shiva e Maries Mies (2021, p.51) defendem que a perspectiva capitalista-patriarcal “interpreta a diferença como hierárquica e a uniformidade como pré-requisito para a igualdade”. Para Herrero e Pascual (2010), o pensamento dominante estrutura o mundo e divide a realidade a partir de uma série de dualismos, onde cada par de opostos possui uma relação dicotômica e hierárquica. Rodriguez (2012) evidencia que tal estrutura opõe conceitos como cultura e natureza, homem e mulher, saber científico e conhecimento tradicional, razão e emoção, Norte e Sul, local e global, civilizado e selvagem, entre outras. Nesta lógica dualista, uma das partes é “sempre considerada superior, sempre prosperando e progredindo às custas da outra” (Mies; Shiva, 2021, p. 54). Herrero e Pascual (2010) utilizam o termo encavalgamento para ilustrar como a superioridade atribuída a um dos lados justifica a domínio sobre o outro.

Um encavalgamento particularmente transcendente é o que forma os pares cultura-natureza e masculino-feminino. A compreensão da cultura como superação da natureza justifica ideologicamente seu domínio e sua exploração. A consideração da primazia do masculino (associado à razão e à independência) legitima que o domínio sobre o mundo físico seja protagonizado pelos homens, e as mulheres fiquem relegadas ao corpo, ao mundo instável das emoções e à natureza (Herrero; Pascual, 2010, p.1, tradução nossa).

Ao posicionar a natureza, a mulher e os “outros humanos”³⁰ em um grau hierarquicamente inferior aos interesses do homem e sua “racionalidade”, mazelas como a desigualdade social, a violência e a miséria são aprofundadas (Shiva, 1995). Para Balem e Nascimento (2021, p.2005) a perspectiva dicotômica e hierarquizante foi responsável “pela fragmentação da nossa própria humanidade, pela perda da capacidade de sentir empatia e, sobretudo, pela falta de consciência de que a espécie humana depende desse ambiente que tem sido explorado apenas conforme suas necessidades e o intuito lucrativo”. Assim, legitima o comportamento predatório, irresponsável, autodestrutivo e desenfreado da humanidade diante dos bens naturais do planeta Terra (Torres, 2009).

Em comum ao campo como um todo, há também a busca por alternativas sistêmicas, capazes de contrapor a postura humana predatória e a perpetuação de injustiças, sendo que o ecofeminismo em si pode ser visto com uma dessas alternativas. É importante frisar que as alternativas ao cenário vigente não surgem de um contexto em branco. Conforme posto por Solón (2019, p. 15), alternativas sistêmicas se configuram a partir de “lutas, experiências, iniciativas, vitórias, derrotas e do ressurgimento dos movimentos sociais, e aparecem em um processo muitas vezes contraditório de análises, prática e propostas que são validadas na realidade”.

Em escrita colaborativa, as teóricas Maria Mies e Vandana Shiva reforçam que “se o resultado do atual sistema mundial é uma ameaça à vida no planeta Terra, então é crucial ressuscitar e nutrir o impulso e a determinação para sobreviver inerentes a todos os seres vivos” (2021, p.52). O ecofeminismo, em sua pluralidade, também traz luz para um fenômeno recorrente nas mais diversas partes do mundo, que passa pela resistência e impulso de sobrevivência: a presença massiva de mulheres à frente da luta em defesa da natureza. Como enfatizado por Rodriguez (2012), observa-se que elas promovem diversas iniciativas de resistência à exploração indevida de bens naturais, assim como costumam agir em prol de alternativas sustentáveis para o meio ambiente.

Na experiência do movimento feminista brasileiro, há enorme presença das mulheres organizadas em diversas lutas locais e territoriais de resistência às barragens, à privatização da água, ao uso indiscriminado de agrotóxicos ou sementes transgênicas, ao banimento de usinas nucleares, ou pelo

³⁰ O termo “Outros humanos” é utilizado por Warren (2000) para se referir às demais identidades marginalizadas, submetidas a processos de dominação e exploração, como pessoas racializadas, crianças, pessoas pobres e oriundas de países colonizados.

contrário, através da agroecologia e da agricultura familiar, da economia solidária, do extrativismo local e da proteção dos bosques, florestas etc. como afirmação da construção de alternativas populares e sustentáveis (Rodriguez, 2012, s.p).

Conforme enfatiza a socióloga Nathália Ziolkowski (2019), as mulheres costumam ser as principais responsáveis por iniciativas de resistência à degradação ambiental e também na geração de renda aliadas à conservação da natureza, como é o caso do extrativismo sustentável de frutos nativos. Nesta prática que exemplifica a ligação da mulher com a natureza, “há uma preocupação em produzir alimento saudável e, dessa forma, elas realizam o plantio de espécies nativas, manejam as sementes; como também há o cuidado em deixar frutos para a dispersão natural das sementes e para a alimentação da fauna local” (Ziolkowski, 2022, p. 129). Partindo da observação do protagonismo de mulheres na luta campesina, a psicóloga Maria da Graça Costa (2020, p.308) observa que as ações são pautadas “em uma concepção ética de base ontológica de respeito à vida, (...) e pode nos ajudar a construir uma política do comum e do bem viver que, ao retirar verdadeiramente o homem do centro, nos permite construir uma humanidade em outros termos”.

O protagonismo das mulheres na luta pela defesa da vida também foi percebido em âmbito pessoal, a partir de um Trabalho de Conclusão do Curso durante a graduação. O exemplo que citamos trata-se do podcast “E nós aqui embaixo?”³¹ também desenvolvido em parceria entre as autoras dessa pesquisa, nos locais de orientanda e orientadora. É importante mencionar que o nome dado ao projeto, que remete ao chamado *desde abajo* do subalterno proposto por Mies e Shiva (2021), tem a intenção de sintetizar o sentimento contido nas entrelinhas das entrevistas. “É a pergunta que pode ser feita por quem é atropelado pelo progresso infinito; por alguém que sufoca com a fumaça das queimadas; por quem é deixado para trás, para lidar com as consequências do nosso modo de vida e de organização social” (Aristides, 2021, p.12).

A narrativa se apoia em relatos cedidos por ribeirinhas(os), agroextrativistas, pescadoras(os), piloteiros e isqueiras para revelar desafios vivenciados no Pantanal. Também buscamos investigar a relação próxima que essas comunidades tradicionais possuem com o bioma ao qual estão enraizadas. O trabalho, inicialmente, não possuía um recorte de gênero. No entanto, durante visitas

³¹ Podcast disponível em:

<https://open.spotify.com/show/50KqrkWrt2X0z4UXTpSdLL?si=789daab50e144cc8>

presenciais às comunidades pantaneiras, a liderança das mulheres saltava aos olhos. Mesmo sem a intenção prévia, o podcast é construído a partir do relatos de mulheres, de modo que “o protagonismo feminino vai se revelando ao longo do movimento de ouvir, ver e narrar” (Miguel, 2023, p.5).

O movimento fluiu de forma natural, uma vez que elas eram as lideranças indicadas para falar em nome das comunidades, estavam à frente de projetos de extrativismo sustentável, mas também demonstravam vontade de falar, de serem ouvidas ao contarem dificuldades, em um tom que assume o desabafo, denúncia e indignação do título do projeto. Aqui, é possível fazer um paralelo com o cenário narrado por Juliana Aguilera na elaboração de pautas para o Portal Modifica. Segundo a jornalista, “quando você trabalha com meio ambiente, invariavelmente vai falar de mulheres. Quando você procura associações de bairro ou qualquer tipo de coletivo, de norte a sul do Brasil, vai sempre ter uma mulher à frente”. (Aguilera, 2024).

O cenário também revela como, diante de eventos climáticos extremos e de outras consequências da exploração desenfreada da natureza, populações de modo de vida de subsistência são “os mais vulneráveis em decorrência de suas estreitas relações que possuem com os recursos naturais” (Moreira, 2010, p. 8). Em tempo de extremos climáticos, fatores como classe, raça e gênero também são determinantes para definir a intensidade com que eventos climáticos e desastres ambientais são sentidos. O documento produzido pela relatora das Nações Unidas, Reem Alsalem (2022, p.23), revela como as mudanças climáticas e suas consequências “afetam desproporcionalmente mulheres e meninas, em particular aquelas em situações vulneráveis e marginalizadas”, o que reforça a importância de enxergar a questão a partir de perspectivas ecofeministas.

Ao olhar para o projeto que desenvolvemos, citado anteriormente, assim como para tantos outros exemplos, percebemos na prática como “a tarefa de evidenciar os impactos do modelo de desenvolvimento predador e buscar soluções cotidianas fica concentrada nelas” (Miguel, 2023, p.6). Aqui, reforçamos novamente a necessidade de atenção com o local de cuidado atribuído às mulheres, evitando reforçar papéis tradicionalmente construídos, supervalorizar os desafios enfrentados ou sobrecarregá-las com a responsabilidade integral pela conservação ambiental e mudanças de atitudes. Conforme posto por Puleo (2019, p.19, tradução nossa), é

necessário que “existam projetos ambientais que não peçam às mulheres sacrifícios, mas, pelo contrário, promovam o seu empoderamento”.

As características comuns apresentadas neste tópico reforçam que o ecofeminismo “se perfila como um conceito que nos instiga a atualizar o feminismo às demandas e desafios contemporâneos” (Rodriguez, 2012, s.p). Essa potencialidade parece despertar o interesse de pesquisadoras de diversos âmbitos do conhecimento, com o advento de uma pluralidade de olhares e produções acadêmicas para as interconexões existentes entre a dominação de mulheres e da natureza. No tópico a seguir, nos debruçamos sobre olhares para o ecofeminismo provenientes de distintas áreas, buscando evidenciar também a sua capacidade de adaptação.

1.4 Interconexões a partir de um olhar ecofeminista

O estabelecimento de interconexões está no cerne das propostas ecofeministas, sendo que o próprio ecofeminismo se origina das ligações entre movimentos sociais e campos teórico-conceituais. Conforme apresentado no tópico anterior, também se caracteriza pelo impulso à junção entre grupos oprimidos, à reinvenção constante para abarcar novos e necessários olhares. Além disso, o campo ecofeminista também é capaz de se interligar a uma profusão de áreas do conhecimento (inclusive à comunicação, como nos propomos a fazer na presente pesquisa), o que buscamos evidenciar a seguir. Para isso, buscamos nos apoiar na revisão da literatura ecofeminista feita pela teórica Karen Warren (2000).

A autora observa o olhar de diferentes campos do conhecimento para o ecofeminismo e suas interpretações sobre as interconexões entre a dominação das mulheres e da natureza. As interconexões evidenciadas por Warren, que ilustramos a seguir com o trabalho de diferentes pesquisadoras, são de caráter histórico, conceitual, empírico, socioeconômico, linguístico, simbólico e literário, espiritual e religioso, epistemológico, político e ético.

As **interconexões históricas** se baseiam em dados e explicações causais para compreensão das origens da dominação sobre mulheres, demais humanos oprimidos e da natureza (Warren, 2000). Ecofeministas históricas, como Val Plumwood (2003) e Carolyn Merchant (1980) sugerem que o androcentrismo está no cerne das atuais crises ecológicas que ameaçam a perpetuação da vida, mas

divergindo entre si sobre o ponto de origem do patriarcado. Já o estabelecimento de interconexões conceituais é definido por Warren (2000, p.24, tradução nossa) como “o coração da filosofia ecofeminista”, uma vez que o ecofeminismo busca evidenciar as bases conceituais da lógica de dominação.

Tal esforço é perceptível no trabalho de autoras como Val Plumwood (2003) que destrincha o dualismo de conceitos como natureza e cultura, mente e corpo, emoção e razão, mulher e homem, postos em hierarquias para o exercício de relações de poder e à serviço da lógica de dominação. A aproximação conceitual também pode ser exemplificada no trabalho de Ariel Salleh (1984), que enfatiza como as diferenças de gênero, construídas socialmente, moldam comportamentos e atribui tarefas às mulheres, de modo que as torna mais sensíveis à natureza do que os homens.

As **interconexões empíricas** se baseiam na observação de experiências que conectam mulheres, natureza e demais grupos oprimidos (Warren, 2000). Tais evidências apontam, por exemplo, como as mulheres são desproporcionalmente afetadas por desastres ambientais, assim como estão mais expostas à toxinas, poluição e contaminação (Warren, 2000). Dados-denúncias produzidos por ecofeministas como Vandana Shiva (1995) evidenciam ainda como os sistemas dominantes, assim como as políticas de desenvolvimento impostas por países ricos, baseiam-se na destruição da natureza, aniquilando assim fontes de alimento e água, impactando as atividades de subsistência e sobrevivência das mulheres, além da manutenção de saberes tradicionais. Por fim, há ainda produções ecofeministas de base empírica que apontam como práticas e conceitos patriarcais estão no cerne da normalização da violência contra a natureza e animais, com atividades como a caça, indústria alimentícia e a pecuária extensiva, e de práticas violentas infligidas às mulheres, como a violência doméstica, pornografia e o estupro (Kheel, 2019).

Ainda relacionada às interconexões empíricas, Warren (2000) observa a ocorrência de abordagem socioeconômica em produções ecofeministas que relacionam questões como a exploração e desvalorização do trabalho da mulher e a exploração desenfreada dos chamados “recursos naturais”³². Conforme já apresentado anteriormente no presente trabalho, autoras como Silvia Federici

³² Pensadores indígenas como Ailton Krenak (2020) questionam a utilização do termo ocidental e capitalista “recursos naturais” para o que é propiciado pela natureza, já que reforça uma visão utilitarista, simplista e objetificada.

(2019) e Maria Mies (2021) evidenciam como o patriarcado se potencializa com o advento do capitalismo e, para a perpetuação e enriquecimento contínuo de classes dominantes, transforma mulheres e naturezas em recursos a serem explorados. Entre as interconexões empíricas socioeconômicas, destaca-se ainda o trabalho de Vandana Shiva (1995) que, ao apresentar o profundo impacto de políticas desenvolvimentistas aos moldes ocidentais na Índia, questiona um modelo econômico que ameaça a própria sobrevivência humana e das demais espécies, refutando assim a noção de desenvolvimento vigente.

As suposições são evidentes: a natureza é improdutiva; a agricultura orgânica baseada nos ciclos de renovação da natureza significa pobreza; as mulheres e as sociedades tribais e camponesas inseridas na natureza são igualmente improdutivas, não porque tenha sido demonstrado que em cooperação elas produzem menos bens e serviços para as necessidades, mas porque se presume que a “produção” ocorre apenas quando mediada por tecnologias para a produção de mercadorias, mesmo quando essas tecnologias destroem a vida. Nesta perspectiva, um rio estável e limpo não é um recurso produtivo; precisa ser “desenvolvido” com barragens para que isso aconteça. As mulheres, partilhando o rio como um bem comum para satisfazer as necessidades de água das suas famílias e da sociedade, não estão envolvidas no trabalho produtivo: quando substituídas pelo homem engenheiro, a gestão e o uso da água tornam-se atividades produtivas. As florestas naturais permanecem improdutivas até serem transformadas em plantações de monoculturas de espécies comerciais (Shiva, 1995, p.4, tradução nossa).

Trabalhos sobre interconexões linguísticas também são levantados por Warren (2000) em sua revisão da produção ecofeminista. Uma vez que a linguagem é fundamental para a formação de conceitos, “também desempenha um papel crucial em manter intactas as visões sexistas, racistas e naturistas que se reforçam mutuamente sobre as mulheres, as pessoas de cor³³ e a natureza não humana” (Warren, 2000, p. 27, tradução nossa).

Um exemplo linguístico apontado por teóricas como Carol Adams (2012) é a ampla utilização de terminologias pejorativas que compara mulheres à animais (a exemplo de vaca, cobra, piranha, galinha, cadela, etc) e as inferioriza, já que “animalizar as mulheres numa cultura patriarcal onde os animais são vistos como inferiores aos humanos reforça e autoriza assim o estatuto inferior das mulheres” (Warren, 2000, p.27, tradução nossa). De forma semelhante, termos e discursos são

³³ O termo em inglês *people of color* é utilizado para designar qualquer pessoa que não seja branca. Ao tratar especificamente da noção de “mulheres de cor”, Lugones (2014) defende seu potencial de gerar coalizão entre esses grupos diversos, permitindo assim a compreensão de múltiplas formas de opressões, mas também de suas resistências.

utilizados para feminilizar a natureza, pondo-a em uma posição de ser conquistada, dominada e objetificada (Warren, 2000). Para Adams (2012), a utilização da linguagem para naturalizar a mulher e feminilizar a natureza colabora para a perpetuação da dominação de ambas, sendo também um reflexo de suas semelhanças no contexto cultural e social do patriarcado.

As ecofeministas também propõem que padrões simbólicos e literários podem fornecer pistas sobre as interconexões entre a dominação da mulher e da natureza. Conforme Warren (2000), a literatura e a cultura popular também são esmiuçadas por ecofeministas em busca por simbologias. Na obra *The Death of Nature*³⁴, Carolyn Merchant (1980) exemplifica a questão simbólica ao abordar a transição da imagem da natureza que acontece ao longo dos últimos séculos na sociedade ocidental, da benevolente Gaia³⁵ (vista como uma mãe e sistema vivo), ou das respeitadas e misteriosas forças da natureza, para uma imagem mecanicista de uma natureza morta, que passou a ser vista como fonte de “recursos naturais” a serem explorados.

Aqui, cabe enfatizar que percepções simbólicas da Terra que divergem da sociedade ocidental resistem em cosmovisões de diferentes povos, marcadas por uma profunda conexão e pertencimento, em contraposição à percepção fragmentada e objetificadora característica da modernidade. Para culturas indígenas, tudo pode ser entendido como natureza, inclusive a espécie humana.

Na obra *A queda do Céu* (2015), o xamã Davi Kopenawa traz pistas das simbologias dentro da cultura yanomami que se contrapõem ao pensamento da sociedade moderna, a quem chama de povo da mercadoria. Para Kopenawa (2015), a floresta é entendida como um ser inteligente responsável pela manutenção da vida e que, portanto, deve ser respeitada, a fim de evitar a nossa própria destruição. Krenak (2019, p.43) sintetiza a ideia ao pontuar que, em diversas culturas que resistem, a Terra continua “sendo reconhecida como nossa mãe e provedora em amplos sentidos, não só na dimensão da subsistência e na manutenção das nossas vidas, mas também na dimensão transcendente que dá sentido à nossa existência”.

³⁴ A Morte da Natureza, tradução nossa.

³⁵ O conceito de Gaia é proveniente da mitologia grega e é atribuído à Terra, o elemento primordial do qual nascem os próprios deuses. Assim, é considerada a “Grande Deusa”, divindade cultuada por diferentes povos (Homero, 2015). O termo é ainda amplamente conhecido pela Teoria de Gaia, de James Lovelock (2006) segundo a qual a Terra é entendida como um organismo vivo, formado pela interligação da biosfera e demais elementos físicos que compõem o planeta, responsáveis pela sua autorregulação.

A percepção de pertencimento que marca a relação dos povos indígenas com seu território e com a Natureza, sem uma percepção de separação, pode ser ilustrada pela realidade exposta pela professora e ativista indígena brasileira Célia Xakriabá. Em sua tese de mestrado, Xakriabá (2018) descreve o impacto da separação do seu povo do rio ao qual estão historicamente ligados, em um processo oriundo da demarcação de terras, o que gera amplos impactos culturais, espirituais e sociais.

A relação que temos com o território não é uma relação da terra como matéria, é uma relação ancestral do território como corpo e espírito. Essa negação do direito ao acesso [ao rio] pode ser pensada como a retirada violenta de um filho recém-nascido do núcleo familiar, arrancado dos braços da mãe quando ainda dependente da alimentação do leite materno. [...] As últimas gerações Xakriabá também crescem sentindo a fratura identitária dessas ausências: por não terem ido com sua mãe, pai e avô pescar; pela falta das histórias e dos conhecimentos que não ouviram ao andar pelo rio; com o gosto da água que não sentiu; pelo canto e força dos encantos que de lá sumiram; por estranhar o corpo do estrangeiro que passou a se banhar e mais tarde envenenar no rio (Xakriabá, 2018, p.26).

Segundo Merchant (1980), a mudança da simbologia ligada à natureza na sociedade moderna abre margem para atos violentos e depredação, servindo ao propósito de respaldar a exploração desenfreada.

Enquanto a Terra fosse considerada viva e sensível, poderia ser considerada uma violação do comportamento ético humano cometer atos destrutivos contra ela. (...) As imagens controladoras funcionam como restrições éticas ou como sanções éticas – como “deveria” ou “não deveria” sutis. Assim, à medida que as metáforas descritivas e as imagens da natureza mudam, uma restrição comportamental pode ser transformada numa sanção. Tal mudança na imagem e descrição da natureza ocorreu durante o curso da Revolução Científica (Merchant, 1980, p.3, tradução nossa).

Karen Warren (2000) identifica trabalhos ecofeministas que investigam as **interconexões de caráter espiritual** no que tange às opressões das mulheres e da natureza. Em uma das linhas da investigação ecofeminista que se dedica à questão espiritual, busca-se o resgate e promoção de espiritualidades baseadas em uma mudança de percepção individual egoísta e hierarquizante, para a compreensão de um pertencimento ecológico, onde o divino é imanente e presente na própria natureza (Warren, 2000).

Para ecofeministas como Carol Christ (1990), a crise ecológica tem uma origem não apenas política, social, econômica e tecnológica, mas também espiritual. Para alterar o cenário vigente, a autora defende a necessidade de uma mudança

espiritual e o estabelecimento de um pensamento crítico sobre a superioridade do homem em relação à natureza, visando valorizar “a conexão profunda de todos os seres na teia da vida e um repensar da relação entre a humanidade e a divindade na natureza” (Christ, 1990, p.58, tradução nossa). Um dos grandes nomes da teologia ecofeminista é a freira brasileira Ivone Gebara, para quem é necessário promover a problematização de religiões institucionalizadas e dominantes, que “sublinham a superioridade masculina e a importância da obediência das mulheres à autoridade patriarcal e seu papel de mantenedora da harmonia familiar” (Gebara, 1997, p.99).

Feminismo e ecologia perguntam às religiões o que estão fazendo das mulheres e o que estão fazendo do corpo da Terra. Perguntam às tradições cristãs de nosso meio sobre a marginalização de grupos sociais e particularmente das mulheres, sobre o poder no interior das instituições religiosas e na formulação de nossas crenças profundas (Gebara, 1997, p.81).

Segundo Warren (2000), parte das ecofeministas espirituais, em especial provenientes da área da Teologia, aprofundam-se no estudo do papel de religiões judaico-cristãs para legitimar opressões e o próprio patriarcado, assim como a exploração da natureza. É o caso da teóloga feminista Elizabeth Dodson Gray que, em sua obra *Green Paradise Lost*³⁶ (1979), assume uma postura crítica ao analisar o mito cristão sobre a origem do mundo, onde a mulher é criada posteriormente e assume uma posição inferior ao homem, assim como o restante da criação. A autora evidencia a consolidação de um paradigma hierarquizante cristão que influencia diretamente o estabelecimento do pensamento dominante. Nessa pirâmide de dominância e status, estar no topo significa estar mais próximo da divindade espiritual, posição onde o homem se encontra segundo o cristianismo (Gray, 1979). Já “os inferiores – sejam mulheres, crianças, animais ou plantas – podem ser maltratadas, violadas, vendidas, sacrificadas ou mortas na conveniência dos estados mais elevados de espiritualidade encontrados em homens e em Deus” (Gray, 1979, p.6, tradução nossa).

A **interconexão epistemológica** também está no rol de interesse das ecofeministas, que contestam as bases e características da produção científica ocidental, como a necessidade de objetividade; a afirmação que o pesquisador é um sujeito imparcial, racional, independente e distanciado do objeto sob análise; e que

³⁶ O Paraíso Verde Perdido, tradução nossa.

grupos humanos sob dominação, assim como a natureza não humana, são objetos passivos a serem analisados para geração de conhecimento (Warren, 2000).

Warren (2000) observa que, na construção de uma análise ecofeminista da ciência, é recorrente a consulta a trabalhos de autoras como Sandra Harding e Donna Haraway, que se debruçam sobre a construção de epistemologia com perspectivas feministas. Harding (1993) avalia que a ciência ocidental é influenciada e produzida a partir do ponto de vista branco e masculino, que serve aos valores e crenças sociais da classe dominante. A autora avalia a inviabilidade de uma objetividade concreta em uma produção científica que não inclua outros pontos de vista, inclusive de questões caras às camadas marginalizadas.

(...) as atividades daqueles que estão na base de tais hierarquias sociais podem fornecer pontos de partida para o pensamento – para a pesquisa e o conhecimento de todos – a partir dos quais as relações dos humanos entre si e com o mundo natural podem tornar-se visíveis. Isto acontece porque a experiência e a vida dos povos marginalizados, tal como eles os compreendem, proporcionam problemas particularmente significativos a serem explicados ou projetos de pesquisa. Estas experiências e vidas têm sido desvalorizadas ou ignoradas como fonte de questões que maximizam a objetividade – cujas respostas vigentes não se encontram nessas experiências ou vidas, mas em outros locais, nas crenças e atividades das pessoas do centro, que elaboram políticas e se envolvem em práticas sociais que moldam vidas marginais (Harding, 1993, p.54, tradução nossa).

Em alinhamento com a proposta de Harding (1993), Warren (2000, p.34, tradução nossa) defende que é necessário ouvir e incluir perspectivas marginalizadas para se alcançar “formas alternativas de enxergar problemas ambientais, analisar dados ou teorizar sobre as interconexões entre mulheres, outros humanos e natureza”. Para exemplificar tal potencial, Warren relembra a força motriz do movimento Chipko, baseado no conhecimento, prática e vivência de mulheres marginalizadas, capazes de “fornecer uma perspectiva inestimável sobre como é viver as vidas que vivem - informações e perspectivas não facilmente acessíveis para aqueles que vivem fora da cultura” (Warren, 2000, p.34, tradução nossa).

A partir da crítica aos moldes da ciência moderna ocidental, Donna Haraway (1995) investiga alternativas epistemológicas e a construção da ciência a partir de propostas feministas. Embora Haraway não assuma uma perspectiva ecofeminista, suas conclusões a aproximam do campo quando, em alinhamento com outras teóricas, a autora propõe a superação de uma objetividade científica descorporificada e do distanciamento do objeto de estudo. Para a autora, essas

concepções são oriundas do ponto de vista privilegiado masculino e branco, tido como o “olhar que inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação” (Haraway, 1995, p.18). Propõe-se assim a busca por uma objetividade feminista, que assume sua parcialidade e a necessidade de pluralidade de pontos de vista de modo a construir o que Haraway (1995) compreende como saberes localizados. A autora também enfatiza que, na construção dos saberes localizados, é necessário compreender os objetos de estudos como sujeitos ativos, superando o conceito de dominação sobre um mundo natural passivo.

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento "objetivo". Explicações de um mundo "real", assim, não dependem da lógica da "descoberta", mas de uma relação social de "conversa" carregada de poder. (...) De certa maneira crítica, isso é grosseiramente apontado pela categoria incerta do social ou de agência: o mundo encontrado nos projetos de conhecimento é uma entidade ativa. (...) As ecofeministas talvez tenham sido as que mais insistiram em algumas versões do mundo como sujeito ativo, não como um recurso a ser mapeado e apropriado pelos projetos burgueses, marxistas ou masculinistas (Haraway, 1995, p.37).

As interconexões entre a dominação da natureza e mulheres também trabalhadas a partir de uma **perspectiva política**, uma vez que o ecofeminismo é um movimento ativista e político desde sua origem, com inclusão de questões pragmáticas como saúde, utilização de tecnologias, defesa do direito dos animais e ativismo pela paz (Warren, 2000).

Segundo Warren (2000), as análises políticas ecofeministas são diversas e podem ser influenciadas por diferentes correntes feministas às quais estejam ligadas, como feminismo marxista, radical, socialista e decolonial. Mas, de uma forma geral, as análises buscam examinar “criticamente as formas como as concepções e práticas da natureza e do gênero estão entrelaçadas com a nossa compreensão do que constitui o político” (Mallory, 2010, p. 309, tradução nossa). Salleh (1997) observa o estabelecimento de um movimento duplo, no qual as noções de superioridade do homem em relação à natureza e às mulheres gera consequências de cunho político, ao mesmo tempo em que tais noções são mantidas e reforçadas por políticas.

A premissa básica da análise política ecofeminista é que a crise ecológica é o efeito inevitável de uma cultura patriarcal capitalista eurocêntrica construída sobre a dominação da natureza e a dominação da Mulher “como natureza”. É o efeito inevitável de uma cultura construída sobre a dominação das mulheres e a dominação da Natureza “como feminina”. (...) As mulheres não estão “mais próximas da natureza do que os homens em qualquer sentido ontológico”. Tanto as mulheres como os homens estão “na/com/da natureza”, mas alcançar o prêmio da identidade masculina depende do distanciamento dos homens desse fato. (...) As ecofeministas exploram as consequências políticas desta diferença de gênero culturalmente elaborada (Salleh, 1997, p.13, tradução nossa).

Parte da produção acadêmica que interliga natureza e mulheres também se debruça sobre **questões éticas**, de modo a guiar moralmente as relações intra e interespécies. Warren (2000) considera que a ética ambiental está no cerne do ecofeminismo, uma vez que levanta a necessidade de consideração moral dos animais não humanos, ecossistemas e da natureza, expandindo o círculo de consideração moral para além dos humanos, incluindo outros seres que passam a serem vistos como sujeitos com valor intrínseco e não apenas recursos ou objetos à disposição dos humanos.

Rosendo (2022) apresenta, a partir da análise da obra de Warren, limitações existentes na ética ambiental, em especial a falta de propostas para transformação da relação entre a espécie humana e a natureza. A ética ambiental, de forma geral, baseia-se em características como a senciência (capacidade de sentir e sofrer), racionalidade, nível de inteligência ou proximidade física com humanos, o que também embasa estratégias jurídicas que consideram outros seres (para além do humano) como sujeitos de direitos (Rosendo, 2022). Val Plumwood (2003) observa que a racionalidade e a hierarquização dicotômica estão no cerne dos argumentos da ética ambiental tradicional, que promovem um afastamento da esfera das emoções para a consideração moral e tomada de decisões éticas. Val Plumwood salienta ainda que a ética ecofeminista parte da compreensão de um pertencimento ecológico que valoriza a alteridade, onde “a prosperidade da natureza e dos outros da terra é tratado não como instrumental, mas essencialmente relacionado com a nossa própria prosperidade” (2003, p.160, tradução nossa).

Ecofeministas propõem uma ética que busque englobar o valor intrínseco do outro, assim como a valorização do cuidado, respeito pela diferença e valorização da emoção e de sentimentos como a compaixão, de modo a superar construções dualísticas (Plumwood, 2003). A empatia é central na construção da ética ecofeminista, uma vez que “passa a ser uma habilidade que permite perceber a

situação de vulnerabilidade da outra e do outro, e a partir da qual se busca a orientação de qual é atitude moralmente correta em determinada situação” (Rosendo, 2016, s.p). Warren (2000) compreende a ética ecofeminista como sensível ao cuidado, onde o ato, historicamente atribuído às mulheres e, portanto, inferiorizado, passa a ser valorizado e interpretado, de forma não inerente, como central à vida como um todo.

Compreender a articulação do ecofeminismo e suas tantas possibilidades exigiu o percurso teórico aqui apresentado, que abre margens para um olhar direcionado para a comunicação e, mais especificamente, para sua aplicação ao jornalismo. No próximo capítulo, desenvolvemos conceitos como subjetividade (ou objetividade corporificada, como proposto por Haraway), exercício reflexivo e posicionamento, presentes em práticas jornalísticas engajadas. Para isso, abordaremos ainda o jornalismo ambiental e feminista, na busca por indícios aplicáveis ao fazer jornalístico a partir de uma perspectiva ecofeminista.

CAPÍTULO 2 - CAMINHOS PARA UM JORNALISMO ECOFEMINISTA

Neste capítulo, iremos percorrer caminhos teóricos que nos permitam pensar em uma prática jornalística alinhada ao ecofeminismo, práxis e conceito apresentado no capítulo anterior. O movimento de aproximar o ecofeminismo da comunicação, em um olhar geral, e do jornalismo, especificamente, faz-se necessário pelos desafios em comum vivenciados por mulheres, natureza e todos aqueles e aquelas considerados “Outros”. Assumimos que o jornalismo vai além de um mero transmissor de informações (Genro Filho, 1987), possuindo um papel de mediação que contribui ativamente para a formação da consciência coletiva, estímulo a ações estratégicas e contribuição para a transformação social, o que pode ser explorado pelo ecofeminismo.

Em um primeiro momento, propomos uma discussão acerca do jornalismo enquanto instituição que contribui para a cristalização de violências, pautadas por processos modernos e coloniais, assim como para a transformação de diferenças em desigualdades (Moraes; Veiga da Silva, 2019). Em contrapartida, também entendemos ser necessário evidenciar propostas que vão na contramão do estabelecido, com novos princípios e estratégias epistemológicas com potencial transformador (Gustafson, 2019). Por isso, direcionamos o olhar para os jornalismo ambiental e feminista, ambos marcados pela corporificação da prática (Haraway, 1995) ao assumirem aspectos como engajamento e compromisso com movimentos sociais no combate às injustiças. Entendemos que essas abordagens, quando bem articuladas, podem potencializar iniciativas insurgentes, que promovem novas formas de dizer, olhar e enquadrar a comunicação.

Nessa tessitura entre jornalismo que considera seus enfrentamentos e potencialidades em comum, exploramos ainda características que saltam aos olhos nos jornalismo ambiental e feminista: engajamento enquanto prática jornalística; abordagem de perspectivas não hegemônicas; ar de denúncia, chamado à ação e combate à injustiças; olhar sistêmico e transversalidade nas problemáticas abordadas; e presença de pluralidade de fontes. Assim, esperamos encontrar pistas para desvendar uma ética-estética e metodologia jornalística que denominamos enquanto ecofeminista.

2.1 Possibilidades de um jornalismo corporificado

O jornalismo pode ser compreendido como um importante produtor de conhecimento ao colaborar para a construção da realidade social, como posto por Adelmo Genro Filho (1987). Para além de um mero transmissor de informações, possui um papel de mediação que contribui ativamente para a formação da consciência coletiva e para a organização simbólica da sociedade (Genro Filho, 1987). Em contrapartida, Eduardo Meditsch (1997, p.11) também entende que, “como produto social, o Jornalismo reproduz a sociedade em que está inserido, suas desigualdades e suas contradições. Nenhum modo de conhecimento está completamente imune a isso”.

Ao assumir o jornalismo como uma prática social, é possível observá-lo em suas diferentes formas de integração e manifestação na realidade, o que pode nos fornecer pistas sobre as condições de pensamento sob as quais o campo opera, de modo a também entender como contribuem para manter sistemas de desigualdade. Nesse sentido, a pesquisadora Valéria Maria Vilas Bôas (2023, p.29) propõe o seguinte questionamento: o “jornalismo é mais uma peça nessa engrenagem de instituição da norma ou pode ser a ferramenta que a desmonta?”.

Conforme posto por Criselli Montipó e Jorge Ijuim (2021), olhar para a constituição do campo e suas contradições também é uma forma de construir e fortalecer uma prática engajada, reflexiva e subversiva, reafirmando sua capacidade de contribuir para a transformação da sociedade. Evidenciar esse caráter da práxis jornalística se mostra cada vez mais crucial “diante das múltiplas crises vividas em nosso país – sanitária, social, política e ambiental –, que acentuam a exclusão de grande parte da população” (Montipó; Ijuim, 2021, p.31), cenários estes abarcados pelo ecofeminismo.

Ao refletir sobre a consolidação do jornalismo enquanto instituição social no Brasil, Fabiana Moraes (2022) indaga: como se conforma o jornalismo em uma sociedade historicamente marcada pelo racismo, classismo, machismo e diversas outras formas de opressão? Para Márcia Veiga da Silva (2014, p.22), a notícia nos apresenta a realidade “a partir de visões de mundo predominantes que trazem implícitos nossos sistemas e hierarquias de valores hegemônicos - como os de gênero, de classe, de raça - e que parecem não serem refletidas criticamente no fazer jornalístico”. Assim, como também enfatiza Vilas Bôas (2023), as escolhas,

representações, sentidos, legitimações e formatações do jornalismo refletem relações culturais mais amplas.

Ao direcionarmos o olhar para a história do jornalismo, é possível rastrear pontos de origens de moldes problemáticos que se perpetuam por meio de narrativas e representações problemáticas e violentas (Moraes, 2022). Na obra “Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX”, Lilia Schwarcz (2017) exemplifica o fenômeno supracitado por meio da análise da produção noticiosa da época, momento em que a imprensa se desenvolvia enquanto instituição. Tomando como base preceitos científicos darwinianos e positivistas, os periódicos se esforçavam para encontrar e naturalizar traços de superioridade biológica de brancos em detrimento de negros, de homens em detrimento das mulheres. Schwarcz (2017) observa que, em um contexto pós-abolição, os jornais promoviam constantemente representações que colaboravam para manter e aprofundar cisões sociais.

(...) existe o negro das “ocorrências policiais”, o negro violento que se evadiu, o negro que é centro de notícias escandalosas, o negro dependente e serviçal que é oferecido enquanto “peça de bom funcionamento” ou mesmo o negro “objeto” de discurso dos editoriais científicos (Schwarcz, 2017).

Dois movimentos complementares saltam aos olhos nas produções noticiosas elencadas pelo livro: enquanto populações negras e indígenas eram constantemente apresentadas pelos jornais como propensas à violência, dependência e atraso, desenhava-se também um ideal civilizatório a ser alcançado, aos moldes europeus (Schwarcz, 2017). Assim, com base no discurso da razão e da ciência, as instituições de poder (o que inclui o jornalismo em consolidação à época) “fizeram do que não é o espelho da Europa a imagem do atraso, do desumano, que precisaria, na melhor das hipóteses, ser conduzido (adestrado) para se adequar ao modelo europeu” (Andrade, 2017, p.294).

A exemplo da nossa sociedade, a base colonial também se perpetua no âmbito do jornalismo, uma vez que nunca foi devidamente encarada. Para Moraes (2022, p.103), a negação dessas bases implica em “sucessivas tentativas de recalcar, no jornalismo, um traço inerente à formação social brasileira”, o que colabora para a cristalização da violência a nível individual e coletivo. Em alinhamento com Jessica Gustafson (2019), assumimos que ainda são necessárias

mudanças profundas no campo para que o mesmo deixe de produzir e reproduzir discursos que legitimam desigualdades e violências.

A perpetuação do pensamento moderno no jornalismo exige atenção no âmbito teórico e prático para que possamos pensar em sua superação (Gustafson, 2019). Como entende Cremilda Medina (2008), os postulados modernos alicerçam a linguagem jornalística e, como consequência dessa herança, noções modernas como neutralidade, distanciamento, racionalidade, imparcialidade, universalidade e objetividade tornaram-se parâmetros de credibilidade em espaços de construção do conhecimento, como o jornalismo. Para a autora, “sempre que um jornalista está diante do desafio de produzir notícias, (...) os princípios ou comandos mentais que conduzem a operação simbólica espelham a força da concepção de mundo positivista” (Medina, 2008, p. 25).

Já há duas décadas atrás, Rogério Christofoletti (2004, p.10) observou o crescente questionamento da ciência racional iluminista e da sua onipotência, nos moldes “como se construiu e se apresentou nos últimos séculos: metodologicamente determinista, pretensamente absolutista, excludentemente ocidental, paradoxalmente dogmática”. A crítica dessas noções e do próprio cientificismo cresce, em especial, por influência de diferentes correntes feministas. Em alinhamento com Michel Foucault (1975), evidenciam a relação íntima entre saber e poder e reforçam que o conhecimento único serve muitas vezes para legitimar e perpetuar estruturas de poder. Ao investigar as possibilidades de uma epistemologia feminista, a pesquisadora Margareth Rago (1998) avalia que essa vertente propõe

o questionamento da produção do conhecimento entendida como processo racional e objetivo para se atingir a verdade pura e universal, e a busca de novos parâmetros da produção do conhecimento. Aponta, então, para a superação do conhecimento como um processo meramente racional: (...) incorporam a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva no processo do conhecimento, questionando a divisão corpo/mente, sentimento/razão (Rago, 1998, p. 10-11).

A crítica feminista aos moldes científicos se dá de forma heterogênea, em alinhamento com diferentes correntes teóricas, articuladas com distintos movimentos sociais. Mas, como evidenciado por Margareth Rago (1998) e Cecília Sardenberg (2007), um ponto em comum nas críticas tecidas por feministas aos eixos epistemológico e conceitual dominantes é sua constituição a partir de pressupostos androcêntricos, historicamente considerados superiores (valorização do sujeito, mente, razão e transcendência). Em comum, as críticas apontam para a

impossibilidade de neutralidade, assim como para a necessidade de repensar o conceito de objetividade aos moldes iluministas (Sardenberg, 2007).

O movimento de desconstruir essas categorias estabelecidas exige também a elaboração de novos princípios e estratégias epistemológicas, mas que ainda sejam pautados pelo rigor necessário às práticas científicas e jornalísticas (Gustafson, 2019). Nessa busca, nos voltamos novamente para a proposta de saberes localizados, formulada por Donna Haraway (1995). Como já apresentado brevemente no capítulo anterior, sua abordagem propõe uma superação da objetividade científica descorporificada. Assim, a teórica reforça a necessidade de explicações confiáveis sobre os fenômenos sob análise, mas sem limitá-las à lógica positivista.

A metáfora do corpo assume posição central na proposta de objetividade científica de Haraway (1995). A autora demonstra que, nos pilares científicos modernos, há uma cisão entre os corpos marcados (aqueles que costumam estar fora do âmbito da ciência ou em uma posição de objeto de análise), e o cientista, sujeito descorporificado, categoria que possui “o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação” (Haraway, 1995, p. 18). Tal postura é entendida pela teórica como relativista, “uma maneira de não estar em lugar nenhum, mas alegando-se que se está igualmente em toda a parte” (Haraway, 1995, p.24), o que leva a uma impossibilidade de atribuir responsabilidade sobre o que se é produzido, assim como sua avaliação crítica.

Nessa esteira de raciocínio, Haraway (1995, p. 24) vê a objetividade corporificada como alternativa ao relativismo, com o estabelecimento de “saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de conexões, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia”. A autora entende que todos os saberes são situados, em âmbito social e histórico e, assim, a objetividade reside em assumir a perspectiva parcial do conhecimento produzido, onde sujeitos sejam também capazes de prestar contas, o que seria uma postura responsável. Para qualificar a ciência, o movimento necessário seria a possibilidade de conectar múltiplas visões parciais em detrimento da visão única, vendida como transcendental. Para além, a autora sustenta a necessidade de inclusão dos pontos de vista subalternizados, o que entende como “conhecimento

potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação” (Haraway, 1995, p. 24).

A partir de Donna Haraway, é possível se direcionar para outros âmbitos produtores de conhecimento, como é o caso do jornalismo. Ao seguir o mandamento científico moderno de “se ater aos fatos”, reduzindo-os às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis, os profissionais “parecem agir como os pesquisadores partícipes de visões científicas” (Moraes, 2022, p.15). Em busca de objetividade, recorrem a reducionismos e procedimentos padronizados, assumindo um distanciamento do mundo, sem se envolver com as dinâmicas e contextos narrados ou se colocar no que produz (Moraes; Veiga da Silva, 2019).

Aqui, também nos alinhamos com as propostas de Haraway (1995) e vemos potencialidade no posicionamento e corporificação no jornalismo, que pode se concretizar por meio do engajamento presente em iniciativas jornalísticas compactuadas com movimentos sociais, como o feminismo e ambientalismo, ou até mesmo o próprio ecofeminismo.

É importante ressaltar que, ao evitar se posicionar (ou, no caso, demonstrar seu posicionamento), os profissionais do campo também não se responsabilizam pelas consequências de suas escolhas e produção. Historicamente, o jornalismo tradicional se eximiu da responsabilidade ao abordar problemáticas que afetam grande parcela da sociedade, estando assim implicado em “processos de transformação de diferenças em desigualdades, contribuindo para a manutenção e opacificação de ideologias como o machismo e o racismo” (Moraes; Veiga da Silva, 2019, p.3), com consequências sociais devastadoras. Por fim, essa postura impede a autorreflexão crítica necessária para transformações estruturais e, no fim, assume um lado: o do *status quo*, daqueles que estão no poder.

Ao levarmos em consideração que, por se tratar de uma construção cultural, o jornalismo “não é algo fixo, dado, com regras e limites imutáveis ou homogêneos” (Vilas Bôas, 2023, p.29), entendemos como possível e urgente a busca por outros caminhos para o fazer e pensar jornalísticos, aqui elaborados por meio da perspectiva ecofeminista. Como Moraes (2022, p.25), intuímos a necessidade de um “fazer reflexivo compatível com a beleza, a complexidade, a responsabilidade, a criatividade, a importância e o dinamismo do jornalismo”. Para a autora, seguir tal percurso é necessário para o estabelecimento de uma prática

(...) que possa ajudar a (re)construir cidadanias precarizadas, representações miúdas, violências consentidas. Que reconheça a densidade da vida e os limites de uma democracia que jamais deu conta de populações imensas, com as de pessoas negras e as indígenas, em um país que pouco combateu a pobreza, mas muito combateu o pobre (Moraes, 2022, p.18).

Ao refletir sobre o papel do jornalismo, o pesquisador Jorge Ijuim (2017) destaca sua missão de humanização, o que entra em contraposição com a desumanização estabelecida no campo, responsável por gerar não-existências. Para Ijuim (2017), a desumanização reside na “caricaturização” do Outro, na dificuldade de perceber e assumir a complexidade dos fenômenos e de estabelecer comunicação com a diferença. Em um movimento para recuperar sua missão humanizadora, o autor propõe que o profissional,

(...) munido de uma racionalidade criativa e da emoção solidária, assume a postura de curiosidade e descoberta, de humildade para sentir as dores do mundo (...), de empatia, de solidariedade às dores universais (...). Assim, seu trabalho respeita as diferenças de qualquer natureza e se isenta de pré-julgamentos, de preconceitos e estereótipos (Ijuim, 2012, p.133).

Neste caminho, busca-se alternativas à relação sujeito-objeto³⁷ advindo da Ciência Moderna, tida como único modelo possível, que reafirma estereótipos e estigmas, interdita subjetividades e banaliza a vida, quer seja ela humana ou não (Ijuim, 2017). Aqui, entendemos que a proposta de humanizar a prática, antes de reiterar a posição central à espécie humana (o que vai de encontro aos princípios ecofeministas), pode ser expandido como uma possibilidade de superar o olhar que “coisifica” fenômenos, seres vivos e a própria realidade.

Para além de um mero reproduzidor de fatos, entendemos o jornalismo como espaço a ser explorado e ocupado como local de denúncia e busca por transformações sociais (Montipó; Ijuim, 2021). Para isso, é necessário buscar o papel da comunicação em suas raízes mais profundas, onde reside a partilha, o diálogo e a conexão, de forma crítica e reflexiva (Moraes, 2022). Assim, o “jornalismo aqui pretendido pode ser desempenhado por profissionais que não apenas estão no mundo, mas com o mundo” (Montipó; Ijuim, 2021, p.32). É o que também conclui Gustafson (2019, s.p), ao propor a superação de um papel simplista

³⁷ A relação sujeito-objeto, derivada da Ciência Moderna, consiste na percepção dos fatos atendo-se às suas dimensões observáveis e mensuráveis, em uma lógica utilitarista e “objetificadora” dos fenômenos. Essa relação pode ser transposta para o jornalismo por meio do incentivo ao distanciamento, frieza e objetividade no exercício profissional, assim como pela “coisificação” dos acontecimentos e pessoas relacionadas às pautas produzidas (Ijuim, 2017).

e redutor da atividade, “que se opõe ao entendimento do jornalista enquanto agente ativo na construção social da realidade”.

Uma potência transformadora parece estar na corporificação dos saberes também no jornalismo, assumindo a presença da subjetividade e a localização limitada da percepção sobre a realidade, onde podemos “nos tornar responsáveis por aquilo que aprendemos a ver” (Haraway, 1995, p. 21). Para além, reiteramos a necessidade de superar as “imagens turvas, camufladas e distorcidas, carregadas de preconceitos e estereótipos sobre a sociedade e os sujeitos” (Gustafson, 2019, s.p).

Na proposta de um jornalismo onde o corpo, emoções, subjetividades e origens são assumidos e reconhecidos como elementos complementares para a prática, observa-se “uma potência transformadora/reparadora que pode ajudar a empreender movimentos urgentes no pensar e no fazer jornalísticos” (Moraes; Veiga da Silva, 2019, p.16). Aqui, é possível fazer paralelos com a proposta do portal Modifica, que afirma ser pautado pela missão de estimular a “percepção sistêmica sobre os problemas socioambientais por parte da sociedade, sobretudo lideranças sociais e agentes de influência, com objetivo de promover relações de equidade e justiça entre seres humanos, não-humanos e Natureza” (Modifica). Ao direcionarmos o olhar para o conteúdo do portal, é possível perceber indícios desses movimentos necessários diante do contexto contemporâneo, em especial quando observamos a existência de produções que englobam temáticas como crise alimentar e relação com a crise climática, violência contra mulheres indígenas e subnotificação de toxicidade de pesticidas (Aristides; Miguel, 2023). Nesse sentido, é possível perceber ainda um

(...) descentramento das pautas, focadas em outras localidades geográficas e com diferentes fontes mulheres, assim como a escolha por temáticas fora do eixo do que comumente é tratado pela mídia hegemônica. Em uma produção feita essencialmente por jornalistas mulheres, também chama atenção o tensionamento na prática a conceitos como a objetividade e a imparcialidade (Aristides; Miguel, 2023, p.13).

Um jornalismo pautado pela corporificação se articula, primeiro, a partir de uma postura crítica em relação a questões que estão no cerne do jornalismo hegemônico, como o discurso de objetividade jornalística. Também dá centralidade à necessidade de ação reflexiva, com intuito de fortalecer o caráter transformador possível para a prática jornalística. Dessa forma, entendemos que essas

abordagens, quando bem articuladas, podem potencializar iniciativas insurgentes, que promovem novas formas de dizer, olhar e enquadrar a comunicação. No exercício jornalístico, é possível encontrar iniciativas que vão de encontro a essa proposta, como aquelas consideradas engajadas. A seguir, propomos a tessitura entre o jornalismo ambiental e feminista, que se configuram de forma corporificada, ativista e crítica.

2.2 Diálogos entre jornalismo ambiental e feminista para uma prática ecofeminista

No caminho para compreender a possibilidade de um jornalismo ecofeminista, entendemos ser importante direcionar o olhar para os jornalismo ambiental e feminista. O intuito é buscar estabelecer o diálogo entre dois jornalismo que assumem uma postura comprometida e fortemente relacionada com movimentos sociais e com o combate às injustiças. Em caráter de definição, vale o questionamento se podem ser compreendidas enquanto conceitos, práticas ou até mesmo éticas jornalísticas.

Ao recorrer ao arcabouço teórico levantado para compreensão dos jornalismo ambiental e feminista, observamos que as pesquisadoras frisam que ambos vão além de um jornalismo especializado³⁸, que apenas cobre pautas ligadas ao meio ambiente ou às mulheres. Como posto por Ilza Girardi *et al.* (2020), para além de uma cobertura factual, estabelece-se a incorporação de valores, posicionamentos, linguagens e configurações específicas desses ativismos na construção de conteúdos jornalísticos.

O jornalismo ambiental se configura a partir do olhar para a relação sociedade-natureza, de modo a transversalizar o debate. Girardi (2018, p.21) ressalta que o mesmo é fundamental “para imprimir um olhar cuidadoso e comprometido com a defesa da vida em todas suas dimensões”. Segundo o jornalista uruguaio Victor Bacchetta (2000, *apud* Girardi, 2018), nas pautas elaboradas por jornalistas ambientais, é recorrente a abordagem sobre os efeitos da atividade humana no planeta, levando em conta suas implicações políticas, sociais, culturais e éticas. Com isso, o objetivo é “desenvolver a capacidade das pessoas para participar e decidir sobre sua forma de vida na Terra, para assumir em definitivo sua cidadania planetária” (Girardi, 2018, p.19 *apud* Bacchetta, 2000, p. 18, tradução

³⁸ O jornalismo especializado é compreendido como uma construção em oposição a uma prática mais generalista, sendo exigido um conhecimento mais aprofundado de temas, conceitos e processos que são abordados em suas produções (Bueno, 2015).

nossa). Assim, é possível observar em seu cerne a missão de estimular mudanças de pensamento e comportamento.

Já o jornalismo feminista é entendido como aquele produzido por e para mulheres, com intuito de abordar suas lutas, desejos, questionamentos e problemas, conforme enfatiza por Viviane Freitas (2017). Aqui, é importante ressaltar que o jornalismo feminista é tão diverso quanto o próprio movimento ao qual está atrelado, podendo estar alinhado a diferentes perspectivas feministas. Portanto, faremos uso do termo genérico que sintetiza pontos gerais dessa proposta. Jorge Salhani, Heloísa Santos e Raquel Cabral (2020, p.3) reforçam que o objetivo desse jornalismo é “inserir a ética feminista na atividade, muito mais do que apenas produzir notícias com perspectiva de gênero”. Para alcançar tal objetivo, são feitas escolhas conscientes e intencionais na produção jornalística para visibilizar suas pautas e reivindicações.

As pesquisadoras Sonia Aguiar e Hyvana Rodrigues (2022) ressaltam que o jornalismo feminista se configura a partir do objetivo de educar, conscientizar, denunciar e incentivar a tomada de ações em prol de mudanças. Desse modo, constrói-se a partir de uma epistemologia feminista, em contraposição aos paradigmas patriarcais estabelecidos em veículos de comunicação tradicionais, como a objetividade que privilegia um ponto de vista hegemônico.

Na revisão conceitual realizada para elaboração deste tópico, percebemos uma série de características em comum, o que viabiliza uma tessitura entre os jornalismo aqui abordados. Em especial, destacamos os seguintes aspectos: engajamento na prática jornalística; abordagem de perspectivas não hegemônicas e interseccionais; ar de denúncia, chamado à ação e combate à injustiças; olhar sistêmico e transversalidade nas problemáticas abordadas; e presença de pluralidade de fontes e autorias.

A seguir, nos propomos a direcionar o olhar para cada um desses tópicos, enquanto pomos em perspectiva inferências acerca de uma prática jornalística ecofeminista. Posteriormente, esses elementos serão considerados na análise do portal Modifica. É importante frisar que, em caráter de elaboração do nosso arcabouço teórico, iremos apresentar esses aspectos de forma separada. No entanto, na prática, as linhas entre elas são mais tênues, com influência cruzada entre as características.

2.2.1 Engajamento enquanto prática jornalística

Na proposta de interação entre as práticas feminista e ambiental do jornalismo, começamos observando uma característica que salta aos olhos em ambas as situações: **a prática engajada**. Moraes (2022) argumenta que a solidariedade e a humanização são pilares da ação jornalística engajada, caracterizada pela defesa de causas sociais e ambientais, pautada por ideais de justiça e de transformação social. Esse aspecto pode ser observado desde questões como escolhas de temas, enquadramentos e fontes, assim como na postura ativista desses veículos e profissionais (Gustafson, 2019).

Em seu longo trabalho de pesquisa sobre jornalismo ambiental, Wilson Bueno (2007) dá destaque para o papel do engajamento na prática desde seu surgimento. Nesse sentido, o autor argumenta que esse jornalismo exige uma postura social, política e culturalmente engajada ao se levar em conta missões como a mobilização da sociedade, ampliação do debate e a própria manutenção da natureza. Em contraposição a um profissional neutro e distanciado, um jornalista ambiental possui um compromisso “que se estende além da jornada de trabalho. Consciente e capacitado, ele será militante sempre. Qualquer outra alternativa conduz, inevitavelmente, à capitulação” (Bueno, 2007, p. 36).

O engajamento do jornalista ambiental é reforçado por Eloisa Beling Loose e Roberto Villar Belmonte (2023, s.p.), que entendem esses profissionais como “sujeitos ambientalmente orientados”. Os autores observam ainda que iniciativas de cunho ambiental costumam declarar o ativismo desde suas propostas editoriais, o que permite posicionamentos explícitos em prol da valorização da natureza nos conteúdos que produzem. O engajamento evidenciado na linha editorial também é perceptível em iniciativas feministas, que deixam claro seu posicionamento para alcançar um público alinhado com suas propostas (Rodrigues, Aguiar; 2022).

Essa característica em comum também é identificável no caso que nos propomos a analisar, direcionando o olhar para um possível exemplo de jornalismo ecofeminista. Na linha editorial do portal Modifica, as responsáveis explicitam que pretendem estimular uma mudança de olhar por parte da sociedade para problemas socioambientais “com objetivo de promover relações de equidade e justiça entre seres humanos, não-humanos e Natureza” (Modifica). Para a fundadora da

iniciativa, Marina Colerato (2024), um posicionamento claro se configura ainda como um compromisso ético-político.

Pensamos no objetivo de falar com as mulheres e com as feministas, falar sobre questões ambientais e como isso estava intrinsecamente relacionado, como a destruição da natureza se relaciona com a posição de subalternidade das mulheres nesse patriarcado milenar. (...) A gente se autodeclarar ecofeminista determina um posicionamento e que a gente tem um compromisso intelectual, político, e prático com as ecofeministas (Colerato, 2024).

É importante destacar que a presença de engajamento na prática jornalística pode ser vista como negativa ao ser compreendida enquanto característica subjetiva e, portanto, ir de encontro ao paradigma da objetividade jornalística (Medina, 2008). Para seguir nessa tessitura visando o jornalismo ecofeminista, vemos como necessária uma elaboração sobre esse pressuposto que está no pilar do jornalismo hegemônico, pautado também por outros valores masculinos, como a neutralidade (Veiga da Silva, 2021), assim como evidenciar que os jornalismo ambiental e feminista desconstróem esse paradigma na prática.

Conforme tratamos no capítulo anterior, o estabelecimento de pólos hierarquizados está no cerne do pensamento moderno, problematizado pelo ecofeminismo e pelo pensamento decolonial. Essa dicotomia abrange o binômio objetividade (superior) e subjetividade (inferior). Ao apresentar o conceito da objetividade, Rogério Christofolletti (2004) já debatia que ele se encontrava no alicerce da ideia de razão pura e distanciada, interligado

(...) ao que se entende por mundo objetivo, ou mundo dos estados de coisa dados no espaço-tempo. O mundo dos fatos. A objetividade é a faculdade de tornar uma situação, um ser ou uma coisa objetos. Tudo aquilo que o sujeito não reconhece como uma extensão de si é entendido como objeto, uma exterioridade, uma alteridade (Christofolletti, 2004, p.11).

A proposta dessa objetividade é, portanto, observar os fenômenos de uma distância segura, com fronteiras entre sujeito e objeto bem estabelecidas. Em contraposição, a subjetividade é “tudo aquilo que se refere ao sujeito, ao caráter pessoal, e que, por isso, é arbitrário, relativo, parcial e de ordem afetiva. O subjetivo se opõe ao que é objetivo” (Christofolletti, 2004, p.119). É, portanto, atribuído ao âmbito da particularidade, do pessoal, da emoção e do engajamento.

Christofolletti (2004) evidencia como essa lógica dicotômica serve de inspiração para o jornalismo e seu modelo ideal de representação da realidade, onde o profissional é orientado a reportar os fatos de forma direta, objetiva e

desapaixonada. Assim, a atividade assume uma “tradição narrativa que tenta ser o reflexo do mundo, e nesta perspectiva, a reportagem dos fatos precisa atender a critérios rigorosos de observação e de descrição” (Christofolletti, 2004, p.12). Para Frederico Tavares (2023), ao se separar sujeito e objeto, o acontecimento abordado pelo jornalismo passa a ser um testemunho desencarnado, em detrimento da experiência, interpretação e afetação do sujeito que narra. Observamos, assim, uma lógica semelhante à descorporificação criticada por Donna Haraway (1995) no âmbito da ciência.

Rafael Henriques (2023, p.135) assume que, ao se distanciar, o profissional se esforça, no entanto, “para não interpretar, para não fazer relações entre os fatos, e acaba se assujeitando à perspectiva dominante, e, muitas vezes, (...) termina por igualar o enquadramento mais automático, hegemônico, à própria realidade concreta”. Desse modo, o jornalista “só é visto como objetivo - e idealmente classificado como neutro e imparcial - quando reproduz o senso comum e os valores hegemônicos que circulam na sociedade” (Gustafson, 2019, s.p). Em outras palavras, o jornalismo que persegue uma objetividade plena pode reforçar uma visão única da realidade e um modo de vida “associado principalmente a uma leitura de mundo que normaliza o capitalismo e o neoliberalismo como modelos de estruturação da sociedade” (Tavares, 2023, p. 59).

Neste sentido, Vilas Bôas (2023, p.31) observa que “a objetividade tem funcionado como mais um modo de regulação de subjetividades possíveis, mais um lugar de construção da norma e da convenção”. Na mesma esteira de pensamento, Gustafson (2019, s.p) observa que “toda a interpretação que ultrapasse esse universo de possibilidades aceitas será creditada como sem propósito informativo”. Para Moraes e Veiga da Silva (2019), o cerceamento da subjetividade implica ainda na interdição da própria capacidade de reflexão crítica.

Em alinhamento com Moraes (2022), e antes de avançarmos nessa discussão, é necessário enfatizar que a crítica aqui não é direcionada a elementos básicos necessários na rotina do jornalismo, como apuração, checagem, entrevistas, levantamento de dados e manutenção do que foi falado por fontes.

Procedimentos são vitais para que a notícia chegue ao público de maneira mais completa e polifônica, oferecendo amplitude informacional e realces necessários ao que é publicizado. O jornalismo, apesar de abarcar a possibilidade de criação (...) precisa desses critérios para se valer como campo do conhecimento. No entanto, esses mesmos procedimentos não podem ser vistos como objetivos em si (Moraes, 2022, p.14).

Conforme evidenciado por Henriques (2023), por vezes o debate sobre a presença da subjetividade no âmbito do jornalismo é visto como algo preocupante, em especial por profissionais da área, ao ser confundido com relativismos ou um “vale tudo” sem critérios. Apesar de serem questionados há tempos no âmbito teórico, pressupostos como objetividade e imparcialidade ainda são invocados com frequência na atividade jornalística, parecendo atuar como um terreno seguro para se pisar, um suporte que traz credibilidade e veracidade ao que se é produzido, que blinda o profissional de possíveis críticas. Para Christofolletti (2004, p.130), alardear esses pressupostos revelam, na verdade, as “vigas abaladas de um edifício que inspira intranquilidade”. Apesar do pesquisador ter ressaltado a questão há duas décadas, ainda é possível observar a permanência dessa postura nos dias atuais.

Na defesa de direitos sociais e ambientais, assim como no combate às estruturas que violam mulheres e a natureza, características dos jornalismo sob análise, configura-se o tensionamento dos valores de imparcialidade e objetividade. Mas isso não implica, necessariamente, em uma narrativa meramente subjetiva, sem lastro em fatos da realidade. A proposta é resgatar o valor da subjetividade e dos aspectos a ela atribuídos, como o próprio engajamento, de modo a superar a cisão estabelecida com a objetividade, o que possibilita a construção de um jornalismo mais coerente e transparente.

Assim, os jornalismo aqui discutidos problematizam, na prática, o pressuposto da objetividade, o que abre margem para uma produção engajada, que valoriza as subjetividades e as diferenças e que pode atuar em prol de efetivas mudanças no que se refere ao jornalismo ecofeminista, por exemplo. Para além disso, ambos apostam que o jornalismo, enquanto prática comunicativa crítica, engajada e emancipatória, pode colaborar diretamente para a superação dos problemas que abordam (Gustafson, 2019).

2.2.2 Perspectivas não hegemônicas

Os jornalismo aqui apresentados também buscam se diferenciar daquele proposto e executado pela mídia hegemônica ao englobar **perspectivas não convencionais**. Para os pesquisadores Guilherme Carvalho e Marcelo Bronosky (2017, p.23), o elemento de contraste possibilita classificar esse tipo de iniciativa jornalística como alternativa, já que “pressupõe a existência de um elemento

predominante cuja razão é questionada por outro elemento”. Segundo os autores, um jornalismo alternativo, também apresentado como contra-hegemônico ou independente

(...) se apresenta como “outro” jornalismo, ao assumir um caráter dialético presente, tanto nos nomes dos veículos (...), como também na proposta de fazer um jornalismo diferenciado do que se verifica hegemonicamente, apresentando aspectos que propõem uma percepção diferente sobre a realidade. Estas iniciativas representam o espírito livre que move o senso crítico que transforma as estruturas sociais, impondo limites para os interesses particulares que possam se deixar escapar pela inflexibilidade do jornalismo convencional. Mais do que isso: propõem uma outra forma de percepção da realidade cuja base de ação dialética disputa as atenções com os grupos jornalísticos dominantes, cujo propósito, em essência, é assumir este posto e de reorientar o pensamento sobre o que seria jornalismo (Carvalho; Bronosky, 2017, p.25).

O desenvolvimento de contra narrativas em oposição às perspectivas hegemônicas pode ser observado em espaços alternativos que alinham jornalismo e o midiativismo, como observado por Amanda Franco e Katarini Miguel (2023). Cabe explicar que o termo midiativismo, em suma, refere-se ao uso de mídias como ferramentas para a mobilização social e o engajamento político (Braighi; Câmara, 2018). Como levantado por Franco e Miguel (2023), em análise do jornalismo midiativista ambiental do portal Amazônia Real, os próprios ativistas podem criar e distribuir conteúdo, o que abre espaço para vozes e pautas marginalizadas, rompendo com a tradicional mediação dos grandes veículos de comunicação. A partir do caso da Amazônia Real, é possível inferir que a junção do midiativismo e do jornalismo se concretiza a partir de

um ponto de vista mais emancipatório, especialmente, no plano narrativo. (...) há um modo de se dizer e informar discrepante da superficialidade e do véu da objetividade pregada pelo mainstream midiático. Por ser exercido por indivíduos/profissionais que acreditam no potencial transformador e mobilizador do jornalismo, notamos que as críticas e os posicionamentos mais contundentes, principalmente a atores políticos, são feitos por meio de táticas discursivas indiretas como da ironia, do desprezo e de indagações, em maior ou menor grau, para tentar resistir e explicar a então obscura conjuntura ambiental (Franco; Miguel, 2023, s.p.).

Desse modo, projetos que articulam feminismo e jornalismo possuem como desafio “a elaboração de novas soluções jornalísticas, éticas e práticas, para a construção de discursos que se oponham aos que circulam na mídia hegemônica” (Gustafson, 2019, s.p.). Em análise de veículos independentes feministas, Gustafson (2019) observa que uma das táticas utilizadas por esses espaços é a opção de

privilegiar fontes e autoras mulheres, o que também acontece na escolha das imagens, ilustrações, temas e enfoques dos conteúdos. No caso do Portal Modifica, essa era uma preocupação no cotidiano profissional, conforme relata a jornalista Juliana Aguilera.

A gente sempre priorizava mulheres justamente por essa falta de espaço da mulher que normalmente a gente tem na mídia. Isso [a falta de presença de mulheres] é engraçado porque toda vez que você procura uma referência de algum estudo, que tem a ver com o meio ambiente, pessoa, comunidade, vai estar uma mulher ali. (...) Quando você procura associações de bairro ou qualquer tipo de coletivo, vai sempre ter uma mulher à frente. (...) Hoje em dia, quando eu quero fazer uma matéria, eu sempre procuro uma mulher para entrevistar, eu ainda mantenho isso. (...) Não é só dar espaço para mulher falar, mas deixar claro que naquela situação você tem um indivíduo que tá sempre sendo a segunda categoria de tudo (Aguilera, 2024).

Em consonância, Heloísa Souza do Santos (2019) ressalta que a produção dentro do jornalismo feminista se faz necessária uma vez que as mídias tradicionais não são capazes de realizar uma cobertura complexa e que abarque as diversas realidades vividas pelas mulheres. É o caso de temáticas como violência doméstica e aborto que, quando tratadas no jornalismo convencional, recorrentemente acabam por fortalecer “ideias que foram construídas à revelia das mulheres, que não são ouvidas e sim representadas pelas instituições, reforçando assim um modelo de comunicação verticalizado de cima para baixo” (Rodrigues; Aguiar, 2022, p.8).

Ao enfatizar perspectivas não hegemônicas, é importante abordar o conceito de interseccionalidade, que se faz cada vez mais presente em discursos acadêmicos e ativistas sobre alteridade. O termo, utilizado pela primeira vez pela teórica afroamericana Kimberlé Crenshaw (2002), mas construído a partir da influência de diversas teóricas e ativistas, é utilizado como perspectiva analítica para se refletir como marcadores (como raça, gênero, classe, sexualidade) se entrecruzam, influenciando as experiências individuais e de grupos. Para além, Crenshaw (2002) entende que essa sobreposição de marcadores gera vulnerabilidades ou privilégios, de maneiras distintas e complexas. Em outras palavras, “a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (Crenshaw, 2012, p. 10).

Pesquisadoras de referência para o movimento feminista negro, Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) se aprofundam no conceito enquanto teoria e prática e entendem que seu uso promove uma compreensão mais aprofundada e complexa sobre desigualdades sociais. Também em um sentido prático, pode colaborar no

enfrentamento de problemas estruturais como o racismo, classismo, colonialismo e machismo, ocasionados por sistemas de opressão, uma vez que “a interseccionalidade tem um compromisso com a justiça social” (Collins; Bilge, 2021, p.48). Por seu caráter multifacetado e relacional, Collins e Bilge (2021) também reforçam que o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica facilita a compreensão de como os problemas afetam de forma distinta grupos sociais vulnerabilizados e suas formas de resistência. Em um esforço para conceitualizar o termo, as autoras apontam que o conceito

(...) investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2021, p. 15).

Moraes (2022) observa que, quando o jornalismo tradicional é posto sob análise, é possível notar que grupos nos quais se entrecruzam mais marcadores (e opressões) são justamente os que possuem representações midiáticas mais problemáticas (Moraes, 2022). Assim, o conceito de interseccionalidade é importante na elaboração de perspectivas alternativas como as propostas pelos jornalismo sob análise, uma vez que permite evidenciar opressões estruturais, aprofundadas pelo cruzamento de marcadores. É, portanto, uma forma de complexificar o trabalho jornalístico, de modo a “enxergar problemas sociais derivados do colonialismo, do racismo, do sexismo e do nacionalismo como interconectados” (Moraes, 2022, p.163).

A título de exemplificação da elaboração de perspectivas não hegemônicas em iniciativas jornalísticas de caráter ambiental e feminista, assim como da necessidade de abordagem interseccional, abordamos a seguir o desafio de comunicar a crise climática que, em diferentes medidas, é capaz de trazer impactos para todos e todas. Este é um assunto, aliás, amplamente trabalhado pelo portal que nos propomos a analisar no intuito de compreender o jornalismo ecofeminista. O cenário pode ser definido como a alteração no clima a nível planetário decorrente de ações antrópicas que impactam a composição da atmosfera terrestre, sendo um fator adicional à variabilidade natural do clima (Miceli *et al.*, 2020). É possível classificar a crise climática como um dos principais desafios já enfrentados pela

humanidade, com consequências a nível global e impactos em diferentes âmbitos da vida no planeta, quer sejam econômicos, sociais, culturais, políticos ou ambientais. Assim, as mudanças climáticas não se manifestam de forma homogênea em toda a superfície terrestre.

Em um primeiro momento, o assunto pode ser percebido como relacionado somente com o jornalismo ambiental. No entanto, a amplitude do cenário alcança outras áreas, inclusive o feminismo e suas manifestações. Condições econômicas, ambientais e sociais influenciam o nível de impacto das mudanças climáticas sobre cada localidade e região, afetando os indivíduos de diferentes maneiras de acordo com marcadores como classe, gênero, raça, geolocalização e outras, o que demonstra a interseccionalidade na prática. Assim, o cenário atinge de forma mais dura mulheres, em especial as pobres e racializadas (Alsalem, 2022), o que justifica a sua relação com um jornalismo feminista.

O relatório *Feminist Climate Justice: A Framework for Action*³⁹, divulgado pela ONU Mulheres em 2023, apresenta uma série de impactos decorrentes da crise climática para mulheres e meninas. Em um olhar atento, é possível perceber como marcadores interseccionais, quando combinados, podem criar experiências de opressão ainda mais marcantes.

As mulheres e meninas são mais vulneráveis às catástrofes, tanto em termos dos impactos imediatos como da sua capacidade de recuperação após eventos climáticos. Por exemplo, os níveis mais baixos de alfabetização e de utilização da tecnologia por mulheres dificultam o seu acesso à informação sobre o que fazer em caso de catástrofe; e a má elaboração de abrigos de emergência pode impedir que mulheres e meninas os utilizem (...) As mulheres têm normalmente menos acesso a financiamentos, empregos e a recursos produtivos, incluindo terras agrícolas. Quando os padrões climáticos mudam, (...) elas são menos capazes de se adaptar, recuperar e reconstruir os seus meios de subsistência. As responsabilidades do cuidado não remunerado atribuídas às mulheres em suas famílias e comunidades aumentam frequentemente no contexto de alterações climáticas, à medida que é mais difícil obter água, combustível e alimentos e as necessidades de cuidados de saúde dos membros da família aumentam. (...) As evidências também mostram que à medida que as comunidades são mergulhadas em crises recorrentes, as tensões dentro das famílias e entre parceiros aumentam, assim como a violência contra mulheres (Turquet *et al.*, 2023, tradução nossa).

Loose (2024) observa que pesquisas sobre comunicação climática revelam que a imprensa hegemônica costuma representar o problema a partir do risco iminente, em alinhamento com perspectivas de países desenvolvidos, em detrimento

³⁹ Justiça Climática Feminista: Um Marco para Ação (tradução nossa)

de possibilidades de enfrentamento do problema, assim como de narrativas alternativas que podem fornecer outras compreensões e possibilidades de mudança. Há, portanto, a ausência de pontos de vista do Sul Global, que podem apresentar ângulos coerentes com a realidade particular de cada região. Puleo (2017) destaca ainda que a produção da mídia hegemônica pode dificultar o estabelecimento de conexão entre causa e consequência ao tratar o assunto de forma simplificada. Assim, também impede que atitudes prejudiciais sejam repensadas e soluções concretas viabilizadas.

É possível exemplificar a potencialidade de perspectivas contra hegemônicas ao se analisar a cobertura climática realizada pelo Modifica. Em reportagens feitas pelo portal com essa temática, a partir de uma lente autodeclarada como ecofeminista, a perspectiva das mulheres é posta em evidência (Aristides; Miguel, 2023). Os materiais divulgados ainda priorizam regiões subalternizadas do nosso país, como o Norte e Nordeste brasileiros, pouco exploradas pela mídia hegemônica, “assim como outras possibilidades de identidades para além do exotismo e estereotipagem corriqueiramente existentes” (Aristides; Miguel, 2023, p.9). Na prática jornalística do portal, observa-se também uma claro

(...) recorte de classe, gênero e raça, onde as mulheres negras ou pardas e pobres são apresentadas como as mais afetadas por desastres socioambientais. Ainda em consonância com o ecofeminismo, elas são evidenciadas como aquelas que resistem na luta pelo território e buscam por soluções para combater o cenário de insegurança (Aristides; Miguel, 2023, p. 9).

Lidar com tamanho desafio exige mudanças sociais, econômicas e políticas profundas, onde o jornalismo, por meio do fornecimento de informações qualificadas, pode colaborar com “a formação de sujeitos críticos e reflexivos, com consciência coletiva de mudança” (Montipó; Ijuim, 2021, p.42). Assim, o jornalismo pode assumir protagonismo pelo seu papel social e potencial transformador caso explore a temática também a partir de perspectivas não hegemônicas, inclusive evidenciando correlações entre problemas ambientais e a vida das mulheres.

Loose e Belmonte (2023) enfatizam a necessidade e urgência de práticas jornalísticas que pautem outras perspectivas, de modo a contribuir para encontrar formas de resistência e adaptação diante do cenário previsto. Como pontuam os pesquisadores, “estamos próximos aos limites planetários, aqueles que podem

afetar de maneira irreversível a capacidade regenerativa da Terra e, consequentemente, nossas possibilidades de vida. Não seria esta razão suficiente para agir?” (Loose; Belmonte, 2023, s.p).

2.2.3 Espaços de denúncia, chamado à ação e combate à injustiças

Tanto o jornalismo ambiental quanto o feminista se configuram a partir da **denúncia e do combate à injustiças, assim como pelo chamado à ação**, o que se alinha à proposta de engajamento enquanto prática jornalística. Conforme já apresentado no capítulo anterior e enfatizado pelo ecofeminismo, ambos movimentos se moldam a partir da denúncia de forças opressivas que, em comum, afetam mulheres, a natureza e demais grupos subalternizados, cenário que implica nas crises ecológicas e sociais em curso. Para além disso, propõem mudanças ao incentivarem um posicionamento ativo por parte da sociedade.

No jornalismo feminista, o ar de denúncia e combate à injustiças se manifestam em diferentes linhas. Há o questionamento que passa pela própria configuração do jornalismo tradicional, onde prevalece a perspectiva dos homens. É nesse sentido que Veiga da Silva (2010) constata que o gênero do jornalismo é masculino, uma vez que o campo é construído e estruturado por normas e práticas que historicamente favorecem a figura do homem, refletindo a desigualdade de gênero que ainda persiste no campo jornalístico. Assim, o jornalismo feminista questiona “as formas como as histórias sobre mulheres são contadas, propondo tensionar as práticas tradicionais do jornalismo” (Aguiar; Rodrigues, 2022, p.12).

Além da denúncia da desigualdade presente no ambiente jornalístico, propostas feministas realizadas por meio do jornalismo também denunciam a realidade de violência, discriminação e desigualdade vivenciadas por mulheres em sua pluralidade (Gustafson, 2019). Mais uma vez, observamos aqui a potência do conceito de interseccionalidade para conseguir alcançar e retratar vivências diversificadas, indo além da representação imposta pelo feminismo civilizatório, que estabelece uma perspectiva universalizante baseada somente na realidade de mulheres brancas europeias (Vergès, 2020).

Ao direcionarmos o olhar para o jornalismo ambiental, também podemos observar a centralidade dada às denúncias e ao combate às injustiças. Em seu cerne, está a defesa da biodiversidade e da vida em sua plenitude, o que implica na

explicitação de processos e estruturas que ameaçam a continuidade da vida no planeta, como o sistema capitalista predatório que atribui valor apenas ao que gera lucro econômico (Girardi, 2018). Assim, assume um compromisso com a sustentabilidade do planeta e, com isso em mente, expõem processos de destruição em um claro convite para a sociedade “encarar a si mesma, os perigos e riscos por ela mesma gerados” (Girardi *et al.*, 2020, p.285).

A partir da denúncia, tanto o jornalismo ambiental quanto o feminista buscam estimular uma postura ativa, de combate às injustiças. Há um incentivo claro para que o público ocupe um “lugar de ação e não apenas de mero observador e descritor da realidade” (Aguiar; Rodrigues, 2022, p.12). Ao abordar iniciativas jornalísticas feministas, Silveira (2024, p.59) observa que a mídia e os conteúdos produzidos são vistos como “ferramentas de luta, nos quais as feministas podem confrontar as narrativas existentes e colocar outros discursos em circulação para a sociedade”. No que tange ao jornalismo ambiental, os espaços comunicativos também são apropriados para o objetivo de mobilizar o debate respaldado pelo compromisso com mudanças de atitudes para garantir modos de vidas mais sustentáveis (Girardi *et al.*, 2020).

Desse modo, observamos que, em comum, ambos se propõem a ser transformadores, mobilizadores e promotores de debate e de mudanças de atitudes (Girardi *et al.*, 2020). Tanto ambientalistas quanto feministas utilizam espaços comunicativos e o próprio jornalismo em suas estratégias de ação política. Essas iniciativas, portanto, consideram a pauta como uma arma de combate (Moraes, 2022), enquanto os meios de comunicação são vistos como “arenas relevantes de exposição, nas quais há inúmeras disputas discursivas” (Loose, 2024, p.23).

Mais uma vez, evidenciamos nosso sujeito de pesquisa para exemplificar na prática jornalismos que se configuram enquanto espaços de denúncia, chamado à ação e combate à injustiças. Como já evidenciado ao longo deste capítulo, o portal que analisamos tem como objetivo “identificar vácuos de atuação e temas subpautados para lançar luz aos desafios e fortalecer a agenda ecofeminista” (Modifica, 2022, s.p.). Para além dos temas pautados, as produções exalam tom de denúncia desde os próprios títulos das reportagens, assim como demais elementos visuais e recursos multimídias, que retratam cenários de vulnerabilidade vivenciados, em especial, por mulheres (Aristides; Miguel, 2023). Também é possível notar que essas

características se concretizam por meio de escolhas editoriais, como destaque para a fala de fontes que, em geral, retratam seus sofrimentos e situações que se agudizam “pela falta de pesquisas e dados com recorte de gênero; pelos processos patriarcais enraizados na sociedade; e pela falta de políticas públicas e da presença do Estado” (Aristides; Miguel, 2023, p. 12).

Aqui, consideramos importante mobilizar um conceito explorado pelo jornalismo ambiental, mas que também pode ser expandido para a proposta de articulação com o feminismo. Trata-se do **princípio da precaução**, que podemos entender como uma ferramenta de denúncia, combate à injustiças e chamado à ação. Como o próprio nome indica, o princípio estabelece a adoção de medidas preventivas quando se está diante de incertezas sobre os impactos negativos de uma atividade, produto ou tecnologia, ainda que não haja um consenso científico sobre os danos em potencial (Girardi *et al.*, 2020).

Esse princípio pode ser exemplificado pela cobertura da crise climática, já apresentada, onde é possível observar na prática o papel social do jornalista na divulgação de informações sobre cenários possíveis, em um sentido de estimular a superação de atividades e comportamentos que aprofundam a crise. Assim, ao ser incorporada ao jornalismo, a precaução propõe ampliar seu tempo de ação, “orientando-o para o futuro na tentativa de alertar e evitar consequências negativas”. (Girardi *et al.*, 2020, p.285).

Há, portanto, uma ampliação do que pode ser considerado pauta, assim como um questionamento ao critério de noticiabilidade que prioriza o imediato. Nesse sentido, a antecipação de riscos e danos pode fornecer subsídio para compreensão e mobilização dos cidadãos diante de cenários possíveis. Além disso, pode estimular o debate de forma aprofundada, plural e democrática, assim como a participação social consciente (Bueno, 2007). Permite ainda “pensar nas soluções e respostas para além das ações individuais, reforçando a orientação para um engajamento político” (Modifica, 2022, p.12). Além do enfoque na mobilização e estímulo do debate, a precaução pode ser fundamental para se cobrar e influenciar a agenda política, na formulação e discussão de políticas públicas (Loose, 2021).

2.2.4 Olhar sistêmico e transversalidade das pautas

Em comum entre os jornalismo analisados, há também a busca por se incluir um **olhar complexo, sistêmico e transversal às produções**. Essa característica é centrada, em especial, no profissional que, em um esforço para superar a fragmentação dos assuntos, deve se empenhar para apresentar seu “entrecruzamento com questões sociais, culturais, políticas, econômicas, históricas, entre outras” (Gern; Lima, 2018, p.28). Assim, por meio do trabalho do jornalista, o objetivo é permitir ao leitor apreender (ao menos parcialmente) a complexidade da questão apresentada. Como posto por Girardi *et al.* (2020), o olhar holístico passa ainda pela conexão entre causas e consequências e entre diferentes assuntos. Portanto, ser sistêmico,

na prática, significa que o repórter precisa perceber o fenômeno principal da pauta associado a outros fenômenos, e que só assim, tentando perceber o todo, será capaz de apresentar de maneira aprofundada os problemas com causas, consequências e possíveis soluções (Girardi *et al.* 2020, p.283).

Espera-se, portanto, profissionais capazes de ter uma visão sistêmica do mundo, considerada “a única forma de conseguir produzir reportagens impregnadas de transversalidade, caminho que possibilitaria oferecer ao leitor toda a complexidade contemporânea” (Girardi *et al.*, 2020, p.283). No caso do jornalismo ambiental, um olhar sistêmico seria considerar que “as pessoas, a natureza, o meio físico e biológico, a cultura e a sociedade estão umbilicalmente conectados” (Bueno, 2007, p. 34). Já no jornalismo feminista, tal característica se concretiza ao abarcar causas e consequências de situações vivenciadas por mulheres que, majoritariamente, advém de construções históricas e sociais impostas pelo patriarcado (Oliveira; Miranda, 2021). Esse olhar complexo, sistêmico e transversal é relatado pela jornalista Juliana Aguilera, que, após seu período no Modifica, segue atuando com jornalismo ambiental.

Essa paixão pelo meio ambiente eu aprendi ali [enquanto atuava no Modifica] e eu tento trazer para os outros lugares que atuo, para mostrar para as pessoas que não é só uma editoria, não é uma coisa à parte da nossa vida. [Meio ambiente] é totalmente transversal a tudo, à nossa comida, à energia, ao ar que a gente respira (Aguilera, 2024).

Eduardo Geraque (2018, p.39) pontua que, para “assumir o papel de um grande curador de histórias reais, com suas conexões sociais, econômicas, políticas, científicas e culturais, dominar apenas as ferramentas jornalísticas tradicionais não é

suficiente”. Assim, como já apresentado nas entrelinhas dos jornalismo em questão, pressupomos a importância de um fazer reflexivo para superar a superficialidade e promover uma autocrítica.

Ao propor a auto reflexividade no jornalismo, o pesquisador Mohammed ElHajji (2002, p.2) observa que a atividade é construída principalmente a partir de aspectos técnicos (o que considera ser de mais fácil apreensão) em detrimento da capacidade de apreensão sistêmica do acontecimento, “coerente com o mundo e estruturada em função de seus múltiplos significados”. É o que Moraes (2022, p.26) chama de “já sair com roupas prontas para vestir o mundo antes de entendê-lo”, movimento perceptível na produção jornalística sobre assuntos que pouco se conhece ou se reflete, onde tampouco se incentiva uma aproximação e olhar atento.

Para ElHajji (2002), um despertar situacional se faz necessário para que os profissionais possam ir além da mera reprodução superficial de fatos. Em consonância com o autor, assumimos que “o nosso dizer só alcança toda a sua potencialidade e adquire seu sentido pleno na medida que somos capazes de refletir sobre o próprio significado de nossos modos de dizer” (ElHajji, 2002, p.2), assumindo ainda comprometimento ético com o alcance do que é dito. Nessa mesma esteira de pensamento, Montipó e Ijuim afirmam que uma postura reflexiva é capaz de estimular, no profissional,

(...) a ampliação contínua do seu quadro de referência – seu nível de consciência. Por isso, seus fazeres poderão constituir, mais que “notícias”, os relatos humanizados e humanizadores que promovam o debate, que contribuam para a inter-relação de pessoas com quadros de referências diferentes. Esta atitude colabora para a reflexão de outros seres humanos – da audiência –, com o alargamento da visão de mundo e a elevação do nível de compreensão, de cumplicidade e solidariedade entre seres humanos (Montipó; Ijuim, 2021, p. 39).

Uma postura reflexiva, essencial para estimular a capacidade de enxergar o assunto abordado de forma sistêmica e transversal é crucial para evidenciar, ainda que em um contexto limitado pela lógica capitalista neoliberal, oportunidades para a ação. Nessas frestas, “enxergamos a possibilidade de deslindar um processo transformador, questionador, que possa servir para romper representações violentas, cansadas - representações que muitas vezes causam danos às vidas das pessoas e grupos” (Moraes, 2022, p.111). O movimento é uma oportunidade de, inclusive, observar traços culturais, sociais e discursivos problemáticos que são internalizados, “colocar também à mesa as relações violentas que aprendemos a esconder no

discurso” (Moraes, 2022, p.102). É, portanto, trazer à tona padrões recalcados e internalizados, em diferentes graus, de modo a abrir caminho para a reflexão crítica e uma efetiva transformação.

Nesse percurso, o intuito é estimular profissionais “capazes de propor novas perguntas, pautar novas perspectivas de pensamento e provocar mais indagações do que respostas simplistas e definidoras para os complexos acontecimentos da realidade” (Veiga da Silva, 2018, p. 416) e, conseqüentemente, incentivar a reflexão e criticidade por parte do público. Assim, Moraes e Veiga da Silva (2019) reiteram que um olhar reflexivo e transversal possibilita ao profissional compreender e transmitir adequadamente questões da realidade material e histórica do mundo, como

na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais e grupais dos jornalistas e daqueles que por estes são enquadrados; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante (em nosso caso, a brasileira, fraturada pelo classismo, pelo machismo e pelo racismo); na procura de um olhar miúdo para entender como essas questões se traduzem nas pessoas, em como são devolvidas ao mundo; na fissura de representações previamente dadas (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular e/ou exotificante (Moraes; Veiga da Silva, 2019, p.14).

O alto grau de complexidade da sociedade, assim como dos problemas abarcados pelo feminismo e ambientalismo, justifica a necessidade de incorporar um olhar holístico, sistêmico, complexo e transversal no que Geraque (2018, p.39) define como o “ofício de contar histórias”, considerando inclusive o papel social do jornalista. Na prática, é necessário ir além do âmbito de trabalhos mais elaborados, como reportagens. Moraes (2022, p.9) entende ser necessário incorporar essa característica também no ofício da notícia cotidiana, “aquela que nos transpassa com maior continuidade, fomentando imaginários, dizeres e saberes”, espaço potencial para alcançar um público ainda maior que pode ser estimulado a perceber a inter relação entre fenômenos.

2.2.5 Múltiplas vozes por meio da pluralidade de fontes

A inclusão de múltiplas vozes está no rol de características que podem ser observadas em iniciativas jornalísticas ligadas ao ambientalismo e ao feminismo. Tal aspecto é concretizado por meio da inserção de fontes, conceitos e experiências plurais, mas também com a produção feita por pessoas diversas, buscando

evidenciar as narrativas daqueles que costumam estar à margem do debate (Silva; Aguiar, 2023), inclusive os “que não detêm legitimidade científica, empresarial ou política” (Girardi et al., 2023, p.136). Assim, as notícias podem atuar como “relatos humanizados e humanizadores que promovam o debate, que contribuam para a inter-relação de pessoas com quadros de referências diferentes” (Montipó; Ijuim, 2021, p.39).

O diálogo assume centralidade nessa característica, considerando “as várias vozes, conceitos e aspectos que devem ser levados em conta, colocados em diálogo, quando tratamos de determinados temas relevantes para a coletividade” (Moraes; Girardi, 2016, p.17). Isso inclui perspectivas subalternizadas (como populações indígenas, periféricas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica), levando em consideração a característica contra hegemônica dessas iniciativas. Assim, esse é um passo fundamental para ir além do pensamento único. Nesse sentido, podemos nos remeter ao processo que Shiva (2003) define como monocultura das mentes, conceito utilizado para definir a predominância de uma única visão de mundo.

Em contraposição à monocultura, a proposta é criar um ambiente marcado pela diversidade. Aqui, estabelecemos conexões também como a proposta de saberes situados de Haraway (1995). Para a autora, constelar múltiplos saberes, em sua localização e parcialidade, é chave para qualificar a ciência, tornando-a mais responsável, assim como para enxergar a complexidade do mundo com maior clareza, o que também é essencial para enfrentar os complexos desafios contemporâneos. Podemos aplicar a mesma ideia às propostas de jornalismo que buscam se constituir enquanto práticas engajadas, reflexivas e subversivas, de modo a contribuir para a transformação da sociedade (Montipó; Ijuim, 2021).

Essa característica também se relaciona fortemente com a busca por um olhar sistêmico, uma vez que o diálogo entre saberes e experiências permite a contextualização do assunto tratado. Nesse sentido, Bueno (2007) critica o que chama de “síndrome lattes”, tida como a priorização de fontes especialistas a partir dos seus currículos acadêmicos, o que também pode trazer para a prática jornalística a defesa de princípios racionalistas, como objetividade e neutralidade.

Ao explorar o jornalismo ambiental para além do conceito, o pesquisador reforça a necessidade de inclusão de outras perspectivas no debate e na tomada de

decisões, inclusive as que “estão fora dos muros da Academia (muitas vezes excluídos em virtude de uma situação social injusta), como o povo da floresta, o agricultor familiar, o cidadão da rua” (Bueno, 2007, p.37). Na mesma esteira de pensamento, Girardi *et al.* (2018) observa que, para garantir uma perspectiva mais ampla das questões trabalhadas pelos jornalismo engajados, é fundamental englobar também experiências da “pessoa comum”, comunidades locais e o público em geral. Para Bueno,

O Jornalismo Ambiental deve potencializar o diálogo entre o catedrático e o pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo e não deve estigmatizar a sabedoria dos pajés. As fontes no jornalismo ambiental devem ser todos nós e sua missão será sempre compatibilizar visões, experiências e conhecimentos que possam contribuir para a relação sadia e duradoura entre o homem **[sic]** (e suas realizações) e o meio ambiente (Bueno, 2007, p.36).

A escolha de fontes plurais também é oportunidade para exercitar uma postura decolonial, inclusive ao expandir a percepção do feminismo civilizatório, com foco em uma mulher universal, e incluir vivências divergentes de mulheres racializadas, colonizadas, de regiões empobrecidas (Vergès, 2020). Em uma proposta ecofeminista, podemos pensar nas perspectivas e vivências de mulheres diversas sobre os temas abordados, de modo a estimular nelas “o hábito de se olharem e se perceberem enquanto indivíduos capazes e hábeis para adentrar os espaços” (Oliveira; Miranda, 2021, p.128).

Ao se considerar que resquícios da dominação colonial se perpetuam por meio de estruturas mentais, epistemológicas e sociais (Loose; Girardi, 2021), é essencial que os jornalismo invertam a “lógica do valor-notícia, trazendo a narrativa de pretos, pardos, indígenas, pobres, mulheres cis e trans, entre outras, outros e outres, para o centro do debate” (Silva; Aguiar, 2023, p.107). Aqui, cabe mencionar que observamos dificuldades práticas neste quesito em nosso sujeito de pesquisa. Apesar da elaboração de reportagens e especiais com maior tempo de produção, percebemos que limitações orçamentárias e de equipe dificultavam o alcance de tantas realidades, em especial pela realização do trabalho à distância em sua quase totalidade, o que trabalharemos com maior afinco no capítulo 3. No entanto, Colerato (2024) menciona que havia uma intenção de buscar, ainda que remotamente e de forma limitada, alcançar essa pluralidade, visando compreender melhor os cenários e processos de mobilização social frente aos desafios apresentados.

Em primeiro lugar, [na elaboração de pautas] a gente sempre olhava se tinha liderança [nas comunidades], grupo organizado... Quem são os atores deste conflito? Porque normalmente a gente estava falando de conflito. E quem são as vozes ali em movimento social? (...) A gente sempre tentava focar na agência das pessoas nas comunidades, não só no lado de vítimas daquela situação. (...) Essa galera tem agência, eles estão sendo duramente impactados ou perseguidos, ou seja lá o que está acontecendo, mas não é que tá todo mundo sentado em casa. Temos essas fontes de pessoas agindo nos locais frente àquele problema (Colerato, 2024).

Ao incluir perspectivas até então silenciadas, onde sujeitos podem expressar sua própria realidade, percebemos ainda um movimento de passar de objeto a sujeito (Kilomba, 2019), o que entendemos como um potente ato de descolonização que pode ser estendido para uma produção jornalística feita por sujeitas e sujeitos até recentemente apartados do jornalismo. Assim, torna-se possível o encontro com a alteridade, sem necessariamente tornar a diferença em desigualdade, o que acreditamos ser crucial para uma prática jornalística ecofeminista. Ao englobar “as fissuras e as subjetividades inerentes à vida – o resultado é uma produção na qual o ser humano é percebido em sua integralidade e complexidade, com menos reduções” (Moraes, 2015, p. 159). Para Moraes e Veiga da Silva (2019), o movimento é estratégico no sentido político-epistemológico descolonizador, já que propõe superar uma relação sujeito-objeto que

(...) transforma aquele que é visto em agente passivo, visto que é o meu olhar o que perscruta. Enquanto observo, não me uno, mantenho uma distância segura. Mas, quando abandonamos esse lugar (...) que não se fecha ao encontro, abro a possibilidade de meu olhar não ser o que domina, o entendido como não-contaminado, o isento, o “objetivo”, enfim” (Moraes; Veiga da Silva, 2019, p.15).

As características em comum aqui apresentadas reforçam que há uma série de aproximações entre esses jornalismo e lutas. Também abre margem para o estabelecimento de uma produção jornalística que una as duas práticas. Esta é a proposta do ecofeminismo, que afirma que há uma estreita relação entre a depreciação feminina e da natureza, tratamento que é fruto da dominação advinda do sistema patriarcal e capitalista. Um possível jornalismo ecofeminista pode dar visibilidade para problemáticas socioambientais vivenciadas com maior intensidade por mulheres e meninas, além de agir como fonte de denúncia, promover a reflexão e estimular ações práticas para alteração de cenários que ameaçam as mulheres e o meio ambiente.

2.3 Jornalismo Ecofeminista: conceito, prática ou ética jornalística

Após a exposição das características que unem os jornalismo ambiental e feminista, entendemos que seja necessário demarcar com maior afinco o que entendemos por jornalismo ecofeminista, a partir das inferências que as observações empíricas e o aporte teórico nos permitiu alcançar. Antes, é importante frisar que nossas inferências nos levam a compreender que o jornalismo ecofeminista se materializa nos planos da ética, da estética e da técnica. Portanto se conforma como um conceito, mas em condições de produção a partir de uma base ontológica em que o feminismo e a natureza se atravessam.

Inicialmente, entendemos que um jornalismo ecofeminista não necessariamente se autodeclara como tal. Pode ser entendido como a práxis jornalística que evidencia as conexões entre mulheres e natureza (falando aqui de forma abrangente), a partir de um olhar interseccional que ilumina a sobreposição de opressões vivenciadas por ambas.

Em um jornalismo ecofeminista, inferimos que as mulheres são apresentadas como sujeitas/agentes de ação, não vítimas, em seus diferentes contextos. Na mesma esteira de pensamento, por seu viés de aproximação com as lutas ambientais e feminista, é também uma ferramenta de ação, mobilização, resistência e denúncia, um convite para uma postura de participação ativa e enfrentamento diante dos desafios ocasionados pelos sistemas de opressão aos quais mulheres e natureza são submetidos, que remontam à estruturas como o capitalismo e o patriarcado. Alinhado ao ecofeminismo, evidencia ligações sistêmicas que ocasionam as problemáticas socioambientais apresentadas.

Trata-se de uma prática jornalística posicionada, que vai além de uma mera exposição da mulher imersa em situações de caráter ambiental. Tem como objetivo, portanto, apresentar diferentes realidades vivenciadas por mulheres de diversas localidades sociais, enquanto, simultaneamente, mobiliza, denuncia, questiona e convida para a ação.

Como prática, pode ser concretizada a partir de escolhas tomadas antes, durante e após atividades e procedimentos profissionais, visando permitir a inversão de lógicas sedimentadas no jornalismo hegemônico, como na escolha de fontes, pesquisa, proposta de pautas e na própria redação. Desse modo, busca também apresentar perspectivas com ênfase nas mulheres sobre temáticas socioambientais

já elaboradas. Assim, relaciona-se com um âmbito ético, já que possui forte relação com as sujeitas que o produzem, com seu posicionamento e compreensão de mundo.

É a partir dessa compreensão que no próximo capítulo vamos analisar as reportagens realizadas pela iniciativa que se autodeclara como jornalismo ecofeminista para entender se e como revelam ou não as características. Para isso, elaboramos as seguintes categorias analíticas: 1) abordagem de perspectivas não hegemônicas; 2) evidência de interseccionalidade e conexões entre opressões; 3) ar de denúncia, chamado à ação e combate à injustiças; 4) olhar sistêmico e transversalidade nas problemáticas abordadas; 5) presença de pluralidade de fontes e autorias; 6) protagonismo de mulheres e 7) potencial de produção corporificada.

CAPÍTULO 3 - ESTUDO DE CASO DO MODEFICA: DA DESCRIÇÃO À ANÁLISE

Após o caminho teórico que seguimos, neste capítulo iremos direcionar o olhar para a produção jornalística no portal do Modéfica, uma organização de mídia sem fins lucrativos e, aqui, também nosso objeto de análise, que se diferencia pela auto intitulação ‘jornalismo ecofeminista’ para o trabalho que realiza.

Para realizar nossa análise, mobilizamos o Estudo de Caso, metodologia que investiga um determinado fenômeno contemporâneo com intuito de inferir suas condições contextuais (Yin, 2003). Como parte do procedimento, realizamos duas entrevistas em profundidade: com a designer de moda e mestre em ciências sociais, Marina Colerato, e com a jornalista contratada pelo portal, Juliana Aguilera. As entrevistas foram realizadas em dezembro de 2024 e ambas consentiram com a utilização de suas falas neste trabalho, assinando um termo de autorização de uso de depoimento. Trechos das entrevistas já foram acionados nos capítulos anteriores, e também serão fundamentais para a construção deste tópico em conjunto com a descrição do escopo de trabalho do Modéfica.

Em um segundo momento, aliamos também a Análise de Conteúdo ao Estudo de Caso para analisar sete produções do Modéfica que representam as editoriais presentes no portal. Com essa metodologia, buscamos investigar “a superfície dos textos, descrita e analisada, e os fatores que determinaram estas características, deduzidas logicamente” (Bardin, 1997, p. 40). Ao fim deste capítulo, nosso intuito é oferecer indicativos para categorizar o jornalismo ecofeminista, assim como discorrer sobre as possibilidades de se tratar de uma técnica, estética e/ou ética jornalística dentro do caso do Modéfica.

3.1 Histórico, perfil editorial e estratégias políticas

O Modéfica (www.modéfica.com.br) iniciou suas atividades em 2014 como um portal de conteúdos noticiosos e de comportamento criado pela designer de moda e mestre em Ciências Sociais, Marina Colerato. Aqui, cabe ressaltar que a fundadora e diretora presidente do Modéfica não possui formação acadêmica e nem profissional em jornalismo, mesmo atuando na produção e revisão de conteúdos enquadrados pelo portal como jornalísticos e, mais além, como responsável diretamente pela iniciativa e coordenasse as outras colaboradoras; estas sim, majoritariamente profissionais da área. Inclusive, segundo o Estatuto Social do

Modifica (2021, p.2) uma das finalidades do Instituto era “utilizar o jornalismo como uma ferramenta de transformação, colaborando com as causas sociais e ajudando a construir uma narrativa de responsabilização de autoridades públicas e privadas” (Estatuto Social do Instituto Modifica, 2021, p.2).

Conforme Colerato (2024), com o passar dos anos a iniciativa sofreu uma transformação em sua produção de conteúdo, estrutura de financiamento, organizacional e institucional. Em 2016, foi formalizada como empresa de mídia com fins lucrativos. Já em 2021, passa a se enquadrar como instituto, uma associação privada sem fins lucrativos, com objetivos que extrapolam a dinâmica midiática. Em uma descrição que se aproxima do que entendemos por ecofeminismo, o artigo 2º do Estatuto Social do Modifica (2021) define a iniciativa como

uma organização da sociedade civil e tem como objeto social a identificação, publicização e educação sobre situações de injustiça ambiental, climática e social visando a ampliação da práxis interseccional entre as lideranças sociais, políticas e econômicas e a promoção de relações de equidade e justiça entre seres humanos, não humanos e Natureza (Estatuto Social do Instituto Modifica, 2021, p.1).

Ainda de acordo com o estatuto (2021), além do jornalismo, a iniciativa se propunha a atuar nos âmbitos da pesquisa e educação. As esferas de atuação eram apresentadas como ferramentas de transformação que “colaboram para a construção de uma narrativa de responsabilização de autoridades públicas e privadas, e fortalecem os movimentos da sociedade civil que buscam justiça socioambiental” (Modifica, 2021, p.1). Por meio dessas ferramentas, afirmava buscar incentivar a “percepção sistêmica sobre os problemas socioambientais para promover relações de equidade e justiça entre seres humanos, não-humanos e Natureza” (Modifica, 2021, p.1).

A organização enquanto Instituto abre margem para ampliar o leque de ações do Modifica e a possibilidade de angariar fundos por meio de financiamentos públicos e privados. Em seu estatuto (2021), a associação sem fins lucrativos afirma que suas finalidades incluem a organização de mídias, pesquisa e educação para atuar pela justiça socioambiental e climática com uma perspectiva ecofeminista; produção de pesquisas, livros e publicações com conteúdos diversos acerca das questões socioambientais; e promoção de palestras, encontros, congressos, seminários, fóruns e cursos. Nesse sentido, o documento elenca ainda valores

relacionados à atuação do Modifica: resiliência; perspicácia; radicalidade; equidade; sororidade; justiça; inovação.

As estratégias políticas do Modifica se concretizam por meio de diferentes ações, práticas e direcionamentos postos em evidência. Assim, podemos destacar o fato da perspectiva ecofeminista ser constantemente mencionada na página inicial do portal, estatuto e apresentação institucional. Entendemos a autodeclaração como uma estratégia política por permitir demarcar claramente um posicionamento e um compromisso intelectual, político e prático com o ecofeminismo e, durante o trabalho, evidenciar as conexões entre mulheres e questões ambientais. Em alinhamento, percebemos a intenção de se utilizar os espaços do Modifica para promover o ecofeminismo e estimular mudanças na percepção coletiva “sobre os problemas socioambientais por parte da sociedade, sobretudo lideranças sociais e agentes de influência, com objetivo de promover relações de equidade e justiça entre seres humanos, não-humanos e Natureza” (Modifica). A Figura 1, retirada da apresentação institucional, ilustra a prática da autodeclaração.

Figura 1 - Apresentação institucional do Modifica com destaque para a autodeclaração enquanto jornalismo ecofeminista



Fonte: Modifica.

Ao pensarmos nas estratégias políticas observadas no Modifica, também podemos evidenciar decisões editoriais que demonstram intuito de influenciar decisões individuais e coletivas, como trabalhos sobre o voto consciente nas eleições, priorizando candidatos pró-clima, ou hábitos de consumo de menor impacto, como o minimalismo. A busca por promover uma influência estratégica, alinhada com a proposta ecofeminista, também foi percebida na escrita dos textos veiculados e orientações contidas no manual de redação⁴⁰, em especial o tópico intitulado ‘Palavras’. Nele, há a instrução para nunca se utilizar termos de cunho racista, como ‘denegrir’, ‘índio’ ou ‘mulata’, ou não suavizar termos como ‘estupro’, ‘feminicídio’ ou ‘colapso climático’, já que isso pode contribuir para a manutenção do sistema de pensar hegemônico. Aqui, percebemos também as interconexões linguísticas entre a opressão vivenciada por grupos subalternizados, uma vez que, como dito por Warren (2000) a linguagem é um dos mecanismos para manter intactas visões sexistas, racistas e naturistas. E, conforme Adams (2012), reflete também o tratamento semelhante direcionado para grupos oprimidos nos contextos cultural, político, ambiental e social vigentes.

Além do trabalho voltado para o portal, o Modifica atuava por meio de um ecossistema informativo, com presença em outros espaços, plataformas e formatos, com intuito de alcançar outros públicos e adaptar os conteúdos para os padrões de consumo que foram se alterando na Internet e fora dela ao longo dos 10 anos de atuação do Instituto, o que trabalharemos no tópico a seguir.

3.2 Ecossistema informativo

Pautado pelo tripé jornalismo, pesquisa e educação, o portal do Modifica materializa-se como um espaço central para divulgação de produções textuais e pesquisas próprias⁴¹, assim como artigos abordando autoras e teorias críticas, como ecofeminismo, interseccionalidade, ecologia profunda e decolonialidade, além de textos com propostas práticas de mudanças de comportamento, como veganismo e redução de consumo. Aqui, cabe mencionar que percebemos um alinhamento da produção, falando aqui de forma abrangente, com a práxis ecofeminista, uma vez que estimula a percepção das interdependências entre a espécie humana e a natureza e um pertencimento ecológico (Beltrán, 2019), assim como a consciência

⁴⁰ Disponível em: <https://www.modifica.com.br/arquivos/modifica-GUIA-REDAÇÃO-191024.pdf>

⁴¹ Disponível em: <https://pesquisas.modifica.com.br/>

sobre a possibilidade de outras formas de ser e estar no mundo. Segundo Marina Colerato (2024), o trabalho executado pelo Modifica tinha um público-alvo claro: mulheres que já possuíam proximidade com os feminismos e outras lutas sociais.

O objetivo era falar com as mulheres e com as feministas sobre questões ambientais, como estava intrinsecamente relacionado a destruição da natureza e a posição de subalternidade das mulheres nesse patriarcado milenar. (...) A gente dialogava com um público ideologicamente diverso, mas sempre com muita mulher e mulher mais madura, de 25 a 40 anos, que não à toa é mais ou menos minha faixa etária, mulheres que conseguem perceber algumas questões pela experiência da vida e das coisas que passaram.

Como parte da nossa proposta metodológica, realizamos um levantamento quantitativo das matérias do portal Modifica com intuito de encontrar padrões e inferências que nos permitissem entender com melhor propriedade o trabalho no site. As matérias foram organizadas em ordem cronológica, seguindo a disposição encontrada na seção ‘Conteúdos mais Recentes’⁴², e classificadas em uma tabela⁴³ de acordo com a data de publicação, título, temas em evidência, editorias, tags do site, gênero/formato do material, autoria, elementos gráficos e fontes.

Ao todo, foram contabilizadas 425 publicações no portal. Observamos que esses conteúdos variam em gênero e temáticas, enquadrando-se como jornalismo e conteúdos de comportamento, este último explorando tendências, estilos de vida e questões do cotidiano. Com isso posto, a título de esclarecimento, os números e porcentagens apresentados a seguir foram extraídos desse tabelamento realizado ainda durante a pesquisa exploratória para aproximação com o objeto, em março de 2023. No entanto, é importante mencionar que o número de 425 matérias não corresponde a toda a produção já feita e divulgada pelo Modifica, uma vez que a fundadora do portal relatou que parte significativa foi excluída durante a migração para Instituto com a justificativa de que a produção retirada do ar não se alinhava com a proposta visual e editorial implementada (Colerato, 2024).

A produção jornalística é organizada em cinco editorias, que constituem o menu superior do portal. São elas: Feminismos; Socioambiental; Capital; Política; e Cultura. É interessante frisar que a Análise de Conteúdo que realizaremos a seguir foi realizada a partir da seleção de textos que representassem essas cinco categorias. A Figura 2 demonstra a página inicial do portal e o destaque dado para

⁴² <https://www.modifica.com.br/mais-recentes/>

⁴³ Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1Nlk-JsTQ-v2uSOhbulyzEKgXe1QqM96J/view?usp=sharing>

as categorias, que também parecem funcionar como um reforço da linha editorial seguida pelo portal, com olhar para questões socioambientais, culturais e políticas. Além disso, já em um primeiro contato transparece um posicionamento crítico em relação ao capitalismo, em especial, assim como a intenção de abordar feminismos, no plural, indo além da proposta de um feminismo civilizatório único (Vergés, 2020).

Figura 2 - Página inicial do portal Modefica

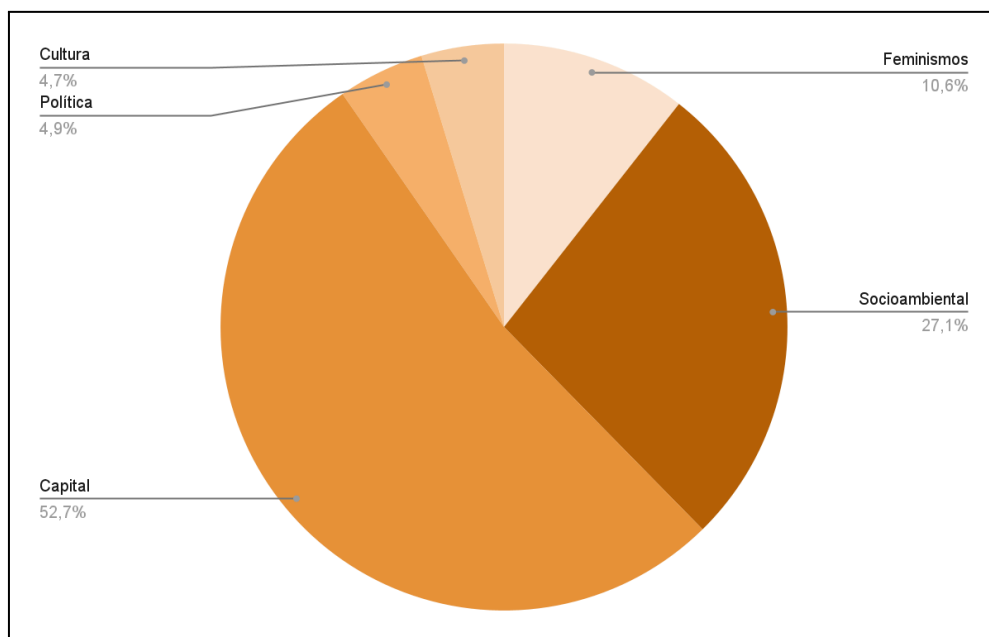


Fonte: Modefica

Ao visualizarmos o menu superior do portal, a primeira editoria disponibilizada é **Capital**, que agrega a maior parte da produção, com 224 conteúdos relacionados, o que representa 52,7% do total. Segundo o próprio portal, a editoria reúne “reportagens, matérias e opinativos sobre o modo de produção capitalista e os impactos socioambientais por ele engendrado, bem como soluções possíveis para a crise ambiental e climática em fluxo” (Modefica). Em seguida, temos a editoria **Feminismos**, com 45 conteúdos, ou 10,6% da produção relacionada à ela. De acordo com a descrição da categoria, ela reúne “textos e reportagens sobre mulheres e suas diversas formas de resistência, com destaque para mulheres diversas atuando de forma interseccional para justiça ambiental e climática” (Modefica).

Seguindo a ordem do menu superior, temos a editoria **Socioambiental**, que agrupa 115 publicações, o que representa 27,1% da produção do Modefica. É tida como o espaço que agrega “textos e reportagens sobre as relações entre questões sociais e ambientais a partir de uma perspectiva ecofeminista com destaque para os processos de injustiça ambiental e climática” (Modefica). Em seguida, é disponibilizada a categoria **Política**, com 21 matérias, ou 4,9% do total, que se propõe a divulgar “textos e reportagens sobre políticas ambientais, economia e eleições a partir das demandas climáticas e ambientais” (Modefica). Por fim, há ainda a editoria **Cultura**, que reúne 20 publicações ou 4,7% da produção, com “textos, listas e resenhas sobre livros, filmes e exposições quando o assunto é meio ambiente, clima, modos de produção alternativos e justiça socioambiental” (Modefica). O Gráfico 1 apresenta visualmente a distribuição entre as categorias do portal.

Gráfico 1 - Distribuição de produções entre as editorias do Portal Modefica



Fonte: Produção da autora (2025).

Dentro dessas 425 produções ainda disponíveis para acesso, 175, ou 41,8% do total, o que representa a maioria da amostra, podem ser classificados enquanto

artigos de gênero opinativo⁴⁴, e 115 puderam ser enquadradas como gênero interpretativo⁴⁵, o que corresponde a 27% do total. Já 70 produções, ou 16,5% do produzido pelo portal, enquadram-se no gênero informativo⁴⁶. Aqui, cabe mencionar que esse é um sistema classificatório não exato, uma vez que interpretação, opinião e informação se mesclam de forma anunciada em jornalismo alternativos, como é o caso do Modifica.

Uma prática recorrente identificada no portal é a publicação de conteúdos traduzidos com autorização, em especial dos sites *The Conversation* e *The Grist*. Ao todo, foram observados 52 conteúdos traduzidos e provenientes de outros sites em inglês, o que corresponde a 12,2% da produção. Por fim, em menor quantidade, temos ainda 9 entrevistas (ou 2,1% do total), em especial com profissionais da moda, e 4 publicações para divulgar pesquisas realizadas pelo Modifica.

Em nossa análise, também nos atentamos aos temas presentes na produção do Modifica. A partir do levantamento quantitativo que realizamos, conseguimos observar a ocorrência de 39 temas diferentes, sendo que uma publicação poderia abarcar um ou mais desses tópicos. Entre os dez temas mais recorrentes, temos em primeiro lugar a indústria da moda, presente em 223 publicações, o que representa a recorrência do assunto em 52,4% do total. Em alinhamento com o início do Modifica, entendemos que a persistência em se falar sobre assunto se dá pela formação da fundadora do Instituto. Em segundo lugar, temos a crise climática como segundo tema mais explorado pelo portal, tendo sido identificado em 106 produções, o equivalente a 24,9% da produção.

Sustentabilidade é o terceiro tema mais recorrente, com presença em 104 matérias, totalizando 24,5%. Em quarto lugar, temos o tema do consumo, com ocorrência em 100 publicações, ou 23,5% do total da amostra. Já propostas de mudanças de comportamento são exploradas em 61 publicações ou 14,3%. Entre essas mudanças de comportamento, podemos citar escolhas de menor impacto na hora de compras de roupas, como aderir aos brechós e peças com maior

⁴⁴ Pode ser entendida como a leitura, avaliação ou análise da realidade em que a versão dos fatos é elaborada a partir de argumentos elencados em favor de determinadas idéias, sugestões e valores (Melo; Assis, 2016).

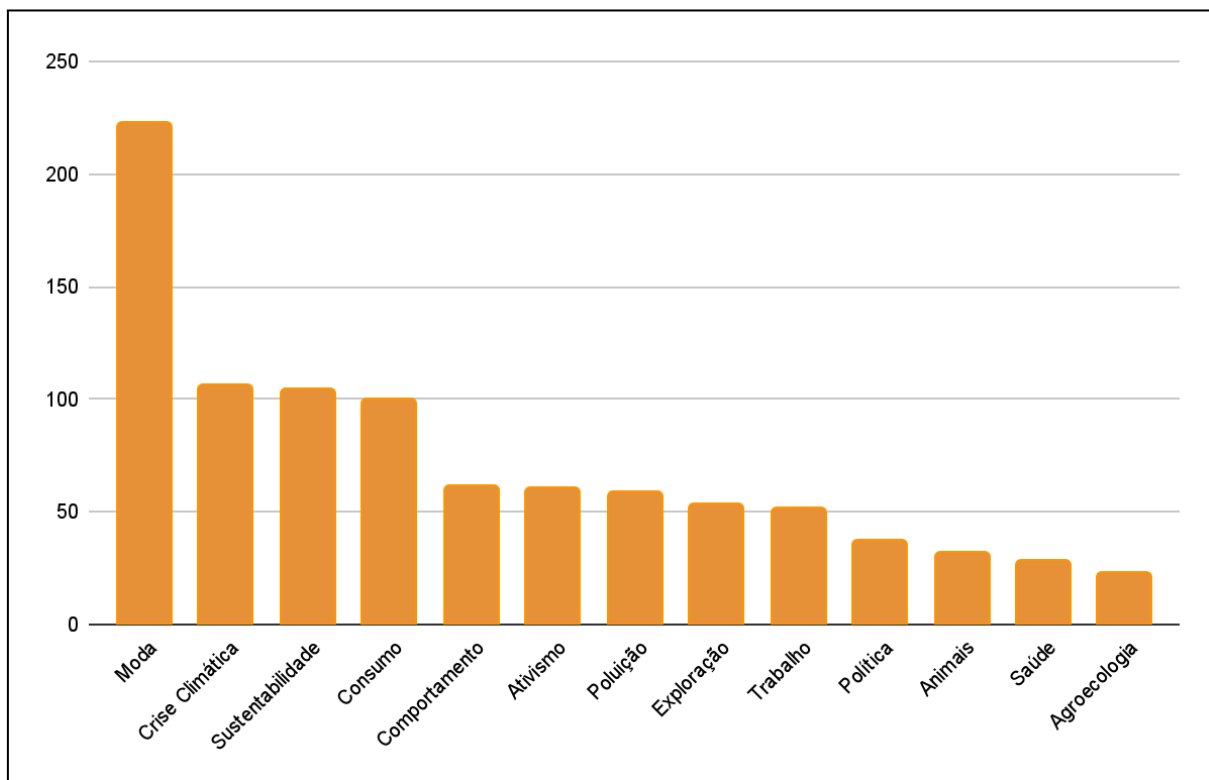
⁴⁵ Possui características como ampliação de um relato e/ou acontecimento e maior aprofundamento do tema a partir da sua interpretação, podendo ter também uma função educativa (Melo; Assis, 2016).

⁴⁶ Pode ser definido a partir de dois critérios principais: a atualidade e a novidade. Assim, pode ser classificada como a produção jornalística que repercute fatos e eventos datados em produções curtas e menos elaboradas (Melo; Assis, 2016).

durabilidade. Em seguida, temos o ativismo como tema mais recorrente, com presença em 60 publicações ou 14,1% do total, o que foi detectado em materiais que falam sobre protestos contra agrotóxicos, perseguição contra ativistas climáticos ou sobre resistência indígena, por exemplo. Poluição vem em seguida, com 59 matérias explorando a temática, totalizando 13,8% do total de produções sobre assuntos como descarte de resíduos nos oceanos e rios e falta de circularidade na produção da indústria da moda.

Identificamos a exploração predatória como tema presente em 53 matérias ou 12,47%, o que engloba processos como desmatamento, garimpo, agronegócio extensivo, extração de petróleo, entre outros. Por fim, também temos a precarização de trabalho como tema presente em 51 publicações, totalizando 12% da amostra. Em especial, a precarização profissional foi abordada em conjunto com o tema moda, uma vez que a indústria é conhecida pela utilização de mão de obra barata e trabalho em situações análogas à escravidão. A título de comparação, o Gráfico 2 traz os temas mais recorrentes encontrados no Modéfica.

Gráfico 2 - Temas mais presentes na produção do portal Modéfica



Fonte: Produção da autora (2025).

Os temas abordados pela equipe do portal sofreram uma mudança ao longo do período de atuação da iniciativa. Nos primeiros cinco anos, havia uma priorização de questões relacionadas ao mundo da moda, como escolhas de consumo, alternativas sustentáveis e veganas, precarização do trabalho, economia circular, entre outros. Aqui, como mencionado, entendemos que esse padrão se alinha com a formação da própria fundadora da iniciativa. O próprio nome do Instituto dá indicativos desse foco inicial, uma vez que foi criado a partir da junção do termo *mode* (moda em francês), com o verbo modificar (Modifica). A partir de 2019, há um aumento crescente da presença também de outras temáticas, em especial de assuntos relacionados à crise climática, agricultura e ações humanas predatórias. Segundo a fundadora do Instituto (2024), a mudança temática acompanhou mudanças pessoais e mais amplas, em especial envolvendo o financiamento (tópico que será melhor abordado a seguir).

A gente trabalhava [no começo] olhando para essa questão de como você pode consumir dentro de outra lógica, como você pode consumir pensando em apoiar redes alternativas de produção, qual é a importância dessas redes alternativas de produção para as mulheres, porque tem características específicas na rede produtiva da moda. E aí depois a gente foi adentrando mais ambiente e clima, já pegando mais desmatamento, política, foi adentrando esses lugares. Foi uma mudança nossa e acaba que também um pouco minha, que estava em uma posição de liderança, no sentido de pensar “para onde a gente vai agora”. (...) logo depois a gente recebeu uma proposta de receber financiamento para cobrir questões que falassem sobre Amazônia e clima (Colerato, 2024).

Um dos eixos de atuação do Modifica era a elaboração de pesquisas próprias e divulgação de trabalhos desenvolvidos por parceiros. Em nossa análise do portal, identificamos a presença de cinco pesquisas de autoria própria do Modifica. A mais recente é ‘Jornalismo e engajamento climático’⁴⁷, desenvolvido em parceria com o grupo de pesquisa Jornalismo Ambiental, ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que atua voltado para os estudos das interfaces entre jornalismo e meio ambiente. A pesquisa, desenvolvida em 2022, buscou entender “como os jornalistas promovem ou podem promover engajamento das pessoas nas ações pró-clima no seu fazer jornalístico”.

Os demais trabalhos de pesquisa identificados envolvem a questão da moda, economia circular e alternativas sustentáveis, o que também se relaciona com a

⁴⁷ Disponível em:

<https://loja.modifica.com.br/produto/publicacoes/jornalismo-e-engajamento-climatico/>

formação da diretora e fundadora do portal e demonstra a personalidade presente na iniciativa. O trabalho ‘Fios da Moda’ foi desenvolvido em três relatórios, todos publicados em 2021: Perspectiva Sistêmica para Circularidade⁴⁸; Fibras do cuidado - Algodão Agroecológico⁴⁹; e Fibras Alternativas - Cânhamo⁵⁰. Há também o trabalho Possibilidades para a Moda Circular no Brasil⁵¹, de 2020. Conforme relata Colerato (2024), o incentivo à pesquisa tinha como intuito suprir lacunas no conhecimento acerca do tema e ampliar o acesso à informações pouco conhecidas pelo grande público.

Acho que o trabalho de pesquisa é muito valioso para muitos campos. Quando são temas sub-representados, mais ainda. (...) Por exemplo, a pesquisa Fios da Moda. Não existia nada feito a respeito que era público. As grandes [empresas] varejistas têm suas próprias pesquisas, eles têm as informações, mas que ficam guardadas na gaveta, são elementos estratégicos para eles. Então, eu tinha esse desejo de fomentar o acesso à pesquisa e à própria produção. Sobretudo pensando na moda, que é uma área que tem muito campo para pesquisar nessa questão ambiental, mulheres, hiperprodução, setor têxtil e confecção (Colerato, 2024).

A produção também incluía séries de reportagens, elaboradas pelo Modifica ou em parceria com outras organizações que, segundo o próprio portal, eram “destinadas a temas complexos e atemporais, e servem também como fonte de pesquisa permanente” (Modifica). Em nosso levantamento, identificamos cinco séries dedicadas a temas diversos. Com seis produções, a série ‘97,5%: Oceano, Clima e Saúde Coletiva’ tinha como gancho a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, proposta pela Organização das Nações Unidas, e apresentavam temáticas relacionadas aos oceanos e sua interdependência com a saúde coletiva humana e do planeta.

Outra produção destinada para o portal foi a série de reportagens ‘Lições Climáticas da Pandemia’, que possui oito produções escritas por acadêmicas, militantes e ativistas com intuito de relacionar a “origem e as consequências da crise do Coronavírus com a destruição ambiental e climática em fluxo” (Modifica). Já a ‘Indústria da Moda Brasileira’, com sete reportagens, apresentava características, desafios, propostas, particularidades e a complexidade da indústria da moda no país. Em ‘Terra com t Minúsculo: MST e sustentabilidade’, quatro produções se

⁴⁸ Disponível em: <https://pesquisas.modifica.com.br/fios-da-moda/>

⁴⁹ Disponível em:

<https://pesquisas.modifica.com.br/fios-da-moda/fibras-do-cuidado/algodao-agroecologico>

⁵⁰ Disponível em: <https://pesquisas.modifica.com.br/fios-da-moda/fibras-alternativas/canhamo>

⁵¹ Disponível em: <https://pesquisas.modifica.com.br/pesquisa-consumo-uso-descarte/>

propunham a investigar o movimento social e suas origens, assim como possibilidades de cultivo e manejo da terra, além da presença de mulheres no movimento, de modo a “olhar para o passado e para o presente como forma de imaginar futuros melhores para a terra e para a Terra” (Modifica). Por fim, também podemos mencionar a série ‘Ecofeminismo: Mulheres e Natureza’, com nove artigos que discutem as conexões possíveis entre ambas a partir de uma perspectiva teórica. Segundo o portal, a série também tem como objetivo “abordar as questões éticas e morais, além das questões culturais, sociais e econômicas relacionadas ao feminismo, veganismo e ecologia” (Modifica).

Em nosso olhar para o portal, percebemos ainda um esforço em realizar produções multimídias mais elaboradas e dinâmicas, buscando se adaptar ao contexto tecnológico e de consumo em constante adaptação, ainda que em meio às limitações de recursos financeiros e equipe. Um formato alternativo explorado pela equipe são os *Web Stories*, que unem vídeo, áudio, imagens, animação e texto para criar uma experiência dinâmica, sucinta e personalizada de consumo. Identificamos 205 conteúdos em formato *Web Stories*, sendo que a maior parte são constituídos a partir de matérias veiculadas no portal, com a presença de imagens, tópicos textuais curtos e elementos gráficos, direcionando por fim para a leitura completa por meio de link. Além disso, também observamos *Web Stories* que vão além do conteúdo do portal, respondendo perguntas, reunindo dicas de leituras, apresentando momentos marcantes do ano por meio de fotos e interação por meio de *quizzes*.

Para além da produção feita para o próprio portal, o Instituto Modifica também estava presente em outras plataformas e formatos. Aqui, podemos mencionar a newsletter, enviada semanalmente para o e-mail dos inscritos, que agregava matérias do portal, resultados de pesquisas, chamamentos coletivos, cursos, eventos e dicas culturais. Outro formato explorado pela equipe são os podcasts, com três deles tendo sido produzidos e veiculados em plataformas como o Spotify, Deezer e iTunes. Com 13 episódios, o ‘Politicamente Incorreto... E Ambientalmente Também’ era veiculado mensalmente e nele, em um formato de bate-papo, Marina Colerato recebia convidadas para falar sobre política, meio ambiente e assuntos em discussão na sociedade. Já o podcast ‘Ecofeminismo: mulheres e natureza’, que possuía 18 episódios, tinha foco na teoria ecofeminista e trazia análises sobre as interconexões entre diferentes sistemas de opressão,

buscando tanto “reconhecer as práticas que já existem, quanto ajudar na construção de um presente e futuro onde haja sustentação da vida, ao invés de sua exploração e destruição” (Modifica). Por fim, temos o podcast Backstage, que em 30 episódios buscava abordar a moda a partir de perspectivas diversas. Também apresentado por Marina Colerato, era produzido em um formato bate-papo, recebendo convidados para debater “indústria, carreira, questões de gênero e raça, temas quentes e futuro da moda” (Modifica).

A gente tentava outros formatos para que todo aquele trabalho [de produção de matérias] não se perdesse numa não leitura. Então tentar adaptar isso pras mídias sociais, tentar adaptar isso para os chamados *Web Stories*, se inserir no podcast, e tentar os eventos também que proporcionavam um pouco de diálogo. (...) Quando a galera passa a não querer ler, você vai tentar fazer o conteúdo em outros formatos. A questão era como as pessoas que não leem, que não vão ler, podem se aproximar do assunto (Colerato, 2024).

Parte expressiva do trabalho desenvolvido pela equipe do Modifica foi realizado por meio de suas redes sociais. Apesar dos últimos posts serem datados de dezembro de 2022, momento em que as atividades foram suspensas, os perfis no Instagram, Twitter, Telegram, Facebook, Pinterest e Youtube também seguem todos no ar. Em números, o Instagram é a principal rede social do Modifica, acumulando 3.689 publicações e 86,9 mil seguidores, sendo também a rede social em que é mais perceptível a interação do público com curtidas e comentários, em comparação com perfis em outras plataformas. Os conteúdos disponíveis no perfil na rede incluem carrosséis com fotos, *reels* com cortes de vídeos e falas da equipe, além de posts com trechos de matérias e memes para divulgar conteúdos do portal. É interessante mencionar que o Instagram também se configurava como um importante canal de comunicação para a iniciativa. Segundo Colerato (2024), os contatos de pessoas por meio da rede social eram uma importante fonte de pautas, com mensagens que incluíam denúncias e pedidos de divulgação de situações enviadas por indivíduos ou representantes de movimentos sociais.

O Modifica também possuía presença significativa no Facebook, tendo mais de 18 mil seguidores em seu perfil. Na rede social, eram repostados links das matérias do portal e conteúdos como vídeos e cards veiculados no mesmo formato do Instagram, sendo que posts mais recentes possuíam poucos comentários e curtidas. Mas, de acordo com Marina Colerato (2024), a plataforma já se configurou como a principal rede social do Modifica, sendo que a redução no número de

usuários ativos do Facebook, em especial da faixa etária alvo da iniciativa, “diminuiu o alcance e mudou a lógica completamente do acesso ao site. As pessoas foram cansando de acessar o site e ficando cada vez mais só nas redes sociais, buscando conteúdos de imagem e vídeo”.

No Youtube, o Instituto conta com 4,09 mil inscritos e 123 vídeos divulgados, o que englobava a divulgação de produções próprias, como entrevistas com profissionais da Indústria da Moda, traduções de palestras, publicação de podcasts e chamadas para matérias. No Telegram, possui 247 inscritos e o canal era utilizado para o envio de mensagens esporádicas divulgando produções e repercussão das newsletters. Já no Twitter, possui mais de 1,6 mil seguidores, seguindo o padrão de repostar conteúdos do portal e possuir pouca interação em suas publicações. Por fim, o Modifica também conta com um perfil no Pinterest, com 5,3 mil seguidores, e na plataforma realizava publicações principalmente de imagens que direcionam para publicações do portal.

Ao observarmos o ecossistema informativo do Modifica, podemos entender que a iniciativa conseguiu produzir e explorar temas que tangenciam o ecofeminismo, conteúdos estes adaptados a diferentes formatos. Observamos ainda que o trabalho também se consolidou nas redes sociais, com número significativo de postagens e seguidores. Entretanto, a produção estabelecida não foi suficiente para a manutenção na iniciativa, que paralisou suas atividades em dezembro de 2022. Podemos atribuir a suspensão do Modifica à uma série de dificuldades no processo de produção, assim como à centralização do trabalho na figura da sua fundadora. Trabalharemos este aspecto com maior profundidade a seguir.

3.3 Rotina produtiva

A equipe fixa do Modifica era composta por três pessoas: a designer de moda e mestre em Ciências Sociais, Marina Colerato, que atuava como diretora, revisora e produtora de conteúdo; o designer e artista plástico Alain Schraner, responsável pela identidade visual e produções gráficas da iniciativa; e a jornalista Juliana Aguilera, que atuou por um período como *freelancer* e posteriormente foi contratada com carteira assinada pela instituição.

A gente fez muita coisa, tinha muita parceria, mas de fato, se você olhar...
Tínhamos vídeo, podcast, conteúdo em múltiplos formatos, cuidava das

imagens e fazia uma comunicação muito forte. E eram basicamente três pessoas, eu, o Alain e a Juliana (Colerato, 2024).

Segundo o próprio portal, como forma de compensar a equipe enxuta e incentivar a inclusão de vozes diversas, a iniciativa incentivava a participação de outras profissionais por meio do Seja Uma Autora, espaço para envios de sugestão de pauta e elaboração de produções de forma voluntária.

Encorajamos grandemente que mulheres jornalistas e fotojornalistas de diversos locais do país enviem seus projetos. Encorajamos também que mulheres indígenas e negras de regiões periféricas do Brasil e alguma experiência com o jornalismo ou a escrita proponham pautas a partir de temas locais ligados às questões ambientais, climáticas e de gênero (Modifica).

O portal aceitava ensaios, reportagens e artigos, reforçando a necessidade de uma “boa base de pesquisa e que tragam fontes confiáveis para apoiar a narrativa” (Modifica). Além disso, também eram aceitas entrevistas e resenhas de livros, filmes e séries que dialogassem com o interesse do Instituto. Para adequar a produção, a equipe fixa indicava a leitura do manual de redação, já mencionado, sendo que para participar não era necessário ser jornalista ou escritora, sendo exigida apenas a “habilidade com texto, além de disposição para aceitar sugestões, edições e direcionamentos” (Modifica).

A equipe fixa enxuta e a abertura para produções isoladas são características que se refletem na autoria da produção. Aqui, cabe mencionar que essas limitações estão presentes no cotidiano de iniciativas independentes, para além do Modifica. Primeiramente, observamos uma concentração nas figuras de Marina Colerato e Juliana Aguilera: dos 425 conteúdos disponíveis no portal, 142, ou 33,4% do total, foram produzidos por Marina, enquanto 109 posts, ou 25,6%, têm Juliana como autora. Além disso, outras três produções foram feitas em conjunto pelas duas autoras. Aqui, cabe mencionar que essa presença majoritária justificou a realização de entrevista com as duas para compreensão mais ampla da iniciativa. Do total de posts, a escrita de 60 deles (14%) é atribuída à Autor Convidado. Temos ainda 20 produções (4,7%) onde a autoria não foi identificada devido à formatação do texto e 13 conteúdos (3%) atribuídos à Time Modifica, sem identificação específica de autor.

Para além das autoras já mencionadas, identificamos ainda sete produções (1,6%) feitas por Juliana Lima; cinco artigos (1,1%) produzidos pela pesquisadora

Daniela Rosendo; cinco publicações (1,1%) com Fernanda Cannalunga como autora; cinco textos (1,1%) assinados por Bruna Miranda; quatro (0,9%) atribuídos à Juliana Afonso e outros 4 (0,9%) identificados como tendo sido escritos por Vitória Régia da Silva. É interessante observar ainda que, do total de conteúdos no ar, 48 (11,3%) deles foram produzidos por autoras que publicaram três ou menos textos no portal. Outro fator interessante de ser reforçado é que, majoritariamente, o conteúdo do Portal Modifica é feito por mulheres. Temos apenas três posts (0,7%) que fogem à regra, produzidos por Breno Amparo, Pablo Pessoa e Alain Schraner, com uma publicação atribuída a cada um.

De acordo com Aguilera (2024), o trabalho da equipe fixa era executado a partir de uma reunião semanal, sendo que Colerato (2024) complementa que os encontros eram um espaço para definição de pautas a serem executadas, assim como a divisão de tarefas. Ambas relatam que o alinhamento diário sobre o andamento da produção era realizado por meio de ferramentas online de gestão. Ainda segundo Aguilera (2024), as profissionais possuíam como meta a produção de ao menos três conteúdos por semana para o portal, com pautas diferenciadas.

Às vezes eu via umas matérias ótimas, umas pesquisas ótimas, mas pensava “nossa e as mulheres ali, como é que elas estão? Vou dar uma fuçada pra ver”. E tinham muitas matérias ou estudos que eu via que eram lançados e eu queria aprofundar o olhar naquela situação. Então as pautas vinham de vários lugares, sabe? Às vezes era “vou dar uma uma checada no que está sendo falado nessa organização parceira”, ou nesse projeto que eles tão fazendo. Também tinha esse olhar de tentar falar sobre diversas realidades. Não ficar só focado na Amazônia, mas olhar também para São Paulo, olhar para o Sul e outros lugares. Enfim, era uma mescla de muitas coisas (Aguilera, 2024).

Para renovar com maior frequência os conteúdos disponíveis, era recorrente a divulgação de traduções de materiais de outros veículos, o que correspondia a 12,2% da produção total, como já mencionado. As pautas elaboradas pela equipe do Modifica também exploravam pesquisas científicas como artigos, relatórios, dissertações e teses relacionadas aos temas abarcados pela iniciativa, que serviam como fonte documental. A utilização exclusiva desse tipo de fonte, aliás, representa uma parte expressiva do trabalho, sendo que 261 publicações do portal, ou 61% da produção, eram baseadas somente em dados provenientes de documentos. Segundo Aguilera (2024), a escolha editorial também se dá em função da equipe reduzida, uma vez que as fontes documentais permitem uma produção mais rápida. A jornalista também relata que a presença das pesquisas demonstra um intuito de

divulgação científica do portal, buscando promover um alinhamento entre ciência e o ecofeminismo como ferramenta de respaldo para as produções.

Tinha um esforço de tentar trazer a ciência para perto dessa realidade ecofeminista, do dia a dia das pessoas, e tentar traduzir isso para termos técnicos, para o que as pessoas sentem. Também tinha esse rigor de se basear no especialista, na fonte principal, não ficar tirando a informação de outras matérias, mas sim da fonte original. A gente sempre tentava trazer diversas fontes que comprovavam... Porque eu sou jornalista ambiental, mas eu não sou especialista em clima, em qualquer temática, eu sou uma jornalista. Então eu não posso trazer uma afirmação forte se eu não trago no que eu me respaldo. Mas quando eu coloco um relatório, um artigo, não sou eu dizendo, é um especialista dizendo (Aguilera, 2024).

O tempo empregado na elaboração de produções de maior porte e exigência de dedicação, como reportagens e pesquisas próprias, também é outro aspecto que se relaciona com a questão do número reduzido de profissionais fixos no Modifica. A título de exemplo, Colerato (2024) chegou a nos relatar que a série ‘Terra com t minúsculo’, com quatro reportagens, levou cerca de nove meses para ser finalizada. No entanto, segundo Aguilera (2024), a limitação temporal abriu caminho para explorar produções com maior durabilidade.

Não dava muito pra dar furo ou pra “saiu um relatório, vamos dar hoje porque amanhã ele vai estar ultrapassado”. Mas o que a gente podia fazer? “Vamos pegar esse relatório, colocar no contexto brasileiro, vamos falar sobre o Brasil”. E eu acho isso muito bacana, porque quando você fala do Brasil, você tira essa ótica do norte global que é tão comum nas matérias de meio ambiente, de clima. (...) Eu acho muito ruim fazer uma matéria que é muito bacana e ela tem prazo de validade curto. Então como a gente não dava uma *hard news*, produzia matérias mais reflexivas (Aguilera, 2024).

Outro aspecto importante da rotina a ser ressaltado é o fato da produção do Modifica ser realizada majoritariamente à distância por limitações financeiras e de equipe. Como nos contou Aguilera (2024), a maior parte dos contatos eram realizados por telefone, meio de comunicação mais acessível em especial em regiões remotas. Segundo a jornalista, em comparação com uma produção *in loco*, o contato mediado impactava a produção, uma vez que impedia a captação de nuances, assim como o processo de se estabelecer uma conexão com o entrevistado.

Pela voz, pelo telefone, tem coisa que não dá pra se perguntar, às vezes o entrevistado não fala. Então tiveram vários momentos em que eu pensei se eu tivesse ali ao vivo, com a minha feição, o jeito que eu estou me portando, talvez eu conseguiria ter feito mais, tirado mais do entrevistado, ter confiado mais nele e ele mais em mim (Aguilera, 2024).

Aqui, também cabe mencionar que as parcerias por meio do ‘Seja uma Autora’ permitia a viabilização de pautas feitas por profissionais de diversas localidades, ampliando o escopo da produção *in loco*. E, como mencionou Marina Colerato (2024), priorizar profissionais no local “tinha a ver com várias coisas, não só com o custo, tinha a ver com jornalistas locais terem maior capacidade de cobrir o local onde elas estão”.

Nesse mesmo sentido, Aguilera (2024) menciona ainda a dificuldade, principalmente, de inserir produção visual dentro das pautas. Segundo a jornalista, pelo assunto abordado, algumas pautas exigiam materiais complementares como fotos, o que poderia ser feito pelos entrevistados. No entanto, “às vezes a pessoa não tem noção do que é uma foto boa. A gente precisa de uma foto de qualidade, de uma foto jornalística que fale a informação, que não seja só uma foto” (Aguilera, 2024). Como forma de suprir esse déficit, a equipe fazia ampla utilização de elementos como infográficos e colagens artísticas. O design da iniciativa, aliás, era reconhecido por seu estilo próprio, conforme afirma Colerato (2024). A diretora do Modifica enfatiza que a comunicação visual era uma preocupação constante para a equipe.

Esse era um dos nossos grandes X da questão. Nenhum veículo conseguiu a comunicação visual que a gente tem, marcante. Por exemplo, quando a gente foi receber financiamento, uma das questões faladas era “a comunicação visual de vocês é ímpar”. A gente tinha essa preocupação, até porque na época ser eco não estava muito na moda na época. e era uma preocupação que a nossa marca não fosse em verde ou marrom, aquele tradicional com cara de eco. A gente estava querendo conversar com outras pessoas, com outro público (Colerato, 2024).

Como já mencionamos, a equipe que mantinha o Modifica encontrou uma série de dificuldades para garantir sua permanência, com destaque para a limitação financeira que também implicava em uma equipe reduzida fixa. No tópico a seguir, abordamos esse cenário, assim como a consequente suspensão das atividades e possibilidades de um retorno.

3.4 Modelo de negócio, financiamento, fim do Modifica e possibilidades de futuro

O financiamento é um ponto chave para compreendermos os caminhos tomados pelo Modifica, incluindo decisões editoriais e a suspensão das atividades. Primeiro, é importante contextualizar que, segundo a diretora do Instituto, nos

primeiros quatro anos do Modifica, o trabalho era realizado exclusivamente de forma voluntária, sem financiamento para o desenvolvimento das atividades. Colerato (2024) nos contou que, para se manter, os dois diretores dependiam da renda de trabalhos em paralelo. Em 2018, houve o primeiro financiamento, sendo que a manutenção financeira era sempre um elo fraco da instituição e, como relata Colerato (2024), “a gente nunca teve lucro, antes mesmo de ser uma organização, a gente nunca se pagou”.

Em sua apresentação institucional, o financiamento do Modifica é descrito como feito por “meio de doações de pessoas físicas, jurídicas, fundações e institutos filantrópicos, editais e trabalho *pro bono*, bem como por meio de prestação de serviços e patrocínio a projetos”. Além disso, o Modifica ainda contava com a venda de produtos⁵², como pôsteres, pins e bottons. Como dito por Colerato (2024), a iniciativa promovia uma “miríade de coisas” para tentar se manter financeiramente. Entretanto, a fundadora conta também que era “muito difícil sustentar todas essas frentes, porque você precisa estar ativo em todas elas e uma equipe pequena não consegue” (Colerato, 2024). Novamente, a equipe enxuta é mencionada como algo que gerava desafios para o Modifica, o que não é exclusivo da iniciativa, sendo perceptível recorrentemente em mídias alternativas.

Quando vem o financiamento da filantropia, é um financiamento mais robusto, né? Então você consegue planejar um pouco mais a longo prazo. Aí então a gente continua um pouco em algumas frentes, outras a gente sabe que até dá retorno, mas você precisa de mais volume, e mais volume é mais trabalho. E se você quer o financiamento da filantropia, você precisa trabalhar naquilo, você gasta dias preenchendo o relatório de *feedback*, isso é uma coisa que inclusive enche o saco. Só uma galera que já tem uma estrutura para aguentar essa loucura de preencher para financiamento e reportar financiamento, você tem que ter uma robustez (Colerato, 2024).

Em nosso levantamento de matérias do portal, notamos produções apoiadas financeiramente que se destacam por possuírem uma chamada à esquerda da publicação com o título ‘Apresentado por’, seguido da instituição apoiadora. Parte desse financiamento para produções eram provenientes de fundações filantrópicas como a Laudes Foundation⁵³ e Instituto C&A⁵⁴, além de empresas do ramo do vestuário, como Insecta, Melissa, Farm e My Basic. Na Figura 3, retirada de uma das

⁵² Disponível em: <https://loja.modifica.com.br/>

⁵³ Disponível em: <https://www.laudesfoundation.org/>

⁵⁴ Disponível em: <https://institutocea.org.br/>

matérias do portal, podemos perceber à esquerda o espaço dado para o patrocinador do conteúdo.

Figura 3 - Matéria do Modifica apresentada por Instituto C&A



Fonte: Modifica

Uma das alternativas de financiamento, como já mencionado, era a doação feita por pessoas físicas. No entanto, Colerato (2024) menciona que a doação proveniente do público era ínfima, o que gerava dependência de doações das empresas e filantrópicas para a manutenção do Instituto. Para a diretora do Modifica, um dos fatores para a falta de contribuições financeiras é o grande número de mídias independentes que também pedem doação ao público.

Existe pouco engajamento com a doação, sobretudo porque existe muita mídia agora, então como é que você prioriza? E todas pedem dinheiro. (...) Inclusive, cria um clima de competição por fundos e financiamento no próprio ecossistema. Eu cheguei a achar que o fato das pessoas não financiarem diretamente o Modifica era uma questão com a gente. Até que descobri que era uma questão com o campo, porque ninguém financia, ninguém se financia (Colerato, 2024).

Para além da manutenção da equipe fixa, parte dos valores arrecadados também era destinado para bolsas de reportagem por meio do Fundo

Ecofeminista⁵⁵, que visava fomentar a “produção de reportagens de jornalismo ambiental e climático a partir de uma perspectiva ecofeminista” (Modifica). Segundo a organização, os recursos do fundo eram destinados para mulheres repórteres que buscassem promover, por meio da prática jornalística, “uma sociedade mais justa, democrática e ecológica” (Modifica). O apoio variava de R\$1,2 mil a R\$7,5 mil, sendo que a gestão dos recursos do fundo contabiliza o valor arrecadado de R\$9,8 mil, gasto em cinco bolsas de reportagem. As produções feitas no âmbito do fundo são: Memórias em Ruínas: as Mulheres Que Perderam Suas Casas e Histórias Para o Crime Ambiental da Braskem⁵⁶; Mulheres Imigrantes Na Costura⁵⁷; Protagonistas do Marco Temporal, Etnia Indígena Xokleng Tem Longo Histórico de Resistência⁵⁸; Resistência Feminista: Comunidades Agroecológicas se Organizam Para Soberania Alimentar⁵⁹; Mulheres Indígenas e Ribeirinhas Lutam Pelo Futuro no Xingu⁶⁰.

Quando direcionamos o olhar para as reportagens financiadas, percebemos elementos qualitativos nem sempre presentes em pautas elaboradas de modo voluntário ou naquelas concentradas somente nas profissionais fixas. Podemos citar aqui o aprofundamento no assunto, com maior diversidade de fontes e uma pesquisa mais ampla, assim como a presença de recursos audiovisuais (fotos, vídeos e áudios), indícios de produções realizadas *in loco*, além de narrativas imersivas por meio da descrição dos cenários e entrevistados. Um fato que também nos chama atenção é a realização de somente cinco reportagens com o apoio do fundo, o que reflete o já mencionado desafio financeiro característico de mídias independentes que, por mais que tenham projetos inovadores ou bem intencionados, possuem dificuldade de realizá-los na prática.

A captação de verbas também era limitada pela decisão editorial de não aceitar doações de empresas, instituições ou grupos que pudessem gerar conflito de interesse. A apresentação institucional do Modifica menciona o que poderia ser compreendido pela equipe como problemático: “indústria dos combustíveis fósseis e mineração e indústria bélica/armamentista, além da indústria pecuária cuja atividade

⁵⁵ Disponível em: <https://www.modifica.com.br/fundo-ecofeminista/>

⁵⁶ Disponível em: <https://www.modifica.com.br/braskem-crime-ambiental-maceio/>

⁵⁷ Disponível em: <https://www.modifica.com.br/mulheres-imigrantes-costura-sao-paulo/>

⁵⁸ Disponível em: <https://www.modifica.com.br/xokleng-marco-temporal-historico-resistencia/>

⁵⁹ Disponível em:

<https://www.modifica.com.br/resistencia-feminista-no-campo-comunidades-agroecologicas-se-organizam-para-soberania-alimentar/>

⁶⁰ Disponível em: <https://www.modifica.com.br/mulheres-indigenas-ribeirinhas-xingu/>

principal está ligada à compra e venda de produtos de origem animal” (Modifica). Ao ser indagada sobre algum exemplo de aproximação de empresas que não se enquadram na proposta do Instituto, Colerato (2024) relata que chegou a receber propostas da Braskem, empresa petroquímica que produz resinas termoplásticas e biopolímeros e que está implicada no afundamento do solo em Maceió, Alagoas, devido à extração de sal-gema. O crime socioambiental atribuído à empresa ocasionou o afundamento de bairros inteiros na cidade, deixando mais de 60 mil pessoas desabrigadas, o que inclusive foi explorado em uma reportagem do Modifica⁶¹.

A Braskem tentou se aproximar da gente duas vezes depois que a gente começou a falar do plástico verde, que não é verde. Tipo, querendo se aproximar, mostrar um pouco das ações de sustentabilidade, fazer alguma parceria de publicidade. E aí a gente “olha, não vai dar”, entendeu? Já era um conflito de interesse. (...) Não dava pra fazer publicidade para a Braskem, mas a Braskem estava fazendo publicidade em vários veículos de notícias. Ela estava fazendo publicidade no São Paulo Fashion Week, ela estava fazendo publicidade com influenciadores, estava fazendo publicidade com institutos de consumo consciente. Aí você escolhe, é uma escolha (Colerato, 2024).

Ao abordar a decisão de encerrar as atividades do Modifica, Colerato (2024) destaca as dificuldades financeiras enfrentadas pela equipe, o que também se relaciona com a decisão institucional de não aceitar financiamento que pudesse gerar conflito de interesse. Segundo a fundadora do portal, aceitar verbas de instituições filantrópicas passou a ser um fator de dificuldade constante, uma vez que implicava em pressão para pautar assuntos que nem sempre estavam alinhados com a proposta da iniciativa e, pessoalmente, da fundadora.

Não fazia o menor sentido ficar pautando as coisas só porque eu tinha financiamento, não foi por isso que surgiu a organização. (...) Ao mesmo tempo, a gente fez coisas legais com dinheiro de financiamento, mas não temos um ecossistema fortalecido para que o dinheiro não seja o que dá a pauta. O desafio é como você se financia e mantém o financiamento sem corromper os seus princípios básicos do que a gente está chamando de mulher, do que a gente está chamando de ecologia, do que a gente está chamando de feminismo (Colerato, 2024).

Além das dificuldades com financiamento, a diretora também cita a estrutura reduzida como fator decisório para o fim do portal, anunciado em dezembro de 2022. No comunicado da suspensão de atividades⁶², a equipe utiliza o termo período sabático e fala em pausa para “identificar vácuos de atuação e temas sub pautados

⁶¹ Disponível em: <https://www.modifica.com.br/braskem-crime-ambiental-maceio/>

⁶² Disponível em: <https://www.modifica.com.br/comunicado-o-fim-de-uma-era/>

para lançar luz aos desafios e fortalecer a agenda ecofeminista” (Modifica). Segundo Colerato (2024), o intuito é que o retorno às atividades aconteça ainda em 2025, mas sob uma outra roupagem, com novo nome, estatuto e escopo de atuação, sem a ênfase no jornalismo. Segundo os planos, o portal Modifica original deve passar a ser “um projeto que faz parte da nossa história, como um arquivo, como esse projeto que foi. Vamos manter, mas dentro dessa organização que não vai ser sobre mídia e que a gente vai olhar para outros lugares” (Colerato, 2024).

Até aqui, fizemos o esforço de entender o escopo de atuação do Modifica por meio da descrição aprofundada da iniciativa buscando encontrar pistas do seu alinhamento (ou não) com o que entendemos por jornalismo ecofeminista. Para isso, passamos por tipos de conteúdo, modelo de negócio e o ecossistema informativo de forma geral, mobilizando ainda as entrevistas realizadas e a observação empírica em articulação com os conceitos teóricos discutidos nos capítulos anteriores. Como parte importante e complementar desse processo metodológico, também realizaremos a seguir a análise de conteúdos veiculados no portal Modifica.

3.5 Análise de conteúdo

A Análise de Conteúdo de produções divulgadas no Modifica está inclusa em nosso procedimento metodológico por entendermos que a técnica permite realizar inferências acerca do conteúdo produzido no portal e seu alinhamento (ou não) com uma produção jornalística ecofeminista.

Para realizar a análise, propomos um sistema de categorização elaborado a partir das características do jornalismo ecofeminista. As categorias foram elencadas a partir do repertório teórico desenvolvido nos capítulos anteriores e das nossas consequentes inferências acerca de uma práxis jornalística ecofeminista. São elas: 1) abordagem de perspectivas não hegemônicas; 2) evidência de interseccionalidade e conexões entre opressões; 3) ar de denúncia, chamado à ação e combate à injustiças; 4) olhar sistêmico e transversal das problemáticas abordadas; 5) presença de pluralidade de vozes; 6) protagonismo de mulheres e 7) potencial de produção corporificada.

É importante frisar que, em caráter de organização da análise, iremos observar as categorias de forma separada. No entanto, na prática, as linhas entre elas são mais tênues, com influência cruzada. Aqui, cabe ainda mencionar que, na

elaboração desse sistema de categorização, buscamos também enquadrar o jornalismo ecofeminista enquanto ética, estética e técnica por, desde o início, termos a intenção de entender se a prática passa ou não por esses três quesitos.

Quando falamos em **abordagem de perspectivas não hegemônicas**, entendemos que um jornalismo ecofeminista busca englobar outros pontos de vista e categorias interpretativas sobre fenômenos da realidade compartilhada, capazes de questionar o que está posto no senso comum pela perspectiva dominante. Assim, ao propor essa categoria para análise do corpus, nossa intenção é observar se existe (ou não) um esforço nas produções para incluir olhares, ângulos e vozes excluídas do debate, evitando assim superar discursos hegemônicos sedimentados na sociedade. A inclusão de perspectivas não hegemônicas se dá, portanto, por meio de escolhas técnicas, desde a elaboração da pauta e do ângulo elaborado, e se concretiza na estética, sendo transposta para a narrativa. De certa forma, também se alinha à ética, uma vez que exige um olhar crítico do profissional.

A **evidência dada à interseccionalidade e conexões entre opressões** é outra das características que atribuímos ao jornalismo ecofeminista. Pode ser entendida como as decisões técnicas e expressões estéticas que enfatizam o aprofundamento de vulnerabilidades e/ou privilégios a partir do entrecruzamento de marcadores sociais, como raça, gênero, classe e geopolítica, assim como põem em evidência as origens e aspectos em comum de opressões vivenciadas por grupos explorados. A categoria nos permite observar se há uma exposição mais aprofundada e complexificada sobre desigualdades e privilégios nas publicações analisadas, como é o caso do racismo ambiental, de refugiados climáticos e de problemas oriundos da divisão sexual do trabalho, assim como se há destaque para a possibilidade de resistência e ajuda mútua entre diferentes movimentos e grupos oprimidos.

Outro aspecto que atribuímos ao jornalismo ecofeminista, e que nos serve aqui também como categoria analítica, é a presença do **ar de denúncia, chamado à ação e combate às injustiças** nas produções jornalísticas. Em alinhamento com uma prática engajada, a característica pode ser compreendida como a intenção de estimular mudanças de pensamento e comportamento por meio do jornalismo, visto aqui como uma ferramenta de luta e mobilização, capaz também de contribuir para a transformação da consciência coletiva. Essa característica se manifesta por meio de

questões metodológicas e estéticas, mas também se conecta com aspecto ético, já que é pautada pela defesa de causas sociais e ambientais, assim como por ideais de justiça e de transformação social. Em especial, quando se trata do ecofeminismo, as ações são direcionadas para as forças opressivas que, em comum, afetam mulheres, a natureza e demais grupos subalternizados.

A característica que chamamos de um **olhar sistêmico e transversal nas problemáticas abordadas** pode ser entendida como um esforço técnico e estético para apresentar o entrecruzamento entre questões sociais, políticas, culturais, ambientais, entre outras, superando a fragmentação característica das instituições modernas, o que inclui o jornalismo. Há, portanto, o intuito de evidenciar causas, consequências, conexões e possíveis soluções das problemáticas abordadas, de modo a permitir ao público uma apreensão mais ampla sobre o assunto. Em nossa análise, a inclusão da categoria nos permite entender se as produções buscam complexificar o assunto que abordam em consonância com problemáticas ambientais e feministas.

Também damos destaque para a **presença de pluralidade de vozes** como uma das categorias para análise do nosso corpus. Podemos explicá-la como a inclusão de vozes, conceitos, experiências e aspectos que costumam estar à margem do debate e do espaço midiático. Em alinhamento com a presença de transversalidade e olhar sistêmico, a característica permite complexificar assuntos abordados por meio do diálogo entre múltiplos saberes, indo além de fontes especialistas. Este aspecto pode ser promovido por meio do processo técnico, na escolha de fontes, e estético, no espaço e posicionamento dado à elas na produção. Aqui, cabe ressaltar que a pluralidade também se concretiza no espaço de autoria da produção.

Em nossa análise, também pretendemos observar se há a presença do **protagonismo de mulheres** nas produções, passando de objeto a sujeita de sua realidade. Entendemos que essa característica se concretiza a partir de escolhas técnicas e estéticas, feitas de modo consciente e intencional, para visibilizar mulheres em suas vivências e realidades diversificadas, indo além da ideia de homogeneidade. A proposta permite um encontro com a alteridade, assim como põe em evidência a capacidade de agência própria dessas mulheres, que assumem

papel protagonístico na luta para enfrentamento e busca de soluções de problemas socioambientais.

Quando pomos em evidência o aspecto de **potencial de produção corporificada**, nossa intenção é evidenciar o papel de quem produz esse material, assim como direcionar o olhar para a influência da identificação e compromisso que essa autora assume com a pauta que elabora, com a situação sobre a qual escreve e as pessoas que entrevista, em um movimento responsável ao se compreender enquanto um saber localizado. Em contraposição com uma objetividade distanciada, pretendemos buscar indícios do potencial da subjetividade, que pode se concretizar por meio da técnica, estética e ética das sujeitas autoras. Aqui, cabe mencionar que o envolvimento com a situação pode ser ampliado em um cenário onde a profissional consegue visitar os locais retratados e conversar com os envolvidos presencialmente, estabelecendo uma conexão com essas pessoas, contextos e territórios. No entanto, também entendemos que a produção *in loco*, por si só, não é critério que atribui qualidade para uma produção jornalística.

Após essa contextualização, a seguir nos dedicamos a direcionar o olhar para as sete publicações que compõem nosso corpus. Selecionamos essas produções visando incluir maior variabilidade na análise e, assim, ter uma compreensão ampliada e diversa do trabalho do Modifica, além de observar se estão relacionadas ou não com características do jornalismo ecofeminista.

Em nosso corpus, incluímos cinco produções em destaque nas editorias do portal (capital; feminismos; socioambiental; política; cultura). São elas: 'Da Seca à Violência de Gênero: Consequências da Produção de Eucalipto no Vale do Jequitinhonha', da seção 'Capital'; 'Resistência Feminista: Comunidades Agroecológicas se Organizam Para Soberania Alimentar', da seção 'Feminismos'; 'No Escuro e Sem Água: Em Bailique, Erosão, Falta de Luz e Salinização do Amazonas Se Tornaram Desafios Permanentes', da seção 'Socioambiental'; 'Protagonistas do Marco Temporal, Etnia Indígena Xokleng Tem Longo Histórico de Resistência', da seção 'Política'; 'O Que Acontece Quando Uma Gigante do Petróleo Patrocina Uma Exposição Sobre Crise Climática', da seção 'Cultura'.

Já as duas produções restantes foram abarcadas por terem sido diretamente mencionadas por Marina Colerato e Juliana Aguilera como trabalhos simbólicos e marcantes para a iniciativa. São elas: 'Mulheres Imigrantes Na Costura - A rede

produtiva da moda em São Paulo sob uma perspectiva de gênero’ e ‘Mariana: Mulheres Contam Sobre a Luta Pelos Direitos dos Animais Travada Com a Fundação Renova’.

3.5.1 Da Seca à Violência de Gênero: Consequências da Produção de Eucalipto no Vale do Jequitinhonha

A reportagem em análise⁶³ foi publicada na seção ‘Capital’ em 8 de fevereiro de 2022 e produzida por Juliana Afonso e Nina Rocha, profissionais que realizavam trabalhos esporádicos e voluntários para o portal. Como o próprio título dá a entender, o trabalho investiga as consequências da produção de eucalipto implantada na década de 1970 na região do Vale do Jequitinhonha, localizado no Nordeste do estado de Minas Gerais. A reportagem investiga os impactos da monocultura extensiva para nascentes de água da região, o que ocasiona um impacto à biodiversidade e comunidades locais, que sofrem com a escassez hídrica decorrente da produção exploratória, assim como outros problemas sociais e ambientais.

⁶³ Disponível em:

<https://www.modifica.com.br/da-seca-a-violencia-de-genero-eucalipto-vale-do-jequitinhonha/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

Figura 4 - Capa da reportagem 'Da Seca à Violência de Gênero: Consequências da Produção de Eucalipto no Vale do Jequitinhonha'



Fonte: Modifica

Como recursos gráficos, a produção possui a presença de colagens com elementos que remontam à seca da região e plantio de eucalipto, mas sem a utilização de fotos apropriadamente ditas do local e dos entrevistados, o que nos faz pensar que a reportagem foi realizada à distância, sem contato direto com os entrevistados e a situação da região. Há também a presença de um infográfico que demonstra a disposição geográfica do terreno onde estão localizadas as plantações de eucalipto, em regiões de chapadas, e os locais mais baixos, as veredas, onde estão as residências dos moradores. Este elemento auxilia na compreensão da dinâmica da água, que se relaciona diretamente com a topografia e o solo do local, assim como entender melhor o impacto hídrico proveniente da monocultura extensiva de eucalipto nas regiões mais altas.

Quando analisamos a reportagem a partir das categorias elaboradas, observamos indícios da presença de características de um jornalismo ecofeminista, ainda que algumas se concretizem de forma parcial. Em um primeiro movimento, buscamos a **presença de pluralidade de vozes**, capazes de incluir diversidade de vivências, perspectivas, territórios e existências (inclusive não-humanas), o que encontramos de maneira parcial na produção. A reportagem conta com o relato de

cinco fontes pessoais⁶⁴. Destas, três são mulheres que residem em comunidades rurais no Vale do Jequitinhonha: as agricultoras rurais Maria José Pereira e Faustina Lopes da Silva e a artesã Anisia Lima de Souza. Há também a presença de dois pesquisadores, colocados aqui como fontes especialistas: o professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e integrante do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), Clebson Souza de Almeida, e o engenheiro agrônomo do CAV, Renato Alves de Souza. Também são utilizadas fontes documentais: a apresentação institucional da empresa e a dissertação de mestrado 'Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha', da pesquisadora Juliana Sena Calixto.

Numericamente, podemos considerar que há uma pluralidade de fontes e olhares, inclusive com maior presença em quantidade de mulheres agricultoras. No entanto, é necessário ir além da primeira camada e entender como essas fontes são exploradas. Observamos, por exemplo, que as fontes detentoras do saber acadêmico que foram diretamente entrevistadas são todos homens, ainda que moradores locais e, portanto, mais próximos do contexto explorado. Aqui, nos indagamos se a decisão editorial de privilegiar homens como fontes oficiais pode ser um reflexo de relações culturais mais amplas, que também são observadas no jornalismo por meio de escolhas, representações, sentidos, legitimações e formatações (Vilas Bôas, 2023).

As três agricultoras entrevistadas são mulheres oriundas de regiões rurais empobrecidas, que costumam estar à margem do debate, inclusive de questões que as afetam diretamente (Silva; Aguiar, 2023). Ressaltamos que a região geográfica afetada pelo plantio de eucaliptos é conhecida como 'Vale da Miséria' devido aos altos índices de pobreza. É deste contexto que são provenientes os relatos dessas mulheres, que se alinham com o chamado *desde abajo* (Mies; Shiva, 2021) por evidenciarem como a busca incessante e infinita por progresso afeta modos de vida e organização social que são atropelados por serem consideradas atrasados. Ao relatar a discrepância entre o antes e depois, a agricultora rural Maria José Pereira dos Santos mostra também como o impacto é mais amplo, afetando outras formas de vida, para além dos humanos, o que nos alinha com um olhar ecofeminista.

⁶⁴ Fonte pessoal, também conhecido como fonte informal, é um termo utilizado para a pessoa comum inserida na narrativa jornalística por agregar um relato ou testemunho, visibilizar uma causa, reivindicar direitos ou contextualizar uma informação da vida cotidiana (Chaparro, 2009).

Tinha muita água, muita chapada, onde hoje é eucalipto. Depois que essa firma chegou com eucalipto, estragou tudo, tomou as terras todas. Hoje as veredas não têm mais nada, mas tinha peixe, muito peixe, passarinho, pequi, muita fruta e muita mata. (...) Hoje, infelizmente, tá muito diferente. A água diminuiu bastante, os córregos, as grotas e as nascentes secaram (Santos *apud* Afonso; Rocha, 2022).

Em alinhamento com a categoria anterior, também buscamos indícios de **protagonismo e agência dessas mulheres** na produção, para além da sua inclusão enquanto fonte que relata o cenário de destruição ou uma representação enquanto vítima. Aqui, cabe lembrar que o protagonismo está alinhado com o destaque para seu papel de resistência frente à exploração exploratória, assim como adesão a práticas sustentáveis (Rodriguez, 2012). Com isso posto, pudemos observar indicativos da presença da categoria na reportagem sob análise ao direcionarmos a atenção para a busca por alternativas econômicas em um cenário de seca. Em um trecho que também remete ao respeito a saberes ancestrais, passados de geração em geração, a artesã Anisia Lima fala sobre a complementação da renda com o trabalho em argila.

Nesse sentido, observamos também o papel das associações e sindicatos para mobilização da população frente à destruição socioambiental, inclusive com a presença de mulheres agricultoras, que promovem ferramentas de resistência movidas pela convicção de que “o território segue em disputa” (Afonso; Rocha, 2022). Para além de soluções paliativas para a escassez hídrica, como a aquisição de caixas de contenção de água da chuva, os grupos apresentados atuam também por meio de ações mais combativas visando a mobilização e divulgação do problema, inclusive por meio da produção de um documentário que apresenta as consequências do plantio de eucalipto no Alto Jequitinhonha. Em alinhamento com Svampa (2019), vemos o intuito de visibilizar injustiças socioambientais, atitude presente em movimentos de povos tradicionais da América Latina, que resistem como podem ao avanço do “desenvolvimento”.

Em nossa análise, notamos também a presença da **abordagem de perspectivas não hegemônicas**, em especial quando direcionamos o olhar para o tema abordado. Em um primeiro momento, uma plantação de eucalipto pode ser interpretada de forma benéfica para o ecossistema por se tratar do plantio de árvores. No entanto, como a própria reportagem nos convida, “é necessário olhar por trás da cortina verde: a paisagem aparentemente saudável dos eucaliptos, com

suas árvores altas e a estética de uma floresta abundante, esconde uma série de problemas e escancara a luta por regeneração” (Afonso; Rocha, 2022). A chegada do empreendimento poderia ser interpretado também como positivo para os moradores, uma vez que supostamente poderia gerar emprego e renda para a população local. No entanto, como a própria reportagem põe em evidência, a monocultura “não trouxe nem prosperidade nem avanço: o cenário que moradores e agricultores familiares possuem hoje é o de grotas secas, um solo desgastado e uma população adoecida devido ao uso indiscriminado de agrotóxicos nas plantações” (Afonso; Rocha, 2022).

Para o paradigma desenvolvimentista, que inclusive é mobilizado pela empresa para promover a implantação do eucalipto, “as florestas naturais permanecem improdutivas até serem transformadas em plantações de monoculturas de espécies comerciais” (Shiva, 1995, p.4, tradução nossa), o que também vale para modos alternativos de vida humana, considerados improdutivos por não se alinharem com as ideias de “progresso” ou “consumo” sem limites. A abordagem não hegemônica no âmbito desta reportagem pode ser percebida, portanto, ao evidenciar o outro lado do desenvolvimento, ligado à noções dominantes de racionalidade, instrumentalidade, controle e progresso, implicando em consequências negativas para populações marginalizadas (Sattler, 2019).

Outro ponto que se alinha com as categorias que estabelecemos para compreender o jornalismo ecofeminista são **indícios de interseccionalidade e conexões entre opressões**, ainda que perceptíveis de forma sutil na reportagem. Apesar da matéria em si não dar ênfase para a questão interseccional, percebemos que a pobreza e gênero, enquanto marcadores sociais, também contribuem para o aprofundamento dos processos de exploração. Observamos isso quando, para além da insegurança financeira pela escassez hídrica, também é dada evidência para as mudanças no cotidiano devido ao aumento expressivo dos casos de estupro após a chegada da empresa na região.

Existe ainda uma série de impactos vividos pelas mulheres que são invisibilizados. (...) Depois da chegada das empresas de eucalipto, o número de homens na região cresceu, aumentando a sensação de insegurança. (...) Além disso, as trilhas que a população construiu foram destruídas e as pessoas passaram a se perder nos caminhos. As mulheres, que muitas vezes saíam sozinha ou com os filhos, pararam de ir a cidade ou mesmo de acessar a chapada para colher flores, frutos ornamentais e

plantas medicinais com medo de serem violentadas sexualmente (Afonso; Rocha, 2022).

Como evidenciado pelo ecofeminismo, as forças que marginalizam, dominam e oprimem a natureza são as mesmas que marginalizam, dominam e oprimem as mulheres. Por trás desses processos de violência, há uma lógica de objetificação de ambas que remonta a um pensamento patriarcal e capitalista, que transforma mulheres e natureza em recursos a serem explorados (Mies; Shiva, 2021). E, como a reportagem enfatiza, “o roteiro não diverge muito de relatos de outras comunidades assediadas e invadidas por grandes projetos agroindustriais e de mineração” (Afonso; Rocha, 2022), onde as opressões à natureza e às mulheres se inter cruzam.

Entendemos que a categoria **ar de denúncia, chamado à ação e combate à injustiças** está nas entrelinhas de toda a reportagem, desde o título, que ressalta como os impactos da implantação da eucaliptocultura no Alto Jequitinhonha vão da seca até a violência de gênero. Em especial, pudemos conectar essa característica do jornalismo ecofeminista com aspectos técnicos e estéticos da reportagem, que se manifestam por meio da escolha de cenários, termos utilizados e trechos das falas das entrevistadas. No que tange à cenários, percebemos na construção da narrativa uma distinção clara entre passado e presente. Há um antes em que a água era abundante, os moradores da região conseguiam produzir e sobreviver de suas roças e o ecossistema local ainda estava preservado. E há um depois, caracterizado pela escassez de água, extermínio da fauna e flora, diferentes manifestações de insegurança e necessidade de adaptação. E, neste ínterim, está a chegada e implantação da empresa Aperam Bioenergia, alvo da denúncia feita pelos moradores e pela própria reportagem. Ainda neste aspecto, percebemos um alinhamento entre a categoria e as falas das personagens, que detalham a destruição que presenciaram.

Além das queimadas, outra prática comum foi o uso de correntões para desmatar as áreas. Utilizado principalmente para criar pastos para o agronegócio, o método derruba toda a cobertura vegetal de um terreno a partir de correntes fixadas em tratores. “Depois que fez isso, que deitou todo o mato, muita fruta silvestre, pequi, jaca, gravatá, jatobá, gabioba, mangaba... tudo isso foi tombado. Depois veio o fogo, limpou o terreno, e onde era mata nativa ficou um deserto”, explica a agricultora familiar Faustina Lopes da Silva, 67 anos, moradora da comunidade Campo do Buriti (Afonso; Rocha, 2022).

Em consonância com o ar de denúncia, percebemos também um **olhar sistêmico e transversal das problemáticas abordadas**, uma vez que a reportagem busca evidenciar que a falta de água não é uma questão tão simples, tanto em sua origem quanto em suas consequências. Há uma série de fatores envolvidos, que são explorados e apresentados, ainda que com as limitações impostas pelo espaço para uma reportagem. Nesse sentido, observamos a indicação de outros materiais, por meio de links, como a dissertação de mestrado que serve como fonte documental e o documentário feito com apoio dos moradores, o que pode ser uma forma de suprir a limitação de aprofundamento.

Dentro do âmbito da reportagem, as causas e consequências da escassez hídrica são apresentadas brevemente, o que inclui “a dificuldade de geração de renda, a falta de emprego e a consequente migração da população para grandes centros urbanos” (Afonso; Rocha, 2022). O olhar complexo e sistêmico é percebido em elementos da produção como o infográfico e citações de fala das fontes, como a feita pelo morador local e pesquisador Clebson de Souza para explicar a dinâmica de abastecimento de águas que envolve o relevo topográfico da região: “a caixa d’água está lá em cima e as famílias têm a autonomia de lidar com a torneira, que é a nascente lá embaixo. Mas com o eucalipto, que tirou toda a vegetação e a cobertura vegetal, cai o volume de água” (Afonso; Rocha, 2022). Em um panorama ainda mais amplo, feito em apenas um parágrafo, a situação local também é apresentada em perspectiva diante da crise climática, que tende a aprofundar ainda mais questões como a seca.

Por fim, consideramos importante discutir possíveis pistas alinhadas com o **potencial de produção corporificada** na produção que analisamos aqui. Pensando nisso, direcionamos o olhar para quem escreve a reportagem, as jornalistas Juliana e Nina. Na mini biografia disponível no próprio portal, notamos que as duas possuem uma proximidade geográfica com a região, uma vez que se formaram na Universidade Federal de Minas Gerais. Quando pensamos em uma categoria que prioriza o papel do corpo e da subjetividade, uma ligação espacial pode ser vista como um diferencial na produção, que permite estabelecer identificação e compromisso com as pessoas e situação explorada no trabalho jornalístico. No entanto, é necessário também destacar que, como já mencionado, há indícios de realização da reportagem à distância, uma vez que não há a presença de registros

audiovisuais, por exemplo, substituídos por colagens ilustrativas. Esse fato nos faz pensar sobre a impossibilidade de captar nuances só acessíveis em uma visita presencial e que, ao nosso ver, é um diferencial para potencializar uma produção corporificada.

A característica também pode se concretizar por meio de prática engajada. Nesse sentido, é possível citar que notamos um teor de engajamento e reflexão crítica, ainda que sutil, na escolha de termos para a prática exploratória implantada no Vale do Jequitinhonha. Vemos, por exemplo, a utilização de palavras contundentes e que expressam revolta, como ‘agoniza’, ‘assedeadas’ e ‘invadidas’ para falar sobre o território e as vidas das comunidades. Aqui, podemos falar ainda em uma prática engajada por parte das autoras que, pela escrita, podem questionar o pensamento que sedimenta a hierarquização de “modos de vida, de territórios e, indubitavelmente, de seres, humanos ou não” (Balem; Nascimento, 2021, p.184).

3.5.2 Resistência Feminista: Comunidades Agroecológicas se Organizam Para Soberania Alimentar

A reportagem a ser analisada a seguir⁶⁵ representa a seção ‘Feminismos’ e foi publicada em 5 de outubro de 2021, escrita por Carol Almeida, autora somente desta matéria no portal. É interessante mencionar que a publicação está na lista de produções apoiadas pelo Fundo Ecofeminista, que disponibilizava bolsas de reportagem para jornalistas mulheres interessadas em escrever pautas a partir de uma perspectiva ecofeminista. A reportagem aborda a resistência de mulheres por meio de iniciativas que unem a agroecologia, a soberania alimentar e a geração de renda. Para explorar o tema, são apresentados os exemplos de três comunidades: Noiva do Cordeiro, em Minas Gerais; Menino Chorão, em São Paulo; e o quilombo Engenho da Ponte, na Bahia.

⁶⁵ Disponível em:

<https://www.modifica.com.br/resistencia-feminista-no-campo-comunidades-agroecologicas-se-organizam-para-soberania-alimentar/>. Acesso em: 3 mar. 2023.

Figura 5 - Capa da reportagem 'Resistência Feminista: Comunidades Agroecológicas se Organizam Para Soberania Alimentar'



Fonte: Modifica

Como elementos gráficos, a reportagem conta com colagem ilustrativa de capa, seguindo o padrão dos conteúdos do Modifica, e galerias de fotos das três comunidades apresentadas. Segundo os créditos, as imagens foram provenientes de cortesia, cedidas pelas próprias comunidades, o que nos dá indícios de que as pautas foram elaboradas à distância. Aqui, já direcionando a atenção para encontrar correlações entre o conteúdo e um **potencial de produção corporificada**, entendemos que a produção sem visitas às três comunidades minimiza a conexão entre a autora e as mulheres envolvidas na reportagem, assim como suas realidades. No entanto, percebemos que o texto contém elementos que se correlacionam com a categoria pelo engajamento e posicionamento crítico da autora, que se coloca de forma favorável à agroecologia que, em suas palavras, “além de promover justiça ambiental, também contribui para resolver os problemas sociais, como pobreza e fome, oferecendo autonomia para as mulheres, suas famílias e comunidades” (Almeida, 2021). Assim, entendemos que a categoria é atendida apenas parcialmente pelo conteúdo sob análise.

Como fontes pessoais, a reportagem traz o depoimento de cinco mulheres: Márcia Fernandes Pereira, integrante da comunidade Noiva do Cordeiro; a liderança

Carmen Sousa, a educadora Julia Gussoni e a jornalista Bianca Riet Villanova, ligadas à comunidade feminista Menino Chorão; e Mara Base, liderança da Comunidade Quilombola Engenho da Ponte. Não há, portanto, a presença de figuras que representem um saber acadêmico, sendo que os dados científicos que embasam a produção são provenientes do relatório *La Via Campesina in Action for Climate Justice*, publicado em 2019 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. O espaço dado às falas feitas por mulheres e suas vivências também permite a valorização de outras formas de saberes tradicionais.

“A gente tem o mel puro de abelha, tem a feitura do azeite de dendê... É tudo desse campo. **Aqui a gente pratica uma agricultura que nem toda agroecologia dita de academia consegue dar conta. Nós queremos preservar a identidade e o pertencimento ancestral**”, conta Mara Base, 44, ativista e liderança da Comunidade Quilombola Engenho da Ponte (Almeida, 2021).

Pela origem e vivências dessas entrevistadas, podemos encontrar a **presença de pluralidade de vozes** no texto, que se manifesta a partir de escolhas técnicas e estéticas. Aqui, vale destacar que a abordagem de três comunidades diferentes gera uma limitação no aprofundamento da realidade apresentada por cada uma dessas mulheres, que por vezes aparecem em um relato de poucas linhas. Em contrapartida, as falas permitem uma visão macro da aplicabilidade da agroecologia para promoção da soberania alimentar e sua conexão com a resistência feminista em localidades diversas, o que parece ser a intenção desde o início. Com isso posto, observamos como as perspectivas de populações rurais, periféricas e tradicionais trazem um contraponto ao pensamento único em relação à agricultura, que atribui viabilidade somente às plantações extensivas e industriais. A presença de vozes plurais, portanto, nos permite ir além das monoculturas dos campos, mas também das mentes (Shiva, 2003).

Em conexão com a categoria anterior, percebemos também indícios que remetem à **abordagem de perspectivas não hegemônicas**, o que se estabelece pela contraposição entre a agricultura familiar e as atividades de alto impacto socioambiental promovidas pelo agronegócio. Por um lado, desde o início do texto, a utilização de dados reitera a correlação entre a agricultura extensiva e o agravamento do colapso climático. E, por outro, enfatiza que a agroecologia é responsável por alimentar 70% da população mundial, tido como um “sistema baseado na soberania alimentar, agricultura em pequena escala e agroecologia

podem reduzir as emissões de carbono pela metade nas próximas décadas” (Almeida, 2021). A narrativa da reportagem vai na contramão do jornalismo hegemônico, que reproduz o senso comum e a perspectiva dominante enraizada na sociedade (Gustafson, 2019), onde é recorrente observar a defesa e supervalorização da monocultura extensiva, considerada a única alternativa para alimentar o mundo. Em um caminho diferente, o trabalho sob análise põe em evidência uma outra visão de mundo, onde o foco da produção não é o lucro, mas a subsistência.

Em nossa análise, observamos indicativos ligados ao **protagonismo de mulheres** que caracteriza o jornalismo ecofeminista. As vivências das entrevistadas são colocadas em evidência e, ainda no título da reportagem, notamos como a resistência dessas mulheres do campo é construída em consonância com a agroecologia, uma vez que elas estão “na frente dessa transformação agroecológica – nas fazendas e movimentos sociais” (Almeida, 2021). Nesse sentido, podemos observar ainda que as ações e percepções evidenciadas na reportagem são alinhadas com uma “concepção ética de base ontológica de respeito à vida” (Costa, 2020). Aqui, cabe frisar a necessidade de uma reflexão crítica sobre a atribuição somente às mulheres das tarefas do cuidado, o que entendemos como funções socialmente construídas, assim como acerca da sobrecarga exclusiva pela preservação ambiental e por mudanças comportamentais.

No texto, observamos que o protagonismo das agricultoras também se manifesta por meio do destaque dado às posições de liderança que assumem nas comunidades, associações e em projetos desenvolvidos em resposta a desafios como violência de gênero, insegurança alimentar e a pandemia de Covid-19. Além disso, são apresentados como espaços que promovem o acolhimento, suporte e cuidado, mas também a consciência crítica e mobilização social.

Com a criação da Associação Comunitária do Quilombo Engenho da Ponte, Mara percebeu a necessidade de criar uma espaço feminino a fim de acabar com o silenciamento e a exclusão das mulheres na comunidade. Segundo Mara, que é mulher preta feminista, o coletivo de mulheres já atua em outras cidades ao redor e, inclusive, na capital. Além de servir de suporte, juntas, elas trocam e repassam conhecimento entre todas. “Esse cuidado de uma com a outra, a agroecologia, a economia solidária e o feminismo são um só. Eu venho de uma linhagem de mulheres que já faziam isso, cuidava da terra e do mar, minha avó era parteira e rezadeira”, lembra (Almeida, 2021).

Em relação à categoria que investiga a presença de um **olhar sistêmico e transversalidade nas problemáticas abordadas**, pudemos fazer uma conexão com a forma como a agroecologia é explorada enquanto alternativa e resposta a desafios socioambientais amplos, como a própria crise climática. Como posto por Beltrán (2019), estamos diante de uma crise sistêmica que exige a busca por respostas alternativas de caráter sistêmico, o que se conecta com o estabelecimento de comunidades agroecológicas, uma vez que, “além de promover justiça ambiental, também contribui para resolver os problemas sociais, como pobreza e fome” (Almeida, 2021). A transversalidade do assunto também é explorada quando vemos que a prática agrícola e a alimentação perpassa ainda por questões políticas e culturais, como a valorização da ancestralidade ilustrada pela fala da agricultora quilombola Mara.

“A gente fez uma roda de conversa com quase 70 pessoas falando da importância do campo e de plantar com qualidade, falamos da relação com a comida e que ter comida é um ato de resistência, de luta”, descreve e complementa: “a gente entende que tá dando conta de duas lacunas históricas: valorizar esse produto que precisa ir pra mesa do povo, e do outro lado, neste período de fome, que chegue comida na mesa dos nossos” (Almeida, 2021).

Ainda que com pouco destaque na narrativa, pudemos encontrar indícios ligados à categoria **interseccionalidade e conexões entre opressões** desde o início da reportagem, quando é dado destaque para como os processos destrutivos ocasionados pela agricultura industrial afetam com maior intensidade quem possui o entrecruzamento dos marcadores sociais de idade, classe e de gênero. Segundo o relatório utilizado como fonte na matéria, as mulheres são as primeiras “a sofrer os impactos de expropriação de terras, mudanças climáticas e desastres. Já os jovens, se vêem no meio de uma competição corporativa por terra e água, o que gera grilagem, conflitos de terra e sociais”. De forma semelhante, a reportagem faz menção ao impacto da pandemia, que foi vivenciada de formas distintas por indivíduos diferentes, sendo que para alguns significou insegurança alimentar e financeira, o que foi citado diretamente em alguns trechos da reportagem.

Na autointitulada comunidade feminista Menino Chorão, localizada na periferia de Campo Belo, em Campinas (SP) muitas famílias perderam as suas fontes de renda nos períodos mais críticos da pandemia no Brasil. Esse problema levou agricultoras e agricultores a criarem um projeto cujo principal objetivo é garantir resiliência e autonomia alimentar para as pessoas: a Pertim. (...) A parceria começou para garantir um sistema de doação de cestas de alimentos, mas com o passar dos dias, viram a necessidade de transformar aquele espaço por meio do cultivo de vegetais

e de novas opções de geração de renda para quem vive ali; e o campo seco começou a dar lugar à agrofloresta (Almeida, 2021).

Pelo propósito do material analisado, que tinha um enfoque maior na resistência das mulheres por meio da agroecologia, conseguimos observar apenas parcialmente a presença de um **ar de denúncia, chamado à ação e combate às injustiças**. A correlação entre a categoria e a reportagem foi perceptível nos trechos iniciais, de forma breve e menos explícita, quando aborda brevemente o impacto maior do sistema agroindustrial para as mulheres e jovens, o que é contraposto em seguida pelo modelo agroecológico e sua relação com práticas de resistência no campo promovidas por mulheres.

3.5.3 No Escuro e Sem Água: Em Bailique, Erosão, Falta de Luz e Salinização do Amazonas Se Tornaram Desafios Permanentes

A reportagem em questão⁶⁶ foi publicada na seção ‘Socioambiental’ em 8 de março de 2022 e escrita por Rayane Penha, que assina somente esta matéria no portal, e Juliana Aguilera, jornalista contratada pelo Modifica. A produção aborda a situação de vulnerabilidade socioambiental vivenciada por ribeirinhos do arquipélago de Bailique, no Amapá. Entre os processos que afetam o cotidiano dos moradores, a matéria aborda a falta de serviços básicos pelo abandono do poder público, como energia elétrica e fornecimento de água potável, e apresenta como a realidade local é moldada pela erosão contínua das ilhas e a salinização das águas, processos aprofundados pela crise climática e exploração predatória da região.

A reportagem em questão foi citada nas entrevistas feitas com Juliana, que assina a matéria, e com a fundadora do Modifica. Ambas mencionam a produção quando indagadas sobre trabalhos que consideram marcantes no percurso do Modifica, sendo definida por elas como um “conteúdo muito qualitativo” (Aguilera, 2024) e um exemplo de “pauta robusta, que traz uma outra visão” (Colerato, 2024), ainda que tenham surgido algumas lacunas no processo de elaboração, o que será melhor abordado posteriormente. Cabe mencionar ainda que Aguilera (2024) relatou que sua participação na elaboração do conteúdo foi pontual, complementando a reportagem com dados e entrevistas por telefone com pesquisadores.

⁶⁶ Disponível em: <https://www.modifica.com.br/bailique-no-escuro-sem-agua/>. Acesso em 10 mar. 2025.

Figura 6 - Capa da reportagem No Escuro e Sem Água: Em Bailique, Erosão, Falta de Luz e Salinização do Amazonas Se Tornaram Desafios Permanentes



Fonte: Modefica

Como recursos complementares, a reportagem possui um infográfico que permite a compreensão do avanço acelerado da erosão nas ilhas durante o período de um ano, além de galerias de imagens e boxes com explicações sobre termos técnicos e expressões locais utilizadas pelos moradores em suas falas. Como capa, temos a utilização de uma colagem, seguindo o padrão dos conteúdos do Modefica, havendo a presença de outras ilustrações dispostas ao longo do texto. No entanto, percebemos que, nesta reportagem em específico, o recurso não é mobilizado como uma alternativa à falta de imagens, uma vez que a produção conta com 18 fotos que completam visualmente a narrativa.

A presença elevada de fotos, assim como a própria forma como a narrativa é estruturada, nos fornece pistas para compreender que a reportagem foi feita a partir

de uma visita *in loco*, o que também foi confirmado pelas nossas duas entrevistadas. A jornalista Rayane Penha, que é do Amapá, atua na região explorada na matéria e viajou até o arquipélago para narrar a situação vivenciada por seus moradores. Ainda na primeira frase da produção, a autora se coloca em primeira pessoa e descreve o cenário que tem ao seu redor com riqueza de detalhes.

Eram quase 6h da manhã, os primeiros raios de sol tocavam as águas cor de sépia do Amazonas. Olhei o horizonte distante, do lado direito da pequena embarcação que viajamos há quase 10h, uma vila, Itamatatuba, a primeira comunidade a ser avistada quando vamos de Macapá à Bailique. (...) Enquanto o barco seguia rio adentro, observava perplexa como lugares localizados dentro da floresta, em minhas últimas visitas, já estavam na beira do rio. (...) Há dois anos não voltava à ilha, lugar que sempre me fez sentir em casa desde a primeira vez que a conheci (Penha; Aguilera, 2022).

Aqui, podemos conectar a reportagem com a categoria que enfatiza o **potencial de uma produção corporificada**, uma das características do jornalismo ecofeminista. A autora amapaense se põe na escrita enquanto corpo e ponto de vista parcial e vai além, enfatizando que possui uma conexão geográfica e sentimental com as pessoas, situações e espaços que visita, o que, ao nosso ver, qualifica a produção e permite maior profundidade na narrativa. Em alinhamento com Donna Haraway (1995), vemos aqui indícios de que a profissional assume na narrativa uma perspectiva parcial e situada: o ponto de vista envolvido e engajado que pode tensionar postulados modernos que alicerçam o jornalismo, como a neutralidade e distanciamento.

Aqui, cabe reforçar novamente que não atribuímos qualidade somente a produções feitas por indivíduos locais ou a partir de visitas presenciais, mas há claramente uma maior possibilidade de conexão e identificação com as realidades abordadas, o que permite também o estabelecimento da responsabilidade na forma como a pauta é elaborada. A forma como as pessoas ribeirinhas e amazônicas são apresentadas, em sua revolta e resistência, para além do exotismo e estereotipagem corriqueiramente existente na mídia, pode se correlacionar com a proposta de Ijuim (2017) de “humanizar” o jornalismo, buscando formas de superar a “caricaturização” do Outro e de estabelecer comunicação com a diferença. Assim, podemos pensar na possibilidade do olhar do repórter “não ser o que domina, o entendido como não-contaminado, o isento, o “objetivo”” (Moraes; Veiga da Silva, 2019, p.15).

A realização do trabalho de modo presencial também viabilizou a possibilidade de criar uma narrativa imersiva, com elementos que nos permite

chegar junto às ilhas de Bailique, entender com maior facilidade as distâncias e dificuldades de acesso ao local, assim como o cotidiano no arquipélago, marcado pela luta pela sobrevivência e busca por adaptação.

A conversa com Elsa foi interrompida pela chuva forte. Ela corre para abrir a tampa de uma pequena caixa d'água localizada estrategicamente embaixo do cano de escoamento da calha. Quando a caixa enche, é a vez de apurar o que ainda for possível em baldes e bacias. Essa é a forma que ela e a família encontraram para ter água doce depois que água do rio Amazonas ficou salgada (Penha; Aguilera, 2022).

Ao longo da reportagem, encontramos menção a 16 fontes diferentes, um número superior a todas as produções aqui analisadas, o que também inferimos ser devido à *produção in loco* feita por Rayane. Entre as fontes pessoais, temos 11 pessoas entrevistadas: Geovana Marques, moradora da Vila Macedônia, uma das comunidades de Bailique; Diana Araújo, professora e integrante do Movimento das Mulheres do Bailique; Josicléia Soares, integrante da Associação das Mulheres Extrativistas do Limão do Curuá; a moradora Ane do Carmo; Francisco Barros de Almeida, pescador e morador da Vila Macedônia; Marlon Teixeira, agente distrital do arquipélago; Elsa Gomes, também da Vila Macedônia, e suas duas netas, Isabele, 11 anos, e Gabriely, de 9 anos; a moradora Neidina Barbosa, mais conhecida como “dona Gata”; e Amiraldo Picanço, presidente da Cooperativa Amazonbai e integrante da Associação das Comunidades Tradicionais do Bailique (ACTB).

Há também a presença de três pesquisadores, colocados na matéria como especialistas com longo histórico de atuação na região: Orleno Marques, engenheiro ambiental e pesquisador do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do estado do Amapá (IEPA); Gabriel Araújo, pesquisador e Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação da Universidade Estadual do Amapá (UEAP); e Alan Cavalcanti, professor e pesquisador do curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Amapá. Por fim, também observamos a presença de trechos de notas provenientes da Companhia de Eletricidade do Amapá e do Ministério Público Estadual, utilizadas aqui como fontes documentais.

As fontes pessoais presentes na reportagem são fundamentais para compreensão mais ampla de uma realidade que pode ser pouco conhecida por parte do grande público, permitindo ter uma visão mais ampla e contextualizada sobre os diversos problemas vividos na região, mas também sobre a importância do trabalho coletivo e da resistência para proteger e permanecer nesse território. O número e

diversidade de origens, idades, profissões e características desse grupo de fontes nos permite falar na presença da categoria **pluralidade de vozes** na construção da reportagem. Ainda que, para parte dessas pessoas entrevistadas, ocorra apenas uma participação pontual ao longo da narrativa, são trechos que permitem criar um diálogo entre saberes e experiências diferentes, guiando o leitor por meio da contextualização de processos diferentes que moldam o cotidiano das comunidades.

Ainda que as fontes especialistas sejam profissionais com longa convivência com os problemas das comunidades e que se dedicam à projetos para minimizar as dificuldades vivenciadas, como a pesquisa para desenvolver filtros de baixo custo para dessalinizar a água do rio e permitir seu consumo, percebemos algumas problemáticas que merecem destaque nesse quesito. Segundo Aguilera (2024), sua participação na matéria foi realizar o contato com pesquisadores após a finalização do trabalho de campo, de modo que a reportagem “fosse um pouco mais respaldada em dados”. Novamente, aqui nos deparamos com a escolha de dar destaque para homens enquanto especialistas. Em um dos trechos, observamos ainda que um dos pesquisadores corrige a forma como os próprios moradores falavam da sua realidade e, para isso, faz uso de termos técnicos que o colocam em uma posição de detentor do conhecimento.

As “terras caídas”, como os moradores chamam esse acontecimento, impossibilitam que os postes de energia se mantenham de pé. (...) Já para o pesquisador e Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação da Universidade Estadual do Amapá (UEAP), Gabriel Araújo, o termo “terras caídas” não é o correto para se referir ao fenômeno que ocorre no arquipélago. De acordo com os estudos realizados pelo Núcleo de Pesquisa, o que ocorre é um processo natural de erosão, porém a intensificação desta ação é o fator estranho ao ambiente. “‘Terras caídas’ é um processo que acontece no baixo e médio Amazonas. No Bailique, não é um fenômeno de terra caída pensando nos termos técnicos, é um processo de erosão natural (Penha; Aguilera, 2022).

A reportagem traz destaque para um tema e região que saem do eixo de interesse da grande mídia, onde o Amapá e suas realidades poucas vezes costumam ter destaque. Desse modo, podemos evidenciar uma **abordagem de perspectivas não hegemônicas** concretizada por meio das escolhas técnicas e estéticas feitas na elaboração da pauta e ângulo proposto, assim como na opção de priorizar fontes que trazem para o centro pontos de vista de quem costuma estar à margem da discussão (Silva; Aguiar, 2023).

Como notado em outras reportagens analisadas, percebemos que a narrativa contrapõe a ideia de desenvolvimento infinito e sua aplicação prática em regiões remotas. Primeiro, podemos mencionar a proposta de levar energia elétrica por fiação para locais isolados, indo contra o que a própria população entende como mais adequado, o que culminou até na morte de um morador. No senso comum influenciado pelo discurso de grandes empresas e do próprio Governo, as “soluções” do progresso são desejadas por todos e aptas para alcançar o mundo de forma homogênea. Nesse cenário, as opiniões, conhecimentos e percepções das populações locais são desconsideradas em prol de soluções padronizadas e impostas, que estão relacionadas com o agravamento da degradação da natureza e da vida humana (Shiva e Mies, 2021).

De maneira semelhante, a reportagem aborda a construção de hidrelétricas nos rios da região, ainda que os moradores fossem contrários, e que possivelmente ocasionou o agravamento de processos como a salinização das águas e erosão das ilhas.

Outro fator de influência antrópica apontado pelos pesquisadores é a construção de três usinas hidrelétricas na região do rio Araguari, localizado na parte sudeste do estado do Amapá. Uma delas, Coaracy Nunes, foi construída em 1976 e é a mais antiga usina hidrelétrica da Amazônia. Nos últimos anos, foram construídas Ferreira Gomes Energia, em 2014, e a Cachoeira Caldeirão, em 2017. Somente a Usina de Coaracy Nunes fornece energia para o estado do Amapá, as demais geram energia para o restante do país. **A da Cachoeira Caldeirão, inclusive, foi apontada pela população como “inviável”, pois seria mais uma intervenção no rio já enfraquecido. Mas sua voz foi ignorada** (Penha; Aguilera, 2022).

Conforme destacado por Moreira (2010), é importante ressaltar que populações ribeirinhas são consideradas mais vulneráveis diante de alterações ambientais devido às estreitas relações que possuem com a natureza, de onde retiram seu sustento por meio de atividades como a pesca, agricultura e o extrativismo sustentável, mas também pela relação de pertencimento e conexões afetivas que possuem com o território. Ao direcionar o olhar para a reportagem, percebemos que a compreensão da vulnerabilidade e pertencimento se concretiza a partir de um **olhar sistêmico e da transversalidade nas problemáticas abordadas**, com ênfase para a ligação entre causas e consequências envolvidas no cenário descrito.

Ao longo do texto, notamos um esforço de contextualizar os diferentes assuntos abordados, indo além do olhar imediato e fragmentado. No caso da salinização, por exemplo, vemos um panorama geral do aumento do sal nas águas do rio Amazonas, com evolução histórica trabalhada a partir de relatos dos moradores e hipóteses para o problema explicadas pelos pesquisadores entrevistados, podendo estar ligado às ações na foz do rio, em um olhar mais local, e à crise climática, de forma mais ampliada.

Buscamos também identificar o protagonismo de mulheres na reportagem, para além da presença delas enquanto fontes pessoais. Mas, antes, é necessário mencionar uma observação feita por Colerato (2024) sobre a produção da pauta, na qual ela atuou como revisora. A fundadora do Modifica comentou que, após a finalização do trabalho, notou a falta de menção à articulação dos ribeirinhos de Bailique em resposta ao cenário apresentado.

A gente achou estranho e falou “Não, espera, está faltando alguma coisa nessa pauta. Não é possível que tem tudo isso acontecendo na região e não tem nenhuma associação organizada, nada?”. O jornalista tem uma tendência de tirar um pouco a agência de alguns atores nessas situações, não só o jornalista, eu diria a sociedade em geral. Mas não, essa galera tem agência, eles estão sendo duramente ou impactados ou perseguidos, ou seja lá o que está acontecendo, mas não é que tá todo mundo sentado em casa. Então tinha os grupos [associações] lá, e a gente precisava olhar para essas pessoas agindo nos locais frente àquele problema (Colerato, 2024).

Assim, é possível inferir que a mobilização e engajamento popular, que realmente existe no arquipélago, foi inserida posteriormente na produção, estando concentrada principalmente no intertítulo final ‘Organização coletiva em Bailique’. Neste item em específico, a comunidade é definida como “referência para outras comunidades ribeirinhas da região amazônica” (Penha; Aguilera, 2022). Assim, no que tange à categoria **protagonismo de mulheres**, encontramos uma presença parcial, limitado a alguns trechos da produção. Como mencionado anteriormente e corroborado por Colerato (2024), o protagonismo se alinha com a ênfase na agência dessas mulheres que, por meio de ações para enfrentamento e solução de desafios socioambientais, permitem “nutrir o impulso e a determinação para sobreviver inerentes a todos os seres vivos” (Shiva; Mies, 2021, p.52). Na reportagem em questão, a decisão técnica de inserir também a organização social promovida pelos moradores abre margem para visualizarmos, ainda que de forma limitada, o papel de destaque das mulheres.

Apesar das dificuldades instaladas em Bailique nas últimas décadas, Diana pontua como a organização social das comunidades favoreceu a resistência das mulheres locais: “a gente trabalha com os homens na coleta do açaí. O IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil), junto com a Amazonbai, estão fazendo um plano de ação com nós mulheres, para que a gente saia desse anonimato e mostre nosso potencial com trabalho”. Segundo ela, com essa contrapartida, as mulheres conseguem “ter um novo olhar, ver que são capazes de fazer um diferencial na vida das famílias” (Penha; Aguilera, 2022).

Por fim, percebemos ao longo de todo o material a presença constante de um **ar de denúncia, chamado à ação e combate às injustiças**, ainda que aspectos ecofeministas, como a correlação entre opressões de mulheres e da natureza, fiquem em um segundo plano, o que também é válido para a categoria que põe em evidência **a interseccionalidade e conexões entre opressões**, uma vez que não há presença de ênfase em vulnerabilidades e/ou privilégios de acordo com o entrecruzamento de marcadores sociais. No entanto, podemos entender que as categorias são atendidas na construção da reportagem, que traz as problemáticas relacionadas às populações vulneráveis e abre espaço para um jornalismo engajado, ainda que de forma socioambiental mais abrangente, buscando promover mudanças de pensamento e comportamento por meio da divulgação do cenário vigente. Observamos indícios desse objetivo na escrita das autoras, que se posicionam ao fazerem afirmações como “a beleza do banzeiro dos rios não denunciam as enxurradas de violações que se vive a partir dali” e “a relação atual do poder público com as comunidades é de total abandono” (Penha; Aguilera, 2022).

Nos relatos, percebemos que há um predomínio da indignação e revolta pelo abandono por parte do Estado, que implementa somente ações pontuais, como a entrega de fardos de água e instalação de alguns postes de luz com captação de energia solar, mas não realiza ações concretas para alterar o cenário. Mais além, as denúncias permitem estabelecer conexões entre opressões ao observar a correlação entre injustiça social e ambiental, uma vez que os processos exploratórios, baseados na destruição da natureza, impactam diretamente atividades de subsistência e a manutenção de modos de vida tradicionais (Shiva, 1995), assim como aprofundam a vulnerabilidade socioeconômica e força processos migratórios, conforme ilustrado pela reportagem.

3.5.4 Protagonistas do Marco Temporal, Etnia Indígena Xokleng Tem Longo Histórico de Resistência

A reportagem⁶⁷ é escrita por Bárbara Poerner, jornalista que assina três produções do Modifica, e foi publicada em 10 de setembro de 2021 na editoria Política. A produção em questão, que teve apoio financeiro proveniente do Fundo Ecofeminista, aborda o longo histórico de violências contra indígenas da etnia Laklãnõ/Xokleng, que originalmente ocupam regiões de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, assim como seus processos de resistência. Como gancho para a reportagem, está o fato da etnia estar no epicentro da discussão sobre o Marco Temporal, tese que exige a comprovação de ocupação indígena de territórios demarcados no momento de estabelecimento da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988.

Figura 7 - Capa da reportagem 'Protagonistas do Marco Temporal, Etnia Indígena Xokleng Tem Longo Histórico de Resistência'



Fonte: Modifica

Ao longo de toda a produção, notamos indícios de uma **abordagem de perspectivas não hegemônicas** pela ênfase dada ao ponto de vista indígena sobre

⁶⁷ Disponível em: <https://www.modifica.com.br/xokleng-marco-temporal-historico-resistencia/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

a ocupação europeia do Sul brasileiro no fim do século XIX, quando o Estado, “mirando em uma limpeza étnica, passou a trazer imigrantes europeus para ocupar a região sul do país, alegando que o território estava disponível” (Poerner, 2021).

O movimento de recontar o contexto histórico-político a partir de perspectivas subalternizadas, para além da versão do colonizador, alinha-se com propostas ecofeministas e decoloniais que, como enfatizamos nos capítulos anteriores, estão próximas pela crítica que fazem às estruturas de dominação. Assim, a postura decolonial perceptível na produção nos permite falar sobre um esforço técnico, estético e ético para ir além do que está posto no senso comum sobre os povos originários e a ocupação de seus territórios, abrindo margem para outras categorias interpretativas da realidade (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016).

Um exemplo a ser citado é o tensionamento da ideia de ‘muita terra para pouco índio’, presente na matéria e atribuída ao então presidente Jair Bolsonaro, assim como a ruralistas e representantes do agronegócio. A noção em questão está presente no senso comum e constantemente é revivida para justificar retrocessos nos direitos indígenas como a tese do Marco Temporal. No entanto, a reportagem faz um esforço para refutar este pensamento dominante trazendo uma série de dados sobre a distribuição de terras no Brasil que destacam que “as propriedades rurais consomem 41% de terras, sendo que 22% são apenas para pastos. Já as terras indígenas homologadas ou requisitadas ocupam 13,8%; deste número, 98% estão na Amazônia Legal” (Poerner, 2021). Da mesma forma, o texto também questiona a ideia histórica de terras desabitadas que foram ‘descobertas’ e ocupadas sem esforços pelos colonos europeus. Na realidade, os territórios foram desocupados à base de violência promovida pelo próprio Estado, o que não foi recebido com pacificidade, outra ideia também sedimentada sobre os povos originários. Pelo contrário, gerou uma série de artifícios de resistência por parte das populações sob ataque. Para abordar essa versão alternativa do contexto histórico, a reportagem traz trechos de entrevistas com pesquisadoras e indígenas.

O sul do país era vendido como uma área fácil de ser ocupada, “com um território fértil e não habitado, para que os europeus viessem e fizessem a limpeza étnica ao misturar e miscigenar a população”, complementa Lucimara. Os trâmites eram feitos por agências de colonização e pelo próprio governo à época. Porém, como os Laklãnõ/Xokleng já estavam presentes no território, sua presença foi vista como um empecilho. O estado catarinense criou, então, seus grupos de extermínio, chamados de bugreiros. Eles buscavam eliminar a presença indígena das terras, para que

fossem disponibilizadas aos colonos imigrantes. Foi o início do genocídio Xokleng. “Costumamos dizer que somos resistência e se estamos vivos até hoje é porque houve pessoas, lá atrás, que lutaram para que nosso povo se mantesse”, diz Thaira Antonia Pripra, mulher Laklãnõ/Xokleng (Poerner, 2021).

Em nossa análise, identificamos três fontes indígenas Xokleng: Lucimara Patté, advogada da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina na área de Saúde Indígena; Ana Patté, assessora parlamentar e membra da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; e Thairaa Antonia Pripra, estudante de Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Diferente das matérias anteriores, também percebemos a presença das três mulheres enquanto pesquisadoras: Edviges Ioris, Elis Nascimento e Viviane Vasconcelos, do Núcleo de Estudos de Povos Indígenas da UFSC; e Nuno Nunes, filósofo indigenista e pesquisador de etnoplanejamento territorial. Por fim, a repórter também faz uso do Trabalho de Conclusão de Curso ‘Impactos da colonização e da barragem norte sobre a espiritualidade do povo Laklãnõ/Xokleng: memórias do ritual do Pétogdé’, da indígena Xokleng Voia Ciri.

Quando direcionamos o olhar para as fontes, percebemos a intenção de abarcar uma **pluralidade de vozes** na narrativa, o que nos conecta com a categoria/característica de uma prática jornalística ecofeminista. Aqui, também podemos remeter a uma postura decolonial nas escolhas técnicas e estéticas, uma vez que há a priorização de mulheres indígenas e, consequentemente, inclusão de suas vivências divergentes enquanto mulheres racializadas, colonizadas e provenientes de regiões violentadas e empobrecidas, para além da ideia homogeneizante de uma mulher universal (Vergès, 2020). É interessante observar que as fronteiras entre fontes pessoais e especialistas não são tão bem definidas, uma vez que as três mulheres indígenas falam também de um local acadêmico e de autoridade. Esse movimento permite constelar diversos saberes, de modo a contribuir para inclusão das perspectivas silenciadas dessas mulheres, que podem expressar sua própria realidade enquanto sujeitas (Kilomba, 2019).

A categoria que destaca o papel de um **olhar sistêmico e transversalidade nas problemáticas abordadas** está presente na reportagem pelo esforço em superar a fragmentação dos assuntos e apresentar os contextos ambiental, social, histórico, político, cultural e religioso envolvidos na disputa por terras no Sul do Brasil. Desse modo, inserir um olhar sistêmico e transversal pode permitir ao público

apreender, ainda que parcialmente, a complexidade do cenário apresentado. Pensando no desafiador contexto indígena brasileiro, pode ser também uma oportunidade para “romper representações violentas, cansadas - representações que muitas vezes causam danos às vidas das pessoas e grupos” (Moraes, 2022, p.111).

A título de exemplo, podemos mencionar o olhar sistêmico e transversal empregado na reportagem ao abordar os impactos decorrentes da instalação de uma barragem em um dos rios próximos ao território Xokleng, implantadas no local pelo governo para evitar enchentes em cidades catarinenses próximas. Como resultado, as regiões onde as comunidades indígenas estavam localizadas passaram a ser alagadas, “pessoas morreram afogadas, plantações foram devastadas e as residências ficaram ilhadas” (Poerner, 2021). Em um olhar sistêmico, percebemos que o processo destrutivo segue em cadeia, implicando em migração forçada, rompimento de dinâmicas sociais e perdas culturais e ritualísticas.

Observamos que a reportagem possui também evidências de **interseccionalidade e conexões entre opressões** em alinhamento com um jornalismo ecofeminista, o que se manifesta pelo destaque dado para as particularidades das vivências dessas mulheres indígenas. A narrativa, aliás, é construída de modo a interligar a violência vivida por seus corpos e a violação de seus territórios, em alinhamento com a fala feita pelas participantes da I Marcha das Mulheres Indígenas (2019): “o território para nós não é um bem que pode ser vendido, trocado, explorado. O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito”. Essa percepção salta aos olhos, em especial, quando a reportagem passa a abordar o impacto da construção de barragens em regiões próximas às comunidades indígenas.

Para as mulheres, a construção da barragem somatizou outras violências. Lucimara, Ana e Thairaa dizem que a presença dos não-indígenas aumentou exponencialmente na aldeia durante a edificação da obra, e com isso casos de abuso sexual, doenças sexualmente transmissíveis e consumo excessivo de bebidas alcoólicas tornaram-se recorrentes. (...) Ela diz que com a entrada dos brancos em terras originárias, veio também “a visão de que as mulheres são menos, são objetos e coisas a não serem ouvidas ou respeitadas”. A advogada cita a morte de Daiane Griá Sales, de apenas 14 anos, há aproximadamente um mês. A jovem kaingang foi encontrada morta, nua e com o corpo dilacerado nas redondezas da TI Guarita, no Rio Grande do Sul. Para Lucimara, essa é “a prova da violência que as mulheres indígenas sofrem em seus territórios” (Poerner, 2021).

Como já mencionado, a violência sistemática empregada contra o povo Xokleng não é recebida com passividade. Pelo contrário, como o próprio título enfatiza, assim como a fala das entrevistadas, vem acompanhado de um longo histórico de práticas de resistência, em especial por parte das mulheres. Portanto, em consonância com as categorias anteriores, podemos entender que a produção evidencia também o **protagonismo de mulheres**, que estão à frente de atos como a Marcha das Mulheres Indígenas, o trabalho na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e a ampla mobilização contra o avanço e implementação da tese do marco temporal. De acordo com o relato das entrevistadas, a resistência também se estende para enfrentar manifestações patriarcais dentro da própria comunidade, que passaram a “existir justamente com a presença do homem branco, que impôs sua cultura às culturas indígenas” (Poerner, 2021). Aqui, nos conectamos com o impulso de liberar a natureza e as mulheres da marginalização e exploração em comum (Salleh, 2021), objetivo que move uma prática alinhada ao ecofeminismo (ainda que não se utilize esse termo) em movimentos de mulheres ligadas à Terra.

A reportagem sob análise também possui traços de **denúncia, chamado à ação e combate à injustiças** perpetuadas há mais de 500 anos contra as populações originárias. A categoria em questão pode ser observada ao longo de toda a reportagem, que aborda uma série de violências que, em seu cerne, possui relação com o projeto civilizatório europeu, concretizado a partir do estabelecimento dos processos de modernidade e colonialidade (Walter Mignolo, 2013). Em nossa análise, percebemos ainda que as denúncias se pautam em situações ligadas a padrões dicotômicos que estabelecem uma hierarquia entre branco e indígena, humano e não-humano, homem e mulher, civilizado e selvagem, progresso e atraso, entre outros. O chamado à ação e o combate às injustiças, portanto, reside na proposta de subversão à essa ordem naturalizada por meio da inversão da narrativa estabelecida.

Não ao acaso, as violências são heranças coloniais para com um povo que resiste há mais de 500 anos. Se a maioria dos catarinenses rememora sua origem européia, não é possível esquecer também da história de genocídio tecida e financiada pela mesma colonização, que até hoje insiste em não repará-lo. Lucimara lamenta que o próprio estado de Santa Catarina não conheça sua história. “Eles preferem exaltar o sangue europeu que minimamente têm nas veias, do que reconhecer o sangue indígena que têm nas mãos”, finaliza a advogada (Poerner, 2021).

Por fim, destacamos que não conseguimos observar indícios que nos permitissem falar em um **potencial de produção corporificada** na reportagem. A escrita, ainda que aparentemente engajada, não põe em evidência a autora, sua subjetividade ou identificação com a situação descrita. Como elementos complementares, a reportagem possui colagens e fotos, sendo que estas últimas possuem diferentes autorias e parecem terem sido cedidas para uso na matéria, não indicando a possibilidade de reportagem feita *in loco*.

3.5.5 O Que Acontece Quando Uma Gigante do Petróleo Patrocina Uma Exposição Sobre Crise Climática

O artigo em questão⁶⁸, publicado em 3 de agosto de 2021, está entre as publicações traduzidas pela equipe do Modifica provenientes do site do *The Grist*, uma organização não governamental americana que aborda questões ligadas à crise climática. Em um rodapé ao fim da publicação no Modifica, a autoria é atribuída à Emily Potecorvo e menciona-se que a tradução do artigo original foi feita com permissão sob licença Creative Commons, com direcionamento por link para o texto original. Aqui, cabe mencionar que optamos por incluir este texto, ainda que destoasse do formato das outras produções analisadas, por aparecer em destaque na editoria Cultura. Também consideramos que o texto representa bem a editoria, uma vez que, dos 20 conteúdos linkados à seção, 18 são artigos opinativos (ou 90%). Vale lembrar também que os conteúdos traduzidos correspondem a 12,2% dos conteúdos do Modifica, o que consideramos representativo suficiente para manter a análise.

⁶⁸ Disponível em: <https://www.modifica.com.br/shell-exposicao-crise-climatica/>. Acesso em: 10 mar. 2025

Figura 8 - Capa da matéria 'O Que Acontece Quando Uma Gigante do Petróleo Patrocina Uma Exposição Sobre Crise Climática'



Fonte: Modifica

Em nossa análise da matéria, entendemos que a categoria **perspectivas não hegemônicas** é atendida apenas parcialmente. Observamos que o texto contrapõe a narrativa da Shell, uma multinacional implicada diretamente na crise climática, assim como sua intenção de criar uma imagem de sustentabilidade enganosa, o que é conhecido como *greenwashing*. No entanto, por se tratar de uma empresa mundialmente conhecida pela extração de gás e petróleo, o texto não contrapõe um discurso hegemônico sedimentado na sociedade. Também podemos falar que o artigo atende em partes a categoria que enfatiza **o potencial de uma prática corporificada**. Vemos sua manifestação quando direcionamos o olhar para as escolhas técnicas e estéticas que transparecem a opinião da autora sobre o patrocínio da Shell a uma exposição em um local com viés educativo e formacional. Para a autora, a mostra pode influenciar a opinião pública sobre o risco da utilização de combustível fóssil, já que “permitir que empresas como a BP coloquem seus logotipos nas paredes de museus eleva seu status na sociedade, perpetua sua licença social para operar e potencialmente influencia as decisões curatoriais” (Potecorvo, 2021).

No texto sob análise, não conseguimos observar indícios para identificar as seguintes categorias: **olhar sistêmico e transversalidade nas problemáticas**

abordadas; evidência de interseccionalidade e conexões entre opressões; presença de pluralidade de vozes; e protagonismo de mulheres. Entendemos que essa ausência das categorias pode estar relacionada com o próprio formato de artigo opinativo proveniente de um site não necessariamente alinhado com o ecofeminismo.

A única categoria que é atendida plenamente pelo texto é a que propõe um **ar de denúncia, chamado à ação e combate às injustiças**. Em primeiro lugar, a produção dá destaque para uma onda de protestos promovida por grupos de ativistas climáticos que se posicionam de modo contrário à uma exposição sobre crise climática patrocinada por quem está diretamente envolvido em sua existência, caracterizando o comportamento predatório, irresponsável e autodestrutivo da espécie humana diante dos bens naturais do planeta (Torres, 2009). A matéria também possui indícios da categoria por buscar estimular mudanças de pensamento e comportamento, assim como mobilização social para cobrar mudanças efetivas e realistas quanto redução de emissões provenientes de grandes empresas como a Shell, o que não passa pela promoção de soluções ainda incipientes para continuar lucrando com a extração de combustíveis fósseis.

3.5.6 ‘Mulheres Imigrantes Na Costura - A rede produtiva da moda em São Paulo sob uma perspectiva de gênero’

A reportagem que vamos explorar a seguir⁶⁹ foi publicada em 3 de agosto de 2017, ligada à seção Capital. A autoria é atribuída à Marina Colerato e Juliana Aguilera, nossas entrevistadas e principais autoras do portal, responsáveis por 33,4% e 25,6% do total de publicações, respectivamente. Optamos pela inclusão dela em nossa análise por ser um material de destaque citado por Colerato (2024) como a “primeira reportagem mais jornalística e robusta de fato”, o que pudemos comprovar ao observar que, antes da publicação em específico, as produções eram relativamente curtas e focadas em notícias e artigos. Outro ponto destacado pela entrevistada é o fato de ser a primeira produção mais elaborada sobre a indústria da

⁶⁹ Disponível em: <https://www.modefica.com.br/mulheres-imigrantes-costura-sao-paulo/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

moda, um assunto em evidência no portal, que também originou desdobramentos como cartilha e pesquisa feitas pelo Modifica.

A produção em questão busca elucidar a seguinte questão: quem costura nossas roupas? A partir do questionamento, a reportagem aborda a rede produtiva da moda em São Paulo, onde o contingente de mão de obra é formado expressivamente por mulheres imigrantes, principalmente jovens bolivianas. A proposta é trazer o recorte de gênero para a problemática, de modo a dar conta de especificidades vividas por essas mulheres, o que é pouco explorado em materiais que falam sobre imigração e/ou indústria da moda (Colerato; Aguilera, 2024). Assim, a reportagem aborda violações a direitos fundamentais das trabalhadoras do setor, particularidades da mulher imigrante e processos de resistência empreendidos por elas.

Figura 9 - Capa da reportagem 'Mulheres Imigrantes Na Costura - A rede produtiva da moda em São Paulo sob uma perspectiva de gênero'



Fonte: Modifica

A reportagem possui menção à sete entrevistados: Berenice Young, psicóloga da Missão Paz, projeto que atende imigrantes; Vivian Holzacker, advogada e

consultora do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados; Gladis Paredes Arce, imigrante de Santa Cruz de La Sierra que atua na confecção de roupas em São Paulo; Carla Aguilar, assistente social do Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (Cami); Roque Patussi, diretor do Cami; Patricia Torrez, advogada e integrante da Frente das Mulheres Migrantes; e Luis Benavides, advogado especialista em direito internacional e colaborador do Cami.

Um ponto que salta aos olhos é o fato de somente uma mulher boliviana ter sido entrevistada e mencionada em um trabalho que se propõe a abordar uma realidade de forma ampla, inclusive indagando (no plural) que “quem melhor do que elas mesmas para nos contar por que imigraram, por que ficaram aqui, as relações dentro das oficinas, a relação com a sociedade brasileira, o medo, o desconforto e o abuso que sofreram e sofrem por serem mulheres e imigrantes?” (Colerato; Aguilera, 2017). Como justificativa para essa ausência, Colerato (2024) mencionou a dificuldade para conseguir falar com as mulheres, que se mostraram arredias e desconfiadas com o contato feito pela equipe, uma vez que se encontram em uma situação irregular e vulnerável.

Elas não queriam falar, elas não aceitavam nossa presença, estavam de saco cheio de jornalistas. Mas aí o que aconteceu? No fim elas gostaram da nossa matéria a ponto de divulgar entre elas. Então, foi muito marcante, porque foi uma primeira reportagem que trazia visceral essa realidade da violência para as mulheres que estavam como imigrantes na costura aqui. Foi difícil porque elas não queriam falar, bem arredias, assim, climão. Aí depois, no final, a gente publica, elas curtem, usam, alguns atores da moda também repercutem aquilo, enfim, foi marcante para a gente (Colerato, 2024).

Na reportagem, a discussão sobre uma ampla realidade é feita somente a partir da generalização do relato de Gladis Paredes Arce e de profissionais que, indiretamente, lidam e estão a par das realidades desafiadoras apresentadas. A generalização de realidades a partir de um único relato da “pessoa comum”, aliás, é recorrente na prática jornalística hegemônica, onde costumamos observar a priorização de fontes especialistas, o que Bueno (2007) chama de “síndrome lattes”. Em um jornalismo dito ecofeminista, a inversão dessa lógica hegemônica é central, uma vez que a proposta é termos um debate equilibrado que contribua para a “inter-relação de pessoas com quadros de referências diferentes” (Montipó; Ijuim, 2021, p.39), o que inclui aqueles e aquelas diretamente envolvidos na questão discutida.

Cabe mencionar também a falta de dados para ilustrar a situação das mulheres imigrantes na costura, devido à “informalidade nas relações de trabalho na indústria do vestuário no Brasil” (Colerato; Aguilera, 2017). Com isso posto, entendemos que a categoria **pluralidade de vozes** é atendida em partes, uma vez que há o estabelecimento de diálogo entre várias fontes, mas no âmbito de especialistas que acompanham e falam em nome do grupo afetado, o que ocasiona uma sub representação de perspectivas plurais, que permanecem à margem de um debate que as envolve diretamente (Silva; Aguiar, 2023).

É necessário frisar que o relato da costureira Gladis é bem aproveitado na produção, o que nos permite ter vislumbres do cotidiano dentro de uma oficina de costura irregular e entender peculiaridades da vida de uma jovem mulher boliviana imigrante que atua na indústria da moda. São episódios de insegurança, violência, medo, controle e outras situações de vulnerabilidades acentuadas quando há o entrecruzamento de marcadores sociais. Com isso, temos indícios na produção da categoria que evidencia a **interseccionalidade e conexões entre opressões** nas produções que analisamos, o que permite entendermos de forma mais complexa “as relações e entrelaçamentos de “raça”, sexo, sexualidade, classe e geopolítica” (Curiel, 2020, p. 121). As violências sobrepostas podem ser exemplificadas com o relato da gravidez de Gladis.

A vida das mulheres grávidas e dos bebês é igualmente complicada e difícil. Gladis fez a mesma jornada puxada durante toda sua gestação de risco. As mesmas horas exaustivas, sem qualquer tipo de descanso extra. “Eu recebi o tratamento por igual, como se não estivesse grávida. Eu só parei um mês, porque se não trabalhava, não tinha nem o que comer”, relata ela. Sem carteira assinada, a Licença Maternidade é algo fora de cogitação nas oficinas de costura (Colerato; Aguilera, 2017).

A própria reportagem destaca a importância de um olhar interseccional para a migração, que costuma “ser vista de forma genérica pela sociedade e pelo Estado, o que coloca a mulher imigrante numa posição de invisibilidade” (Colerato; Aguilera, 2017). Além disso, a produção também destaca que esse olhar permite “enxergar o que essas mulheres estão fazendo e como elas estão se organizando para enfrentar essas questões, lutar por seus direitos e apoiar umas às outras” (Colerato; Aguilera, 2017). Na entrevista, a diretora do Modifica também mencionou a intenção de trazer um olhar interseccional para o assunto, com ênfase na questão de gênero.

Já existia uma narrativa [sobre migração] muito centrada no masculino e a gente trouxe essa questão [para a perspectiva das mulheres] por ser um tema que tangenciava a questão do trabalho, condições análogas à escravidão, e a gente tem essa trajetória muito próxima com a indústria da moda em termos de redes produtivas. E eram mulheres que estavam saindo sobretudo de um lugar de não reconhecimento, porque as mulheres bolivianas indígenas, os indígenas na Bolívia não são tratados como os brancos, também é uma questão muito forte deles (Colerato, 2024).

O destaque para o contexto das mulheres imigrantes na costura também nos traz indícios da presença de uma **abordagem de perspectivas não hegemônicas**. A categoria se concretiza no esforço para englobar o complexo processo da imigração para além do senso comum e, em especial, a partir da perspectiva das mulheres. Ao longo da reportagem, percebemos um esforço para questionar perspectivas estabelecidas e homogêneas sobre o que move uma mulher a migrar e permanecer em situações de trabalho degradantes, o que é realizado a partir de escolhas técnicas na elaboração da pauta e escolha de ângulo a ser explorado, e se concretiza na estética narrativa. Em uma mirada superficial, a migração para o trabalho em oficinas de costura pode ser atribuída somente a questões financeiras. Entretanto, quando temos uma abordagem alternativa, percebemos que há uma série de fatores, para além do financeiro, que podem estar envolvidos, com particularidades próprias quando estamos falando de mulheres. Entre eles, a reportagem elenca principalmente questões sociais: “divórcio, a morte dos familiares, abandono, vontade de conhecer lugares diferentes e até mesmo a sensação de não pertencimento àquela comunidade podem ser motivos para migrar” (Colerato; Aguilera, 2017).

Em alinhamento com a categoria anterior, temos a presença de um **olhar sistêmico e transversal nas problemáticas abordadas**, observável na construção ampla da narrativa, para além do que se é percebido em um contato imediato e superficial com a questão da imigração de mulheres. Percebemos que o fenômeno é influenciado por estruturas mais amplas de dominação, de origens colonial e patriarcal, que se perpetuam por meio da violência naturalizada na cultura. Em um contexto transversal, a reportagem demonstra como essas estruturas afetam outros grupos, como bolivianos de origem indígena, considerados inferiores em seu próprio país, o que também está entre os motivos para migração.

Segundo a psicóloga, a sociedade andina também é muito mais patriarcal e opressora para as mulheres, permitindo e até mesmo normatizando situações que impulsionam a imigração por questões particulares à situação

como mulher. Berenice ressalta as consequências psicológicas e sociais da iniciação sexual por estupros, algo relativamente comum na cultura local, e como essa experiência reflete no comportamento adulto e na imigração: “Ter sido essa a maneira de começar a ser mulher é uma marca que, muitas vezes, não se supera. Isso faz essa mulher sentir que não tem um lugar no mundo, afinal de contas é uma ‘coisa’ que pode ser usada” (Colerato; Aguilera, 2017).

O **protagonismo de mulheres** é outro ponto que conseguimos observar de modo parcial no material sob análise. Como já comentamos, a reportagem traz especialistas que falam sobre as imigrantes, decisão técnica que impacta a capacidade de se evidenciar a agência própria dessas mulheres. Também notamos que, em alguns trechos que discorrem sobre resistência e empoderamento, há um destaque maior para as ações assistenciais promovidas por organizações sociais e especialistas, que fazem um série de esforços para “informar as mulheres migrantes sobre seus direitos” (Colerato; Aguilera, 2017). A decisão técnica acaba por colocar em segundo plano o potencial de um jornalismo ecofeminista de incentivar essas mulheres a “se perceberem enquanto indivíduos capazes e hábeis para adentrar os espaços” (Oliveira; Miranda, 2021, p.128), sem a necessidade de mediação.

Com isso posto, é importante evidenciar que também notamos trechos da reportagem em que a resistência por parte delas vêm em primeiro plano, demonstrando que elas “deixam de aceitar sua situação de forma passiva. Elas se organizam, lutam e demandam melhoras” (Colerato; Aguilera, 2017). Isso é perceptível, em especial, quando o foco está no papel do diálogo estabelecido entre as próprias mulheres, prática que permite o apoio coletivo, a tomada de consciência sobre situações abusivas e o estímulo à resistência.

As rodas de conversa entre mulheres também servem como uma outra porta para conhecer um mundo diferente. Gênero e migração são dois dos temas mais abordados nessas rodas, que servem também como um lugar seguro onde as mulheres podem dividir seus problemas e procurar soluções. Através das dinâmicas, elas vão aprendendo sobre seus direitos e sobre o acesso a políticas públicas. O empoderamento social e feminino ali torna-se inevitável (Colerato; Aguilera, 2017).

Em nossa análise, também percebemos que a produção inclui um **tom de denúncia, chamado à ação e combate à injustiças** diante da situação enfrentada pelas imigrantes que atuam na confecção de roupas. A categoria, estabelecida a partir de uma prática engajada, é perceptível quando a narrativa, a partir do recorte de gênero, evidencia fatores como informalidade trabalhista, trabalho análogo à

escravidão, violência e controle nas oficinas de costura, dificuldades de acesso à direitos e recrutamento de bolivianas para atuação na indústria, que são enganados com promessas de condições melhores. Aqui, podemos afirmar que a prática jornalística vai além de um mero reprodutor de fatos, atuando como ferramenta ativa na busca por transformações na realidade comunicada (Montipó; Ijuim, 2021), uma vez que também propõe mudanças e incentiva um posicionamento ativo por parte da sociedade.

Sem dúvidas ainda há um longo caminho a ser percorrido e a situação das mulheres imigrantes na costura em São Paulo não está nem próxima de ser resolvida. É preciso um comprometimento maior da sociedade civil e do poder público, além de responsabilização das empresas que utilizam esse tipo de mão de obra. Porém assumir que essas mulheres são vítimas inertes – das marcas de moda, do consumo desenfreado, do Estado – é apagar o que elas já enfrentaram e construíram até aqui. Nós não precisamos lutar por elas. Nós precisamos lutar com elas (Colerato; Aguilera, 2017).

Como elementos gráficos, a reportagem possui somente colagens ilustrativas que remetem às mulheres, costura e elementos andinos, sem utilização de fotos e outros recursos que possam complementar a narrativa, o que também relacionamos com a dificuldade de estabelecer contato com possíveis entrevistadas (Colerato, 2024). Aqui, buscamos encontrar elementos presentes na reportagem que se conectem com a categoria **potencial de uma produção corporificada**, o que se estabelece a partir do olhar para quem a produz, sua subjetividade, compromisso e identificação com os cenários apresentados.

Tanto a dificuldade de falar com mulheres imigrantes quanto a falta de visitas *in loco* nos permite pensar que a categoria não é atendida plenamente. No entanto, é preciso enfatizar o trabalho realizado por Marina Colerato, em especial, no que tange à questão da indústria da moda e seus desdobramentos socioambientais. Uma das motivações da designer para fundar o Modéfica, aliás, passava pelo intuito de trabalhar perspectivas alternativas da moda, incluindo a “questão das mulheres na rede produtiva, a desigualdade absurda na moda, questões ambientais que afetam as comunidades no entorno de oficinas” (Colerato, 2024).

Em contraposição com uma objetividade distanciada, percebemos que a reportagem é realizada a partir de um local de identificação, compromisso e envolvimento com o assunto, ainda que a conexão com as mulheres tenha sido limitada pela falta de contato com elas. Portanto, a categoria é atendida em partes

quando evidenciamos a ocorrência de uma prática jornalística capaz de resgatar o valor da subjetividade por meio do engajamento (Moraes, 2022).

3.5.7 'Mariana: Mulheres Contam Sobre a Luta Pelos Direitos dos Animais Travada Com a Fundação Renova'

Esta reportagem⁷⁰ foi publicada em 22 de março de 2021, na seção Socioambiental, e escrita pela jornalista Juliana Afonso, autora do texto 'Da Seca à Violência de Gênero: Consequências da Produção de Eucalipto no Vale do Jequitinhonha', que também analisamos. O material discorre sobre as mudanças profundas na vida de moradoras da região de Mariana, Minas Gerais, que tiveram suas terras destruídas pelo rompimento da Barragem de Fundão, em 2015, responsabilidade das mineradoras Samarco, Vale e BHP. A reportagem destaca a ruptura de laços pela saída forçada, em especial com os animais de estimação. Assim, o texto evidencia a luta empreendida pelas mulheres atingidas pelo crime socioambiental para garantir o direito também para os animais domésticos, que igualmente tiveram suas vidas impactadas. Como a própria publicação reforça, “assim como as pessoas, os animais que sofreram com os impactos do rompimento da Barragem de Fundão possuem o “status de atingido” e têm direito à reparação” (Afonso, 2021).

Figura 10 - Capa da reportagem 'Mariana: Mulheres Contam Sobre a Luta Pelos Direitos dos Animais Travada Com a Fundação Renova'



Fonte: Modifica

⁷⁰ Disponível em: <https://www.modifica.com.br/mariana-barragem-direitos-animais/>. Acesso em 18 mar. 2025.

A produção conta com a presença de três fontes: a agricultora Naife Cerceau, que vivia com sua família em um sítio no distrito de Paracatu de Baixo; Marília Silva, nome fictício de uma atingida do distrito de Bento Rodrigues que não quis se identificar; e a assessora técnica com formação em Engenharia Agrônômica da Cáritas-MG, Paôla Campos, que presta serviços aos atingidos. Ainda que esse seja o menor número de fontes entre as reportagens analisadas, entendemos que a matéria atende à categoria **presença de pluralidade de vozes** quando observamos quem são essas mulheres e sobre o que falam. Cabe lembrar que a categoria não se relaciona necessariamente com quantidade, mas busca observar se há o estímulo ao diálogo entre vozes, conceitos e aspectos diversos, incluindo também quem costuma estar à margem do debate, decisão técnica que oferece formas alternativas de enxergar o problema socioambiental em discussão (Warren, 2000).

O recorte de gênero da matéria nos permite ter um vislumbre do impacto específico para as mulheres proveniente do rompimento abrupto com um modo de vida e um território, seguido de uma retirada forçada e um realocamento inadequado. Neste âmbito, está também a quebra de conexões com os animais. Aqui, também percebemos em partes indícios de um **olhar sistêmico e transversalidade nas problemáticas abordadas**, em trechos onde a narrativa aborda os impactos do crime ambiental para além do visto em um olhar superficial, englobando ainda questões culturais, sociais e de saúde.

Além de prejudicar a vida econômica das atingidas, essa situação também impacta na saúde física e psicológica das mulheres, que estabelecem um forte vínculo de comunidade a partir das relações sociais com a vizinhança. “Muitas mulheres desenvolviam atividades produtivas características da zona rural: plantavam hortas, criavam animais, mexiam nos jardins. Elas também organizavam festas religiosas, cozinhavam juntas e trocavam saberes, coisas que hoje se perderam com o distanciamento das moradias na cidade”, afirma Paôla. (...) O isolamento forçado também causou uma série de problemas para Marília, que agora depende de remédios controlados. “Vou falar com você, eu sinto muita falta das minhas criações, porque é uma coisa muito boa, você se diverte muito, brinca, passeia. Hoje aqui tá muito difícil”.

O texto denuncia os maus tratos e falta de assistência aos animais pela Fundação Renova, criada pelas mineradoras para atuar na reparação de danos. Desde o primeiro momento, já observamos indícios de um **ar de denúncia, chamado à ação e combate à injustiças** no que tange às consequências da exploração predatória para humanos e não humanos, ambos desvalorizados em detrimento das atividades de mineradoras. A matéria nos permite fazer um paralelo

com as interconexões empíricas do ecofeminismo (Warren, 2000), que trazem a atenção para a observação de experiências que mulheres, natureza e outros grupos oprimidos compartilham entre si, tendo como origem as mesmas forças de dominação, o que Mies e Shiva (2021, p. 51) chamam de um “sistema global patriarcal capitalista”, de caráter econômico-social-cultural.

Outra queixa frequente diz respeito à infraestrutura para os animais. Como as moradias das famílias atingidas seguem inacabadas, as pessoas estão morando em casas alugadas pela Fundação Renova, na cidade de Mariana ou em distritos próximos. Muitos terrenos não têm espaço para receber animais de grande porte, como cavalos e vacas. Nesses casos, os animais são encaminhados para a Fazenda do Castro, em Barra Longa, sob tutela da Fundação Renova. Além da saudade dos animais – que ficou mais forte com a chegada da pandemia da Covid-19, devido à restrição dos dias e horários de visita –, as atingidas vivem sob a incerteza do tratamento que os animais recebem. “Hoje mesmo mandaram uma foto pra mim que me surpreendeu. Tem animal que tava bonito e hoje tá mostrando a costela, tudo magro. Tenho 11 animais lá, tudo mal cuidado”, lamenta Marília (Afonso, 2021).

Em alinhamento, o texto também possui **a presença de interseccionalidade e conexões entre opressões** quando pensamos nos grupos que tiveram suas vidas afetadas pelo problema abordado. Percebemos a mesma lógica adjacente à forma como as famílias agricultoras e os animais são compreendidos: corpos descartáveis com menor valor (econômico e simbólico) quando em comparação com as políticas de desenvolvimento impostas e as atividades de risco promovidas pelas mineradoras, mais especificamente. É possível também relacionar com o padrão dicotômico naturalizado pela lógica moderna, que define o que possui ou não valor, o que pode ou não ser destruído, onde uma categoria é “sempre considerada superior, sempre prosperando e progredindo às custas da outra” (Mies; Shiva, 2021, p. 54).

A perspectiva dos que são deixados para trás depois de um crime socioambiental, aqui com ênfase para os animais, é um elemento que aponta para presença da categoria **abordagem de perspectivas não hegemônicas**, aqui alinhada com a proposta ecofeminista de ampliar o escopo de consideração moral para além de humanos. Em um viés mais pragmático, é também um olhar de acompanhamento do cenário, para além da tragédia imediata, o que entendemos ser uma proposta alternativa ao que convencionalmente é visto na mídia hegemônica.

Ao evidenciar como os animais foram afetados pelo rompimento da barragem, inclusive reforçando que possuem o status jurídico de atingidos, podemos observar uma subversão da lógica hegemônica que os enxerga como recursos ou objetos à disposição dos humanos, de modo que outros seres passam a ser vistos como sujeitos com valor intrínseco (Warren, 2000). Para Colerato (2024), a abordagem evidencia ainda a relação entre mulheres e animais não humanos, fruto de uma realidade material que favorece a consciência e conexão ecológica por parte delas (Puleo, 2002).

Ninguém vai dar essa pauta, sabe? Ninguém se interessava em focar em como os animais foram afetados nessa situação. Mas a gente fez e ficou uma pauta muito massa, que mostrava ali naquele cenário quem ficou para trás. Mostra que quem realmente tem menos possibilidade de ser ouvido nesses lugares e desastres são os animais. E não à toa eram as mulheres lamentando a perda dos seus animais, que se preocupam com o estado em que eles estavam (Colerato, 2024).

O **protagonismo de mulheres** também pôde ser percebido na produção, uma vez que elas são apresentadas como a linha de frente na luta para garantir o direito das pessoas e animais, buscando resgatar o modo de vida impactado pela mudança de realidade. Assim, para além de compartilhar um local de opressão em comum, o exemplo da matéria evidencia a possibilidade ecofeminista de fomentar a união de lutas e o reconhecimento de interdependências entre humanos e não humanos (Beltran, 2019). No mesmo sentido, vemos também o destaque para a empatia com o outro, peça central na construção da ética ecofeminista (Rosendo, 2016).

Na matéria, também buscamos perceber correlações com a categoria **potencial de produção corporificada**, o que foi detectado em partes. Novamente, destacamos que a jornalista Juliana é formada pela UFMG, segundo a mini biografia disponível no portal, o que nos remete a uma proximidade geográfica com a região, assim como uma possível conexão para elaboração de suas pautas, já que a primeira reportagem que analisamos também tinha como foco uma situação socioambiental vivenciada no estado. Assim, podemos inferir que existe uma ligação, identificação e compromisso com as pessoas e situação explorada em seu trabalho jornalístico. No entanto, a reportagem não nos traz pistas sobre uma visita ou entrevistas feitas presencialmente, o que entendemos impactar um potencial de

prática corporificada pela dificuldade de captar nuances sobre as pessoas, cenários e animais não humanos apresentados na produção.

Ao longo deste capítulo, direcionamos o olhar para a atuação ampla do Modifica, seguida da análise de sete reportagens extraídas de todas as editorias do portal a partir de sete categorias: abordagem de perspectivas não hegemônicas; evidência de interseccionalidade e conexões entre opressões; ar de denúncia, chamado à ação e combate à injustiças; olhar sistêmico e transversal das problemáticas abordadas; presença de pluralidade de vozes; protagonismo de mulheres e potencial de produção corporificada. Ao destrincharmos as sete publicações a partir desses critérios, elencados enquanto características de um jornalismo ecofeminista, conseguimos perceber uma forte aproximação com essa perspectiva, o que reforça a importância da iniciativa jornalística. O debate e o balanço dos dados serão melhor aprofundados a seguir, nas discussões e considerações finais.

Discussões e considerações finais

Esta dissertação foi construída tendo como objetivo de partida a intenção de caracterizar um possível jornalismo ecofeminista, o que entendemos como a aproximação da prática ao pensamento (e vice versa). Partimos das hipóteses que o jornalismo ecofeminista possuía características em comum com os jornalismo ambiental e feminista, como presença de ativismo, tensionamento da objetividade, diversidade de fontes, e tom de denúncia; que poderia fornecer mecanismos para pautar mais adequadamente questões socioambientais; e que poderia colaborar para implementar um olhar holístico na prática jornalística, atuando para a produção de um conteúdo mais qualificado e colaborando para a formação de cidadãos mais atentos às crises socioambientais, como o colapso climático.

Com isto em mente, buscamos elaborar um arcabouço teórico que nos permitisse uma aproximação com o ecofeminismo. No primeiro capítulo, discutimos o conceito, propondo a teorização sobre o ecofeminismo, um esboço dos seus antecedentes e suas características. Por fim, também voltamos o olhar para as interconexões presentes no cerne do ecofeminismo, interpretadas por diversos campos do conhecimento, visualizando a possibilidade de aplicabilidade à comunicação e ao jornalismo.

Como partimos do âmbito da comunicação, com ênfase aqui no jornalismo, no segundo capítulo buscamos evidenciar caminhos para um jornalismo ecofeminista. Em um primeiro momento, propomos uma discussão acerca do jornalismo enquanto instituição que contribui para a cristalização de violências e, na contramão, abordamos também a possibilidade de iniciativas com novos princípios e estratégias epistemológicas com potencial transformador. Visando um jornalismo ecofeminista, propusemos o diálogo entre os jornalismo ambiental e feminista e evidenciamos características e potencialidades em comum, no intuito de encontrar pistas para desvendar uma ética-estética e metodologia jornalística que denominamos enquanto ecofeminista.

O aporte teórico que construímos, em conjunto com inferências a partir de observações empíricas e das entrevistas realizadas com as duas profissionais atuantes no Modifica, permitiu um aperfeiçoamento das nossas hipóteses acerca do jornalismo ecofeminista e sua caracterização. Com essa construção, também foi possível elaborarmos categorias de análise como parte do Estudo de Caso do portal Modifica, elencado por se autointitular enquanto jornalismo ecofeminista.

A prática se materializa nos planos da ética, da estética e da técnica, moldado enquanto um conceito, mas em condições de produção a partir de uma base ontológica em que o feminismo e a natureza se atravessam. Entendemos que um jornalismo ecofeminista se configura enquanto a práxis que evidencia as conexões entre mulheres e natureza, a partir de um olhar interseccional que ilumina a sobreposição de opressões vivenciadas por ambas. É, também, uma ferramenta de ação, mobilização, resistência e denúncia que promove um olhar sistêmico para os assuntos apresentados, sendo demarcado enquanto uma prática engajada que busca se diferenciar ativamente do jornalismo hegemônico nas escolhas tomadas. Relaciona-se também com um âmbito ético por possuir forte relação com as sujeitas que o produzem, com seu posicionamento e compreensão de mundo.

Em conjunto com a descrição da iniciativa, realizamos a análise do conteúdo de sete produções do portal a partir de categorias provenientes da caracterização do jornalismo ecofeminista: 1) abordagem de perspectivas não hegemônicas; 2) evidência de interseccionalidade e conexões entre opressões; 3) ar de denúncia, chamado à ação e combate à injustiças; 4) olhar sistêmico e transversalidade nas

problemáticas abordadas; 5) presença de pluralidade de fontes e autorias; 6) protagonismo de mulheres e 7) potencial de produção corporificada.

A partir da análise do nosso *corpus*, podemos afirmar que as produções do Modifica buscam desenvolver uma **abordagem de perspectivas não hegemônicas**, em um esforço para se contrapor à narrativas estabelecidas no senso comum e sedimentadas com apoio do jornalismo convencional. Identificamos a categoria em todas as sete produções que analisamos, apenas no artigo presente em nosso *corpus*, na editoria Cultura que conseguimos observar apenas parcialmente.

De uma forma geral, observamos que a categoria se manifesta pela inclusão de pontos de vista alternativos, alinhados com a narrativa de grupos marginalizados diversos, como mulheres, pretos, indígenas, migrantes, agricultores, expandindo o escopo para considerar ainda a perspectiva de não humanos, como animais, plantas e ecossistemas, incluídos na narrativas a partir do olhar atento dos entrevistados, que percebem também o impacto sistêmico de atividades predatórias para outros seres. Em alinhamento com o ecofeminismo e a proposta decolonial, evidenciamos que, no Modifica, a contraposição de narrativas estabelecidas ilumina o lado invisibilizado do projeto civilizatório europeu moderno que, para sua expansão e consolidação, exige a exploração daqueles considerados inferiores e sem valor enquanto recurso econômico. Vemos, na prática, as consequências do paradigma homogeneizante desenvolvimentista a partir da perspectiva dos que são atropelados por esse projeto, incluindo as consequências em seus modos de vida.

A partir do nosso procedimento metodológico, pudemos concluir que a **interseccionalidade e conexões entre opressões** também é uma característica presente na produção do Modifica. Entre os sete textos analisados, seis apresentaram indícios de um olhar interseccional e destaque para conexões entre opressões. Novamente, a exceção foi o artigo traduzido proveniente de um site estadunidense que não possui um viés declaradamente ecofeminista.

Nos textos, observamos o padrão de abarcar o aprofundamento de vulnerabilidades (e privilégios) quando há o entrecruzamento de marcadores sociais. Em especial, o portal explora a sobreposição dos marcadores de gênero, raça, classe e geolocalização, assim como suas consequências, o que é apresentado em consonância com processos de degradação ambiental, que também colaboram para

intensificação de dinâmicas de fragilidade, como violências, pobreza e migração forçada. Cabe mencionar ainda que, de uma forma geral, as produções sinalizam um padrão de tratamento destinado para grupos oprimidos, territórios e a natureza como um todo, que são alvos de violação, objetificação e exploração desenfreada visando lucro econômico.

A categoria **ar de denúncia, chamado à ação e combate à injustiças** também foi amplamente identificada em nosso corpus, estando presente em todos os textos analisados. Apenas em um deles, 'Resistência Feminista: Comunidades Agroecológicas se Organizam Para Soberania Alimentar', percebemos que a categoria foi atendida parcialmente, limitada a alguns trechos da produção, uma vez que o intuito era focar nas práticas de resistência. Notamos que a categoria é atendida por meio de elementos técnicos, como enfoques e trechos de falas das fontes entrevistadas, mas também se manifesta em um viés de engajamento dentro do jornalismo, expresso com o convite para mobilização social, mudança de comportamento e utilização de termos na escrita textual que reforçam o tom de denúncia e indignação, o que entendemos enquanto posicionamento ético das autoras dos textos.

Nossa análise também nos permite afirmar que a produção do Modifica desenvolvia um **olhar sistêmico e transversal das problemáticas abordadas**. Entre as sete produções analisadas, somente o artigo não possuía elementos que remetessem à categoria. Cabe mencionar que empregar um olhar sistêmico e transversal no conteúdo produzido permite superar a fragmentação dos assuntos, pondo em evidência as causas e consequências das questões socioambientais abordadas, de forma ampla, para além do imediato e local. Também percebemos que a abordagem possibilita a correlação entre questões sociais, ambientais, políticas, econômicas, culturais, entre outras, além de permitir a ênfase para as estruturas que estão no cerne das diferentes formas de opressão, o que é crucial para o ecofeminismo. Como resultado, podemos inferir que a categoria oferece a chance ao público leitor de apreender a complexidade dos assuntos tratados.

Contudo, observamos que a categoria **presença de pluralidade de vozes** não está presente de forma ampla e adequada nas produções que compõem nosso *corpus*. Dos sete textos analisados, compreendemos que o investimento na

diversidade de fontes de informação é atendido adequadamente em três, parcialmente suprido em três e não contemplado em um deles.

Cabe reforçar que pluralidade de vozes não está conectado com quantidade de fontes. Os textos que elencamos com pluralidade de vozes são aqueles que conseguem integrar vivências divergentes, em especial com a presença (e valorização) de mulheres racializadas, oriundas de regiões violentadas e empobrecidas, que ao serem incluídas no debate podem falar por si próprias, evidenciando especificidades de suas interpretações, lutas, dores, desafios e vivências. Nas produções com a categoria atendida parcialmente, percebemos um padrão de destacar homens enquanto fontes oficiais e especialistas, postos em uma escala hierárquica como detentores do conhecimento e capazes de falar em nome de quem está fora do debate. A prática, aliás, alinha-se com o que é visto no jornalismo hegemônico e vai na contramão do que entendemos por jornalismo ecofeminista.

Enquanto categoria, conseguimos identificar o **protagonismo de mulheres** em seis dos conteúdos que analisamos, sendo que em dois deles a categoria foi parcialmente atendida. Não conseguimos observar o elemento no artigo traduzido presente em nosso corpus, que novamente diverge do restante dos textos analisados. Naquelas produções em que localizamos o protagonismo de mulheres plenamente, notamos que a presença delas foi além de um mero relato, possibilitando uma compreensão mais aprofundada de mecanismos de adaptação e resistência empreendidos por elas. Destaca-se ainda a confirmação do fenômeno de lutas socioambientais serem protagonizadas por mulheres, o que atribuímos aqui à construção histórica de papéis de gênero.

Por fim, encontramos limitações na presença da categoria que enfatiza o **potencial de produção corporificada**. Entendemos que a característica pode se configurar de diferentes maneiras, partindo da valorização da subjetividade que quem produz o conteúdo, como a possibilidade de visitas aos locais abordados, estabelecimento de conexões afetivas com entrevistados e regiões abordadas, a demonstração de engajamento nas escolhas técnicas feitas, entre outras.

Destacamos que, entre as sete produções analisadas, somente em uma delas conseguimos observar sua presença plenamente. O texto em questão, 'No Escuro e Sem Água: Em Bailique, Erosão, Falta de Luz e Salinização do Amazonas Se

Tornaram Desafios Permanentes', sai do padrão por ser o único com indícios de uma produção feita *in loco* por uma repórter da região, que possuía conexões afetivas tanto com a região quanto com as pessoas e frisava isso em sua escrita. Cabe mencionar que, em nenhum dos textos, encontramos indícios de que tenham sido escritos por pessoas pertencentes às comunidades retratadas, como indígenas, ribeirinhas e quilombolas. Como já mencionamos diversas vezes, o pertencimento não é um critério para potencial de produção corporificada, mas é uma questão que pode facilitar o estabelecimento de conexões.

Inferimos que a falta da categoria pode estar relacionada com a dificuldade de alcançar os locais e indivíduos de forma presencial, consequência da limitação financeira característica de uma mídia independente. Como forma de suprir essa dificuldade, que implicava na falta de elementos complementares à narrativa, observamos o padrão de recorrer a colagens, infográficos e outros elementos gráficos.

A análise desse material, em alinhamento com a descrição da iniciativa, possibilitou observar que o Modifica praticava - porque apesar dos planos futuros, continua com as atividades suspensas - um embrião do jornalismo ecofeminista e, ainda que possuísse lacunas em sua produção no que tange às características aqui elencadas e à própria viabilidade e manutenção da proposta, aproximava-se do que entendemos por jornalismo ecofeminista. Concluímos que o espaço se configurou enquanto uma importante ferramenta de experimentação para práticas ecofeministas, assim como para a divulgação da práxis e teoria.

É importante ressaltar a questão de classe presente em nosso objeto de pesquisa: a iniciativa que analisamos foi proposta e majoritariamente conduzida por mulheres brancas, urbanas, escolarizadas e com capital cultural elevado. Reconhecemos que havia, por parte do Instituto, a intenção de incluir outras perspectivas, em especial por meio da abertura para pautas elaboradas por mulheres indígenas e negras de regiões periféricas. Mas, na prática, a produção foi produzida majoritariamente por duas profissionais provenientes de um local de privilégio.

Entendemos que a visão de mundo e local de onde falam as profissionais representa um limite para até onde pode ir uma produção de caráter ecofeminista e interseccional, em especial quando pensamos em uma prática corporificada. Por se

tratar do nosso objeto de pesquisa, tal questão também representa um limite para este trabalho, o que suscita a possibilidade de futuros estudos pautados pela descentralização do olhar e inclusão de outras vozes na construção do que entendemos por jornalismo ecofeminista.

A dificuldade em se produzir e praticar um jornalismo ecofeminista, ainda que na mídia alternativa, é outro ponto que merece destaque. A partir da análise que realizamos, foi possível observar a ocorrência de padrões observados também na mídia hegemônica, como a priorização de fontes especialistas homens. Também percebemos a dificuldade em se encontrar e manter um modelo de financiamento com viabilidade econômica e as decorrentes tensões estruturais, o que é enfrentado por outros projetos de mídia não hegemônicos. As perguntas que permanecem acerca da sustentabilidade de um jornalismo ecofeminismo na prática abrem margem para pesquisas futuras, que possuam um teor mais propositivo. Na mesma linha de questões que podem ser mais problematizadas, está o fato da fundadora de uma iniciativa que propõe um novo modelo de produção jornalística não ser uma profissional da área. Ainda que o Jornalismo não seja prerrogativa apenas de jornalistas, é interessante pensarmos que uma jovem, em tese alheia aos debates canônicos da área, é quem desenvolve uma especialização e ousa uma nova denominação.

Com isso, esperamos que o estudo que desenvolvemos aqui possa inspirar outras pesquisas capazes de avançar na compreensão acerca do potencial em se aplicar o ecofeminismo ao âmbito da comunicação e do jornalismo. Da mesma forma, almejamos que o trabalho motive práticas jornalísticas alinhadas com narrativas e epistemologias alinhadas com o impulso de sobrevivência que está em todos os seres vivos, capazes de questionar os sistemas hegemônicos e a lógica de destruição vigente, de modo a resgatar o valor intrínseco do ato de pisar suavemente sobre a Terra.

Referências

ADAMS, Carol. **A política sexual da carne: a relação entre carnivorismo e a dominância masculina**. 1ª ed. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012. 350 p.

AFONSO, Juliana; ROCHA, Nina. Da Seca à Violência de Gênero: Consequências da Produção de Eucalipto no Vale do Jequitinhonha. **Portal Modifica**, São Paulo, 8 fev. 2022. Disponível em: <https://www.modifica.com.br/da-seca-a-violencia-de-genero-eucalipto-vale-do-jequitinhonha>. Acesso em: 4 mar. 2025.

AFONSO, Juliana. Mariana: Mulheres Contam Sobre a Luta Pelos Direitos dos Animais Travada Com a Fundação Renova'. **Portal Modifica**, São Paulo, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://www.modifica.com.br/mariana-barragem-direitos-animais/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

AGUILERA, Juliana. **Entrevista online**. Entrevista concedida via videoconferência para Alíria Aristides para o desenvolvimento da dissertação 'Por um jornalismo ecofeminista: Estudo de caso do Portal Modifica'. Programa de Pós Graduação em Comunicação (PPGCOM). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Campo Grande-MS, 2025.

AGUILERA, Juliana; COLERATO, Marina. Mulheres Imigrantes Na Costura - A rede produtiva da moda em São Paulo sob uma perspectiva de gênero. **Portal Modifica**, São Paulo, 3 ago. 2017. Disponível em: <https://www.modifica.com.br/mulheres-imigrantes-costura-sao-paulo/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

ALMEIDA, Carol. Resistência Feminista: Comunidades Agroecológicas se Organizam Para Soberania Alimenta. **Portal Modifica**, São Paulo, 5 out. 2021. Disponível em: <https://www.modifica.com.br/resistencia-feminista-no-campo-comunidades-agroecologicas-s-e-organizam-para-soberania-alimentar/>. Acesso em: 5 mar. 2025

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v.9, n.3, p. 1569-1597, 2014. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/6751>. Acesso em: 5 out. 2024.

ARISTIDES, Alíria. **Relatório de Projeto Experimental: E nós aqui embaixo? – Podcast sobre comunidades enraizadas no Pantanal**. 2021, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Faculdade de Artes, Letras e Comunicação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015. Disponível em: <https://jornalismo-faalc.ufms.br/blog/tccs-defendidos-em-2021/>. Acesso em: 20 set. 2024.

ARISTIDES, Alíria; MIGUEL, Katarini. Jornalismo ambiental e com perspectiva de gênero: diálogos para uma prática ecofeminista. In: **46ª Congresso Brasileiro de Ciências da**

Comunicação, 2023, Belo Horizonte. Anais [...] São Paulo: Intercom, 2023. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2023/listaGP.php?gp=25>. Acesso em: 11 set. 2024.

ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**, São Paulo, n. 103, p. 13-24, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/99279m> Acesso em: 10 jun. 2024.

ALSALEM, Reem. Violence against women and girls in the context of the climate crisis, including environmental degradation and related disaster risk mitigation and response. **United Nations General Assembly**, Nova Iorque, 2022. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/a77136-report-special-rapporteur-violence-against-women-and-girls-its>. Acesso em: 3 out. 2024.

ANDRADE, Érico. A opacidade do iluminismo: o racismo na filosofia moderna. **Revista Kriterion**, Belo Horizonte, v. 58, n. 137, p. 291-309, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2017000200291&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 set. 2024.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v.31, n.1, p. 15-24, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/>. Acesso em: 5 out. 2024.

BARDINI, Pedro. Por que cientistas ainda não acham que estamos no antropoceno?. **Nexo Jornal**, São Paulo, 08 mar. 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2024/03/08/por-que-cientistas-ainda-nao-acham-que-estamos-no-antropoceno>. Acesso em: 4 set. 2024.

BELTRÁN, Elizabeth Peredo. Ecofeminismo. In: SOLÓN, Pablo (org.). **Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Editora Elefante, 2019, cap. 4, p. 113-145.

BALEM, Isadora Forgiarini; DO NASCIMENTO, Valéria Ribas. Da sacralização do homem à prostituição da “Mãe Natureza”: análise do ecofeminismo como possibilidade de ruptura à dominação dos seres. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, (S.L.), v. 11, n. 1, p.182-208, 2021. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/10046>. Acesso em: 21 out. 2024.

LOOSE, Eloísa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. Activism in environmental Journalism: how four key moments have helped shape an engagement practice in Brazil. **Brazilian journalism research**, (S. L.), v. 19, n. 3, 2023. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1594>. Acesso em: 17 out. 2024.

VILAS BÔAS, Valéria Maria. Subjetividade / Objetividade. O jornal do sujeito ou o sujeito do jornal?. In: LEAL, Bruno; TASSIS, Nicoli; MANNA, Nuno (Orgs.). **Para desentender o jornalismo**. Belo Horizonte: PPGCOM-UFMG, 2023. p. 25-36. Disponível em:

<https://seloppgcomufmg.com.br/publicacao/para-desentender-o-jornalismo/>. Acesso em: 18 set. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. **Como fazer teologia da libertação**. 8ª edição. Petrópolis: Editora Vozes. 144 p.

BUENO, W. C. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 15, p. 33-44, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/11897>. Acesso em 2 jul. 2023.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo especializado: resgatando conceitos e práticas. In: Marli dos Santos; Wilson da Costa Bueno. (Org.). **Jornalismo Especializado no Brasil: teoria, prática e ensino**. 1ª ed. São Bernardo do Campo: Editora Universidade Metodista de São Paulo, 2015, p. 279-301.

BRAIGHI, Antônio Augusto; CÂMARA, Marco Túlio. O que é Midiativismo? Uma proposta conceitual. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. p. 25-42.

BRUM, Eliane. **Banheiro Okotó, uma viagem à Amazônia centro do mundo**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CHRIST, Carol. Rethinking Theology and Nature. In: DIAMOND, Irene; ORESTEIN, Gloria (Orgs.). **Reweaving the World: The Emergence of Ecofeminism**. San Francisco: Sierra Club Books, 1990. p.58-69.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: DE HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 120-139.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução: Newton Roberval. 1ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006. 256 p.

COLERATO, Marina P. **Crise climática e Antropoceno: perspectivas ecofeministas para liberar a vida**. 2023. 247 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374229055_Crise_Climatica_e_Antropoceno_Perspectivas_ecofeministas_para_liberar_a_vida. Acesso em: 15 jul. 2024.

COLERATO, Marina. **Entrevista online**. Entrevista concedida via videoconferência para Alíria Aristides para o desenvolvimento da dissertação 'Por um jornalismo ecofeminista: Estudo de caso do Portal Modifica'. Programa de Pós Graduação em Comunicação (PPGCOM). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Campo Grande-MS, 2025.

COSTA, Maria da Graça. Conhecimento e luta política das mulheres no movimento agroecológico: diálogos ecofeminista e descoloniais. In: ROSENDO, Daniela; OLIVEIRA, Fabio; CARVALHO, Priscila; KUHNEN, Tânia (Org.). **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019, cap. 9.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Tradução: Claudia Sant'Anna Martins. 1ª ed. São Paulo: Gaia, 2010. 327 p.

CARVALHO, Guilherme; BRONOSKY, Marcelo. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. **Revista Pauta Geral**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 21-39, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/10007>. Acesso em: 15 out. 2024.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.1: p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774>. Acesso em: 23 set. 2024.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A medida do olhar: objetividade e autoria na reportagem**. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001443834>. Acesso em: 19 out. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

DIAS, Maria Clara; SOARES, Suane; GONÇALVES, Letícia. A Perspectiva dos Funcionamentos: entroncamentos entre ecofeminismo e decolonialidade. In: ROSENDO, Daniela; OLIVEIRA, Fabio; CARVALHO, Priscila; KUHNEN, Tânia (Org.). **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019, cap. 8.

ESTATUTO Social do Modifica. **Portal Modifica**, São Paulo, 28 jun. 2021. Disponível em: https://www.modifica.com.br/arquivos/instituto_modifica-ESTATUTO-visualizacao.pdf. Acesso em: 5 mar. 2025.

EUZEBIO, Camila; RANGEL, Giovanna; MARQUES, Rejane. Derramamento de petróleo e seus impactos no ambiente e na saúde humana. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n.5, p.79-98, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337009038_DERRAMAMENTO_DE_PETROLEO_E_SEUS_IMPACTOS_NO_AMBIENTE_E_NA_SAUDE_HUMANA. Acesso em: 25 set. 2024.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução: Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes Editora, 1987. 288p.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **De qual feminismo estamos falando?: desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/23636?locale=en>. Acesso em: 19 set. 2024.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987. 230 p.

GIL, Antonio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri: Atlas, 2022.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling; STEIGLEDER, Débora Gallas; BELMONTE, Roberto Villar; MASSIERER, Carine. A contribuição do princípio da precaução para a epistemologia do Jornalismo Ambiental. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, (S. L.), v. 14, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2053>. Acesso em: 16 out. 2024.

GERN, A.; LIMA, M. D. V. Aprender e ensinar o Jornalismo Ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria; MORAES, Cláudia Herte; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar (Org.). **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 25-38.

GEBARA, Ivone. **Teologia ecofeminista: ensaio para repensar o conhecimento e a religião**. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. Um semestre muito especial: O surgimento da primeira disciplina de Jornalismo Ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria; MORAES, Cláudia Herte; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar (Org.). **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p.13-24.

GIRARDI, Ilza Maria; LOOSE, Eloisa Beling; STEIGLEDER, Débora Gallas; BELMONTE, Roberto Villar; MASSIERER, Carine. A contribuição do princípio da precaução para a epistemologia do Jornalismo Ambiental. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 14, n. 2, p. 279-291, 2020. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2053>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

GRAY, Elizabeth Dodson. **Green Lost Paradise**. Massachusetts: Roundtable Press, 1979. 166 p.

GUSTAFSON, Jessica. **Jornalistas e feministas: a construção da perspectiva de gênero no jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019. 292 p.

FRANCO DE SOUZA, Amanda.; MIGUEL, Katarini. Environmental media activist journalism: contributions from an analysis of journalistic coverage from Amazonia Real. **Brazilian journalism research**, v. 19, n. 3, 2023. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1601>. Acesso em: 24 out. 2024.

FRANCO DE SOUZA, Amanda.; MIGUEL, Katarini. ENVIRONMENTAL MEDIA ACTIVIST JOURNALISM: contributions from an analysis of journalistic coverage from Amazonia Real. **Brazilian journalism research**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. e1601, 2023. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1601>. Acesso em: 24 oct. 2024.

HOMERO. **Íliada**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. 281 p.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v.5. Campinas: Editora Unicamp, p.7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 19 de outubro de 2024.

HENRIQUES, Rafael. A natureza e o papel da subjetividade no jornalismo: estado da arte da discussão. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v.20, n.2, p.130-141, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/96039>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7-31, 1993. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984>. Acesso em: 21 out. 2024.

IJUIM, Jorge. Kanehide. Por que humanizar o jornalismo? **Revista Verso e Reverso**, Florianópolis, v. 31, n. 78, p.235-243, 2017. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2017.31.78.07>. Acesso em: 15 out. 2024.

KHEEL, Marti. A contribuição do ecofeminismo para a ética animal. In: ROSENDO, Daniela; OLIVEIRA, Fabio; CARVALHO, Priscila; KUHNEN, Tânia (Org.). **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019, cap. 1.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã Yanomami**. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, 729 p.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 85 p.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244 p.

LEAR, Linda. Introdução. In: CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Tradução: Claudia Sant'Anna Martins. 1ª ed. São Paulo: Gaia, 2010.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 21 out. 2024.

LOVELOCK, James. **A vingança de Gaia**. Tradução: Ivo Kirtovsky. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006. 264 p.

LOOSE, Eloisa Beling. **Jornalismos e crise climática: um estudo desde o Sul Global sobre os vínculos do jornalismo com a colonialidade**. 1. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2024. 242 p. Disponível em: <https://insular.com.br/produto/jornalismos-e-crise-climatica/>. Acesso em: 7 set. 2024.

MARTINS, Bruno Sena. Revisitando o desastre de Bhopal: os tempos da violência e as latitudes da memória. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 116-148, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/TVnjVHLQdsxhLGNcMDs4Vct/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 14 set. 2023.

MALLORY, Chaone. **What is Ecofeminist Political Philosophy? Gender, Nature, and the Political**. Environmental Ethics, Texas, v. 32, n. 3, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275269813_What_is_Ecofeminist_Political_Philosophy_Gender_Nature_and_the_Political. Acesso em: 25 set. 2024

MIGNOLO, Walter. Colonialidade, o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, (S.L), v.32, n. 94, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 21 set. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: Castro-Gómez, S. y Grosfoguel, R. (org.). **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, p. 127-167, 2007.

MARCHA das Mulheres Indígenas. **Documento final da Marcha das Mulheres Indígenas: “território: nosso corpo, nosso espírito”**. Brasília, 14 ago. 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/zETqbdv>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. Intercom - RBCC. São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/YYXs6KPXhp8d7pRvJvnRjDR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 30 de fev. de 2025.

MERCHANT, Carolyn. **The death of nature: women, ecology, and the scientific revolution**. San Francisco: Harper and Row. 1980. 384 p.

MIGUEL, Katarini. Narrativas jornalísticas ecofeministas não elaboradas. Ou a posteriori. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 3, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/87089>. Acesso em: 21 out. 2024.

MOREIRA, Eliane. Mudanças climáticas: a nova fronteira de exclusão dos povos tradicionais. In: **Anais do 14º Congresso Internacional de Direito Ambiental**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010. p.131. Disponível em: https://www.academia.edu/29179274/mudan%C3%A7as_clim%C3%A1ticas_e_povos_tradicionais_pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.

MODEFICA. **Sobre**. Disponível em <https://www.modefica.com.br/sobre/>. Acesso em: 15 set. 2024.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008. 118 p.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Florianópolis, 1997. Disponível em: https://www.academia.edu/3269815/O_jornalismo_%C3%A9_uma_forma_de_conhecimento. Acesso em: 16 ago. 2024.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy. Jornalismo, transexualidade e os limites entre repórter e personagem**. 1ª ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015. 175 p.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. 1ª ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2022. 368 p.

MORAES, Fabiana; DA SILVA, Márcia Veiga. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: **Anais do 28º Encontro Anual da Compós**, 2019, Porto Alegre, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>. Acesso em: 22 set. 2024.

MONTIPÓ, Criselli Maria; IJUIM Jorge Kanehide. Estar no e com o mundo: contribuições de Freire para um jornalismo transformador. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 30 – 44, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/192496/181467> Acesso em: 23 out. 2024.

MICELI, Bruna Sarpa; CARVALHO, Igor Leandro A. de; CARMONA, Ingrid Valadares; ROCHA, Marcelo Borges. Mudanças Climáticas e divulgação científica: uma análise das Revistas Ciência Hoje e Superinteressante. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente**, Rio de Janeiro, v.13, n.1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/21562>. Acesso em: 22 out. 2024.

OLIVEIRA, Albertina; MIRANDA, Cynthia Mara. Jornalismo na perspectiva de gênero: olhares sobre a editoria In Her Words do jornal The New York Times. **Revista Comunicação e Inovação**, (S.L) , v. 22, p. 117-136, 2021. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/7696. Acesso em: 28 set. 2024.

PENHA, Rayane; AGUILERA, Juliana. No Escuro e Sem Água: Em Bailique, Erosão, Falta de Luz e Salinização do Amazonas Se Tornaram Desafios Permanentes. **Portal Modifica**, São Paulo, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://www.modifica.com.br/bailique-no-escuro-sem-agua/>

PLUMWOOD, Val. **Environmental Culture: The Ecological Crisis of Reason**. 1ª ed. New York: Routledge, 2003. 300 p.

POERNER, Bárbara. Protagonistas do Marco Temporal, Etnia Indígena Xokleng Tem Longo Histórico de Resistência. **Portal Modifica**, São Paulo, 10 set. 2021. Disponível em: <https://www.modifica.com.br/xokleng-marco-temporal-historico-resistencia/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

POTECORVO, Emily. O Que Acontece Quando Uma Gigante do Petróleo Patrocina Uma Exposição Sobre Crise Climática. **Portal Modifica**, São Paulo, 3 ago. 2021. Disponível em: <https://www.modifica.com.br/shell-exposicao-crise-climatica/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

PULEO, Alicia. Feminismo y ecología. **Revista El Ecologista**, n. 31, 2002.

PULEO, Alicia. Por un ecofeminismo ilustrado. Libertad, igualdad, sostenibilidad. **Revista de Filosofía Moral y Política**. N.38, 2008, p. 39-59. Disponível em: <https://isegoria.revistas.csic.es/index.php/isegoria/article/view/402>. Acesso em: 28 set. 2024.

PULEO, Alicia. Ecofeminismo: una alternativa a la globalización androantropocéntrica. In: ROSENDO, Daniela; OLIVEIRA, Fabio; CARVALHO, Priscila; KUHNEN, Tânia (Org.). **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019, cap. 2.

PULEO, Alicia. ¿Qué es el ecofeminismo? **Quaderns de la Mediterrània**, n. 25, p. 27-34, 2017. Disponível em: <https://www.iemed.org/publication/what-is-ecofeminism/>. Acesso em: 6 ago. 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6286234>. Acesso em: 23 out. 2024.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, feminino e plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, Buenos Aires, v. 2, n. 5, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf>. Acesso em: 19 out. 2024.

RODRIGUES, Hyvana; AGUIAR, Sonia. Objetividade e engajamento no jornalismo feminista: uma convivência possível? In: **45^a Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2022, João Pessoa. Anais [...] São Paulo: Intercom, 2022. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0719202214294262d6ea0683de9>. Acesso em: 11 set. 2024.

RODRÍGUEZ, Marta Pascual; LÓPEZ, Yayo Herrero. Ecofeminismo, una propuesta para repensar el presente y reconstruir el futuro. **Boletín ECOS**, n.10, 2010. Disponível em http://www.fuhem.es/media/ecosocial/file/Boletin%20ECOS/ECOS%20CDV/Boletin_10/ecofeminismo_propuesta_repensar_presente.pdf. Acesso em: 13 set. 2024.

ROTH-JOHNSON, Danielle. Back to the Future: Françoise d'Eaubonne, Ecofeminism and Ecological Crisis. **The International Journal of Literary Humanities**, Madrid, v.10, n. 3, 2013. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/2a995c47284cf14936a19b58e6bdb71d/1?pq-origsite=scholar&cbl=5529404>. Acesso em: 23 set. 2024.

ROSENDO, Daniela; ZIRBEL, Ilze. Dominação e sofrimento: Um olhar ecofeminista animalista a partir da vulnerabilidade. In: ROSENDO, Daniela; OLIVEIRA, Fabio; CARVALHO, Priscila; KUHNEN, Tânia (Org.). **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019, cap. 5.

ROSENDO, Daniela. **Sensível ao Cuidado: uma perspectiva ética ecofeminista**. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2022. 144p.

RODRIGUEZ, Graciela. Eco-Feminismo – Superando a Dicotomia Natureza/Cultura. **Planeta Fêmea**. Rio de Janeiro, 2012.

SALHANI, Jorge; SANTOS, Heloísa; CABRAL, Raquel. Uma perspectiva feminista ao jornalismo para a paz. **Revista Estudos Feministas**, [S. L.], v. 28, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/61625>. Acesso em: 19 out. 2024.

SANTOS, Mario; SILVA, Marcos Vinicius; CARDOSO, Telma. Sistema de Comando de Incidentes e comunicação de risco: reflexões a partir das emergências nucleares. **Revista Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v.44, n.2, p. 98-114, jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2020.v44nspe2/98-114/#>. Acesso em: 5 set. 2024.

SHIVA, V. **Abrazar la vida: Mujer, ecología y supervivencia**. Tradução: Ana Guyer e Beatriz Sosa Martínez. Montevideo: Horas y Horas, 1995.

SHIVA, V.; MIES, M. **Ecofeminismo**. 1^a ed. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

SOLÓN, Pablo (org.). **Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de [org.]. **Pensamento Feminista – Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SCHWARCZ, Lilia. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. 223 p.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (org.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: Redor/Neim-FFCH/UFBA, 2002. p. 89-120.

SALLEH, Ariel. Introdução. In: SHIVA, V.; MIES, M. **Ecofeminismo**. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

SANTOS, Heloisa Souza. **Jornalismo e produção de conhecimento no movimento feminista: análise do Think Olga e Revista AzMina**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes de Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Bauru, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/190669>. Acesso em 2 ago. 2024.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre modos de produção das notícias**. Dissertação (Mestrado em Curso de Comunicação e Informação, Biblioteconomia e Comunicação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SVAMPA, Maristela. Feminismos del Sur y ecofeminismo. **Revista Nueva Sociedad**, n. 256, p. 127–131. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/_1.pdf. Acesso em 15 fev. 2025.

SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

TORRES, Maximiliano. O Ecofeminismo: um termo novo para um saber antigo. **Revista Terceira Margem**. Rio de Janeiro, n. 20, p. 157-175, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/11043>. Acesso em 10 de ago. 2024.

TURQUET, Laura; TABBUSH, Constanza; STAAB, Silke; WILLIAMS, Louis; HOWELL, Brianna. **Feminist Climate Justice: A Framework for Action**. New York: UN-Women. Disponível em: <https://progress.unwomen.org/>. Acesso em: 11 out. 2024.

TAVARES, Frederico. Isenção / Parcialidade. Os lados do jornalismo. In: LEAL, Bruno; TASSIS, Nicoli; MANA, Nuno (org.). **Para desentender o jornalismo**. Belo Horizonte: PPGCOM-UFMG, 2023. p.51-68.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. 1ª ed. São Paulo: Ubu, 2020. 144 p.

XAKRIABÁ, Célia. **O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

WARREN, Karen. **Ecofeminist Philosophy: A Western Perspective on What It Is and Why Matters**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2000. 256 p.

ZIOLKOWSKI, Nathalia Eberhardt. Mulheres à frente no Cerrado e Pantanal: o entrelaçar de força na prática da resistência. **Revista MovimentAção**, v. 6, n. 10, p. 96–111, 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/movimentacao/article/view/10594>. Acesso em: 20 out. 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Marina Colerato

Pergunta norteadora

0.1 Pode se apresentar? Contar um pouco como a vida te levou ao ecofeminismo?

1- MOTIVAÇÕES

1.1 Histórico

- Como e quando surgiu a ideia de um portal?
- Quem foram os primeiros envolvidos?
- Qual a proposta inicial? Quais as principais mudanças de rota que pode citar?
- Por que houveram mudanças no financiamento e organização, em especial de empresa de mídia com fins lucrativos para instituto sem fins lucrativos?

1.2 Motivações/ativismo

- O que entende por ecofeminismo? Qual sua relação com o ecofeminismo?
- Por que decidiu abordar o ecofeminismo a partir de produções jornalísticas? Como entende que essa aproximação pode colaborar para transformações sociais?
- Por que mesmo com formação em outra área, decidiu se dedicar à produções jornalísticas? Como entende que ele colabora para uma causa ecofeminista?
- Por que entende o Modifica como um jornalismo ecofeminista?
- Por que deixar tão claro no portal que a iniciativa produz um jornalismo ecofeminista? Qual o objetivo dessa autodefinição?
- O quanto de você há no Modifica? Quanto que entende que seu posicionamento pessoal e político influenciou e moldou o que o portal foi?

2 Características do Portal

2.1 Equipe

- Quem e quantos formavam a equipe fixa? Quais cargos ocupavam?
- Como funcionava a seleção de pessoas? Quem poderia colaborar com o portal? Havia algum filtro? Era necessário ser jornalista com formação?

- Havia predileção por mulheres? Espaço para autoras indígenas, quilombolas, mulheres periféricas? Havia oportunidade para pessoas da região falarem sobre temas locais?
- Qual o papel da colaboração de pessoas externas para a manutenção do portal?

2.2 Financiamento/Pesquisas

- Como se configurava o modelo de negócio do Modifica? Qual a principal fonte de financiamento?
- Havia doações significativas de pessoas físicas? Quem eram essas pessoas?
- Era possível manter salário para a equipe fixa?
- Como funcionava a captação de recursos? Havia alguém responsável por isso? Esses fundos eram nacionais ou internacionais?
- Os editais aos quais vocês submetiam projetos precisavam se encaixar em propostas ecofeministas? Quais os critérios para se inscrever?
- Por que reforçar que não recebem apoio de empresas “problemáticas” logo no editorial?
- Chegaram a receber propostas financeiras que não se encaixavam no perfil do ecofeminismo?
- A verba era um fator limitador para o trabalho desenvolvido pela equipe? E o número de pessoas disponíveis?
- Além de mídia, por que também se propõe a incluir pesquisa e educação nas atividades do Modifica?

2.3 Estratégias políticas/Perfil editorial

- Como os temas dos assuntos abordados no portal eram escolhidos? Qual o critério para seleção?
- Havia um alinhamento de abordagem com questões discutidas no momento pela sociedade?
- Por que o destaque dado para questão climática, em especial a busca por justiça socioambiental e climática?

- Como entende a questão da neutralidade/imparcialidade em um jornalismo ecofeminista? Por que essa questão é abordada no editorial do *modefica*?
- Por que da alta presença de assuntos relacionados à moda?

2.4 Conteúdos produzidos

- Como as pautas eram definidas/discutidas?
- Como funcionava a adaptação para podcasts e redes sociais?
- Como era realizada a revisão dos conteúdos?
- Como era o retorno do público? Havia um olhar para o que estava sendo falado?
- Quais critérios para uma pauta render uma reportagem-multimídia?
- Havia uma periodicidade na divulgação de conteúdos?
- Há alguma reportagem que te marcou mais? Por quê?
- Como avalia as produções do fundo de jornalismo ecofeminista? Qual a viabilidade?
-

2.5 Pausa nas atividades

- Por que foi necessário pausar as atividades? Quais fatores influenciaram essa decisão? Como ela foi tomada e comunicada?
 - Na nota de encerramento das atividades, vocês mencionam que a pausa também era para “identificar vácuos de atuação e temas sub pautados para lançar luz aos desafios e fortalecer a agenda ecofeminista”. Quais são esses vácuos e temas sub pautados? Quais são os desafios que pode mencionar que precisa ser abarcado pelo ecofeminismo? Já foi possível identificá-los?
 - Como seguiu a relação entre colaboradores? Ainda existe uma comunicação no sentido de pensar um retorno?
 - Há intenção de retorno? Se sim, quais mudanças pensam em implementar? Há um prazo para retorno?
-

Juliana Aguilera

Pergunta norteadora

0.1 Pode se apresentar? Como se aproximou do Modifica e do jornalismo socioambiental?

1- MOTIVAÇÕES

- Como entende o ecofeminismo? Como entende um jornalismo ecofeminista?
- Você se considera ecofeminista?
- Como este jornalismo está presente no trabalho que realizou no portal e continua realizando?

2 Características e cotidiano do trabalho

- O trabalho no Modifica era fixo e exclusivo? Havia remuneração?
- Havia liberdade para produção de pautas? Como elas eram escolhidas e apresentadas? Como uma pauta era classificada enquanto ecofeminista?
- Como era o cotidiano de trabalho? E a relação com a direção do portal? Havia estabelecimento de prazos e cobranças? Havia revisão do que era produzido?
- Ao seu ver, fazia diferença não ir a campo?
- Como foi a saída do Modifica? Por que decidiu deixar a equipe?

3 Produção de conteúdo

- Como os temas dos assuntos abordados no portal eram escolhidos?
- Quais eram os critérios para uma pauta render uma reportagem-multimídia?
- Qual a periodicidade na produção de conteúdos?
- Como era o contato com as fontes? Como as escolhia?
- Como avalia a não presença de conteúdos audiovisuais nas produções? A inclusão de infográficos e colagens era uma forma de suprir essa falta?
- No portal, percebemos a ampla utilização de fontes documentais.
- Havia alinhamento de abordagem com questões discutidas no momento pela sociedade?
- Há alguma produção que te marcou mais? Se sim, por quê?

3.1 PAUTAS ESPECÍFICAS

- Pode comentar o processo produtivo da reportagem **‘Mulheres Imigrantes Na Costura - A rede produtiva da moda em São Paulo sob uma perspectiva de gênero’**? Como o trabalho foi realizado? Como foi o contato com as imigrantes?
- Pode comentar o processo produtivo da reportagem **‘Em Bailique, Erosão, Falta de Luz e Salinização do Amazonas Se Tornaram Desafios Permanentes’**? Como foi o trabalho colaborativo com a repórter Rayane Penha?